



MUNICÍPIO DE ÉVORA



Prestação de Contas

Relatório de Gestão 2015



PALÁCIO DE D. MANUEL





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. Considerações Gerais e Factos Mais Relevantes.....	4
1.2. Metodologia.....	11
2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NO CONCELHO	15
2.1. Enquadramento.....	15
2.2. Novas Políticas Nacionais e da União Europeia para o Progresso.....	16
2.3. Combater os Problemas, Dar Perspetivas, Contribuir para Soluções	17
3. GESTÃO MUNICIPAL EM 2015.....	21
3.1. Opções Programáticas do Mandato 2013/2017.....	21
3.2. Executivo Municipal e Pelouros.....	21
3.3. Atividade Municipal em 2015.....	23
3.3.01. Renovar o Município.....	24
3.3.02. Revalorizar Évora como Património da Humanidade.....	35
3.3.03. Fomentar a Economia e o Emprego, Atrair o Investimento	37
3.3.04. Promover a Cultura, a Educação e a Ciência como Pilares de Desenvolvimento.....	42
3.3.05. Qualificar o Território.....	46
3.3.06. Preservar o Ambiente, Garantir a Sustentabilidade.....	49
3.3.07. Combater as Desigualdades, Reforçar as Respostas Sociais	54
3.3.08. Revalorizar o Desporto, Apostar na Juventude.....	59
3.3.09. Outros Investimentos, Serviços a Atividades.....	64
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL	67
4.1. Orçamento	67
4.2. Execução Orçamental da Receita	71



Município de Évora

4.3. Execução Orçamental da Despesa	79
4.4. Execução das Opções do Plano	87
4.5. Indicadores Orçamentais	91
5. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	94
5.1. Dívida a Fornecedores	95
5.2. Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	95
5.3. Evolução do Endividamento	97
5.4. Situação face ao Limite do Endividamento.....	100
5.5. Prazo Médio de Pagamento	101
5.5. Indicadores de Financiamento e de Endividamento	101
6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	104
6.1. Análise do Balanço.....	104
6.2. Demonstração de Resultados	106
6.3. Indicadores Patrimoniais.....	109
7. CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	112
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	115
9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	115





Principais Abreviaturas Utilizadas:

- AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular
- AME – Assembleia Municipal de Évora
- AMR – Atividades Mais Relevantes
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais
- FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
- IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
- IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
- IMV – Imposto Municipal sobre Veículos (atual IUC)
- IUC – Imposto Único de Circulação
- LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
- LOPTC – Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
- OE – Orçamento do Estado
- OM – Orçamento Municipal
- OP's – Opções do Plano
- PAM – Plano de Atividades Municipais
- PAEL – Programa de Apoio à Economia Local
- PMP – Prazo Médio de Pagamento
- POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
- PPI – Plano Plurianual de Investimentos
- PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado
- PTH – Programa Pagar a Tempo e Horas
- RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
- RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais
- ROC – Revisor Oficial de Contas
- SEL – Setor Empresarial Local
- SNS – Serviço Nacional de Saúde



1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais e Factos Mais Relevantes

A **Prestação de Contas de 2015** é a principal documentação política e técnica que sintetiza e descreve a atividade desenvolvida pelo Município de Évora em 2014. A **Prestação de Contas de 2015** integra este **Relatório de Gestão** e a **Conta de Gerência** e corresponde ao segundo ano civil do presente mandato (2013-2017).

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como outra legislação específica e complementar, nomeadamente o **Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais (POCAL)**, somos a apresentar o **Relatório de Gestão do ano de 2015**.

Em 2015, a atividade municipal teve como tema central os 500 Anos do Palácio D. Manuel e registou um vasto e diversificado programa ao longo do ano.

O **Relatório de Gestão**, balanço da atividade municipal, é um documento eminentemente político ainda que inclua uma componente técnica. Já a **Conta de Gerência** tem características técnicas próprias e, algumas, legalmente determinadas que devem ser tidas em conta de forma a evitar leituras, análises e avaliações erróneas do que agora é apresentado.

Quanto às características técnicas da Prestação de Contas convém sublinhar alguns aspetos importantes.

O Município é uma instituição pública cujos órgãos de direção integram o sistema e o poder políticos democráticos. O Município não é uma empresa. A atividade municipal é mais lata, deve ter outras preocupações e deve integrar muito mais do que uma “simples” gestão custo / proveito. Ainda que deva procurar – atento o crescente espartilho legal – a eficácia, não pode ser reduzido a um economicismo neoliberalizante. A aceitar-se tal visão, estaríamos a abrir portas a uma perigosíssima equiparação que, a prazo, equacionaria a própria democracia.

Os Municípios e a ANMP continuam colocados perante um desafio que não está a ser ainda devidamente considerado: procurar uma apresentação legal das suas contas que tenha





Município de Évora

como matriz o caráter de órgãos institucionais eleitos e peças do sistema político democrático e não uma mera conta empresarial. Se tal não for conseguido, o Poder Local Democrático expõe-se a tratamentos quantitativos inverosímeis, a comparações do incomparável, mesmo à subversão do debate e do confronto democráticos, à equacionação da democraticidade do próprio sistema democrático-constitucional. As tendências recentes que têm vindo a ser impostas ao Poder Local Democrático, nomeadamente quanto à regressão da autonomia dos Municípios com ostensivos e volumosos cortes de verbas devidas, legal e constitucionalmente e outra legislação tutelar e centralista, assumem o objetivo de descaracterização democrática deste Poder Local Democrático o qual, lembre-se, transformou positiva e qualitativamente a face do país.

Ao longo deste documento, permitir-nos-emos chamar a atenção para algumas questões técnicas que condicionam a análise quer quantitativa quer qualitativa. Logo, que condicionam, por vezes de forma determinante, a própria análise política.

Não entendemos, portanto, o Relatório de Gestão como uma mera peça técnica, económico-financeira, sentido em que aponta o POCAL. O Relatório de Gestão deve ter um cariz matricialmente político ao qual se submete e integra a componente técnica. Aliás, esta ainda apresenta, e apresentará, consideráveis deficiências pelo que os dados quantitativos devem merecer uma muito prudente e avisada leitura.

A **Prestação de Contas de 2015** inclui designadamente:

- Este **Relatório de Gestão**;
- O **Relatório de Atividades (RA)** que, não sendo obrigatório legalmente, dá maior transparência e uma visão mais abrangente da atividade municipal quanto às ações materializadas e não incluídas na Execução do PPI;
- A **Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos (EAPPI)** que traduz, tão-somente, a execução financeira – e não física! – no ano em causa;
- Os **Mapas de Execução Orçamental** (fluxos financeiros) com a **Conta de Execução Orçamental** e outros mapas anexos de apoio como o **Resumo das Receitas e Despesas**





Município de Évora

Orçamentais e o Resumo das Despesas segundo a Classificação Económico /Orgânica e ainda os Mapas de Fluxos de Caixa e de Contas de Ordem;

- **O Mapa de Operações de Tesouraria;**
- **O Mapa de Empréstimos** que demonstra a evolução dos empréstimos ao longo do ano;
- **O Balanço e a Demonstração de Resultados** (que, por lei, obriga à identificação dos *resultados líquidos do exercício!*), instrumentos contabilísticos que consideramos prematuros e ainda desajustados da realidade dos Municípios.

Quanto ao enquadramento político, haverá a realçar as seguintes questões.

Este Relatório corresponde ao segundo ano civil do atual mandato (2013-2017) em que a população do concelho entendeu, através do voto, dar a sua confiança à CDU para dirigir os destinos do Município e iniciar um novo ciclo político municipal.

Em 2015, a **crise económica sistémica**, despoletada no sector financeiro e especulativo, **com particular relevo para a crise do Euro e da chamada dívida soberana no seio da União Europeia** apresentou algumas melhorias globais, quer em termos financeiros quer económicos.

Em Portugal, a crise que já se sentia foi ampliada com a assinatura, em 2011, do chamado **Memorando de Entendimento** entre a *troika*, constituída pelo FMI, BCE e UE, e o Governo à data e ainda por PS, PSD e CDS. Naquela sequência, o Governo PSD/CDS aplicou um programa político estrutural de cariz neoliberal assumidamente de empobrecimento da maioria dos portugueses e de recessão económica induzida.

Portugal atingiu indicadores económicos e sociais com novos níveis historicamente negativos, com particular destaque para o **desemprego**, a **dívida pública**, a **quebra da atividade económica afetando as pequenas e médias empresas e negócios**, a regressão económica e social generalizada. Em contrapartida, os grandes grupos económicos, continuaram a acumular favores e lucros imorais.





Município de Évora

Em 2015, e apesar da melhoria de alguns indicadores económicos (retoma positiva do PIB, diminuição do desemprego oficial), continuámos a registar um **agravamento da situação social e económica no concelho**. Continuou o processo forçado de empobrecimento e regressão social de dimensões históricas. Alastrou o número de famílias e empresas desestabilizadas. Em consequência, a generalidade dos trabalhadores, dos reformados, das famílias, das pequenas empresas viram acrescidas as dificuldades e a incerteza no futuro.

O Governo PSD/CDS prosseguiu a **política de recentralização estatal incluindo, como peça fundamental, uma regressão da autonomia política e económica justamente conquistada pelos Municípios Portugueses** aquando do processo de democratização do País.

Entretanto, a **eleição para a Assembleia da República**, em Outubro de 2015, criou uma nova correlação de forças políticas da qual resultou um novo Governo PS, com o apoio parlamentar do PS, PCP, PEV e BE. O novo Governo, no seu programa, anunciou uma alteração de política global e, em particular, na política para com o Poder Local Democrático. E, de facto, o OE/2016, aprovado recentemente, confirma alterações no sentido da recuperação da autonomia do Poder Local Democrático. Contudo, o não cumprimento do nível de participação das autarquias nos recursos do Estado determinado pela atual Lei das Finanças Locais (LFL) – já de si reduzido face a anteriores leis – mantém problemas quanto à autonomia financeira dos Municípios.

Em 2015, apesar dos esforços da Câmara Municipal para resolver o problema, manteve-se o principal fator de desequilíbrio económico e financeiro estrutural do Município, o insustentável e inviável sistema multimunicipal de águas e saneamento. O Governo PSD/CDS impôs a extinção das Águas do Centro Alentejo e a inclusão coerciva do Município de Évora no novo e megalómano Sistema Multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo (SMM LVT). Manteve-se o impacto tremendamente negativo que abordaremos mais frente.

Em 2015, e apesar das difíceis condicionantes colocadas à atividade municipal, diminuámos ligeiramente o brutal endividamento herdado (e que foi acrescido com dívidas não registadas e surgidas ao longo do ano), reduzimos o desequilíbrio económico, alcançámos o equilíbrio financeiro, garantimos alguns investimentos significativos e assegurámos um





Município de Évora

elevado nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objetivos traçados.

A seguir, regista-se a evolução de alguns dos principais dados económicos e financeiros do Município:

A) Compromissos Futuros

Os compromissos futuros registavam a 31/12/13 o valor indicado no Quadro 1 e em 31/12/2014, o valor registado no Quadro 2.

Quadro 1 – Compromissos Futuros em 31/12/13

Anos	Valor
2014 a 2016	24.268
2017 e seguintes	39.638
TOTAL	63.906

Quadro 2 – Compromissos Futuros em 31/12/14

Anos	Valor
2015 a 2017	23.535
2018 e seguintes	40.931
TOTAL	64.466

Unidade: Milhões de euros - € Fonte: Relatório da ROC, 2014

Entre 2013 e 2014, é aparente o aumento do valor global dos compromissos. De facto, e tendo em conta dívida surgida em 2014 referente ao anterior mandato e que não estava contabilizada (ver alínea c)), há uma redução dos compromissos, em menos € 2,644 milhões de euros, porque esta dívida, no montante de € 3.203.586,28, foi registada e compromissada em 2014.

Os compromissos futuros registavam a 31/12/15 o valor indicado no Quadro 3.

Quadro 3 – Compromissos Futuros em 31/12/15

Anos	Valor
2016 a 2018	17.945
2019 e seguintes	36.254
TOTAL	54.199

Unidade: Milhões de euros - €
Fonte: Relatório da ROC, 2015





Município de Évora

Entre 2014 e 2015, há uma significativa diminuição do valor global dos compromissos. Tendo em conta dívida surgida em 2015 referente ao anterior mandato e que não estava contabilizada (ver alínea c)), no valor de € 1,608 milhões de euros, há uma redução dos compromissos, em **menos € 11,875 milhões de euros**.

B) Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Quadro 4 – Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Data	Dias
Em 31/12/13	755
Em 31/12/14	635
Em 31/12/15	575
Diferença 2015/13	- 180

Fonte: DGAL

O prazo médio de pagamento a fornecedores – que no 1º semestre de 2013 atingiu 820 dias – foi reduzido, desde o final de 2013, em 180 dias. Em 2015, essa redução cifrou-se em 60 dias.

C) Endividamento

No início do mandato, procurámos apurar a dívida global do Município, a qual apresentámos, discriminadamente, referenciada a 31/10/2013.

Entretanto, ao longo de 2015, como aconteceu em 2014, surgiram dívidas referentes ao anterior mandato que não estavam registadas nem eram conhecidas na contabilidade mas que se comprovou serem legítimas, razão pela qual as assumimos e foram, então, registadas. O valor apurado é líquido, uma vez que foi possível negociar e reduzir ou anular juros.

Há, portanto, uma significativa redução global da dívida, **-12.800.258,19 € (-14,6 %)**, ainda que, em 2015, tenha sido mais ligeira, -2.034.373,01 €, como se pode ver no Quadro seguinte:



Município de Évora

Quadro 5 – Dívida Global Apurada

Data de Referência	Valor
A 31/10/2013	82.871.522,82
Surgida e registada em 2014 e anterior a Out/2013	3.203.586,28
Surgida e registada em 2015 e anterior a Out/2013	1.607.661,40
Dívida Total no Início do Mandato	87.682.770,50
A 31/12/2014	75.309.223,92
A 31/12/2015	74.882.512,31
Redução da Dívida em 31/12/2015	- 12.800.258,19

Unidade: € - Euro

D) (Des)equilíbrio financeiro e económico

Ainda que o conceito de “*equilíbrio orçamental*” não deva ser confundido com “*equilíbrio económico*”, o primeiro tem implicações legais importantes, razão pela qual o abordamos.

A atual Lei das Finanças Locais alterou o cálculo do denominado “*equilíbrio orçamental*” agravando-o porque lhe acrescentou as amortizações – o que consideramos tecnicamente errado porque mistura e confunde *despesas* com *custos*.

Ainda assim, o Quadro seguinte mostra a evolução registada:

Quadro 6 – Evolução do Equilíbrio Orçamental

	2013	2014	2015
Equilíbrio Orçamental	- 18.294.206,10	-9.548.693,31	+2.509.095,36
Saldo	-16.648.844,92	-7.675.842,57	+4.374.070,62

Unidade: € - Euro

Em 2014, o *saldo orçamental* negativo foi reduzido em **53,9%** e o *desequilíbrio orçamental* negativo foi reduzido em **47,8%**.



Município de Évora

Em 2015, o *saldo orçamental* é, pela primeira vez, **positivo** com um incremento de **157,0 %** e o *equilíbrio orçamental* apresenta, também pela primeira vez, valor **positivo** com um incremento de **126,3 %**.

De 2013 a 2015, o *saldo orçamental* passou de **negativo a positivo** com uma variação absoluta positiva de **+21.022.915,54 €** e o *equilíbrio orçamental* passou de **negativo a positivo** com uma variação absoluta positiva de **+20.803.301,46 €**.

O “*equilíbrio económico*” tem uma maior identificação com os **resultados apurados no exercício**. De entre estes, os de maior significado são os **resultados operacionais**, que identificam o equilíbrio / desequilíbrio global da atividade municipal real. A estes, juntamos os **resultados líquidos do exercício**, que exprimem e englobam todas as rubricas de resultados correspondendo ao que podemos chamar o resultado final global do exercício. Vejamos a sua evolução:

Quadro 7 – Evolução dos Resultados

	2013	2014	2015
Resultados Operacionais	- 11.562.847,20	- 6.876.876,22	- 2.178.477,99
Resultado Líquido Exercício	- 12.706.874,27	- 7.331.402,16	- 4.890.006,39

Unidade: € - Euro

Em 2014, os *resultados operacionais negativos* foram reduzidos em **40,5 %**. Os *resultados líquidos negativos do exercício* foram reduzidos em **42,3 %**.

Em 2015, os *resultados operacionais negativos* foram reduzidos em **68,3 %**. Os *resultados líquidos negativos do exercício* foram reduzidos em **33,3 %**.

De 2013 a 2015, os *resultados operacionais negativos* foram reduzidos em **81,2 %**. Os *resultados líquidos negativos do exercício* foram reduzidos em **61,5 %**.

Quanto aos **investimentos municipais** destacamos:

- A conclusão da obra de **requalificação da Escola André de Resende**, cujo investimento global ultrapassou os € 3 milhões de euros, o qual foi possível aumentar, com o



Município de Évora

respetivo financiamento, em cerca de € 300 mil euros. Recorde-se que esta candidatura foi recuperada no Inalentejo, depois de dada como perdida à data do início do mandato;

- A **requalificação parcial da Av. Túlio Espanca, acesso rodoviário à cidade de Évora (EN114)** com um investimento de cerca de € 180.000;
- Vários **investimentos em escolas** num valor global de cerca de € 200.000;
- A **requalificação do Monte Alentejano** com um investimento de cerca de € 80.000;

Destaque, ainda, na área económica, para o processo de **criação do “cluster” de aeronáutica, defesa e espaço**, estando em curso vários **investimentos na ordem dos € 170 milhões de euros** e prevendo-se a **criação, nos próximos 3 anos, de cerca de 1.000 postos de trabalho diretos**.

1.2 Metodologia

Os documentos de Prestação de Contas que acompanham este Relatório foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001 – 2.ª Secção, que aprovou as *Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL*, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de agosto de 2001.

O Relatório de Gestão, que aqui apresentamos, compreende também a análise da situação do Município de Évora relativamente ao exercício de 2015, nas vertentes económica, financeira, orçamental e patrimonial, seguindo as instruções do ponto 13 do POCAL.

Pretendendo-se que este documento constitua uma verdadeira e acessível prestação de contas aos cidadãos e cidadãs e um importante instrumento de apoio à gestão municipal onde, de uma forma rápida e simples, se visualizem as informações, a metodologia utilizada passou pela elaboração de rácios, quadros e gráficos a partir dos mapas da conta de





gerência, de forma a evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal no ano de 2015, comparando com anos anteriores quando possível.

A estrutura deste Relatório de Gestão apresenta:

Na presente **Introdução** enquadra-se a abordagem que optámos para este Relatório, algumas **considerações gerais** que nos parecem importantes bem como alguns dos **factos mais relevantes** da atividade municipal em 2015. Concluímos a Introdução com a explicitação da **metodologia** usada.

No **ponto 2**, fazemos uma abordagem sintética da **Situação Económica e Social no Concelho** com o seu **enquadramento**, nomeadamente quanto às **políticas nacionais e da União Europeia** e, ainda, uma síntese da atividade política para **combater os problemas, dar perspetivas, contribuir para soluções**.

O **ponto 3** trata da **Gestão Municipal em 2015** começando por recordar as **opções programáticas do mandato 2013/2017**, identificar o **executivo municipal e os pelouros** e relevar os principais aspetos da **atividade municipal em 2015**.

O **ponto 4** é dedicado à **Análise Orçamental**, com informações sobre o orçamento inicial e as modificações orçamentais ocorridas ao longo do ano (alterações e revisão), a execução orçamental da receita e da despesa, a execução das Opções do Plano e apresentação de alguns indicadores orçamentais.

No **ponto 5** analisa-se a **Dívida do Município**, de curto, médio e longo prazo e também se faz o cálculo da dívida total de operações orçamentais bem como a análise face ao limite da dívida.

No **ponto 6** procede-se à **Análise Económica e Financeira** do Município, incluindo o património, através da apresentação e leitura de versões reduzidas dos principais mapas: Balanço e Demonstração dos Resultados. Completa-se esta análise com um conjunto de indicadores de natureza patrimonial.

O **ponto 7** é dedicado à **Contabilidade de Custos**, que apresenta um desenvolvimento considerável nos últimos anos, sendo que ainda há um trabalho a fazer nesta área contabilística.



No **ponto 8** apresenta-se a **proposta de aplicação do resultado líquido do exercício**.

E, por último, no **ponto 9**, faz-se referência aos **factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**, de acordo com as alíneas d) e e) do nº 13 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais (POCAL).

O Relatório termina com os **Anexos às Demonstrações Financeiras**, nos termos do ponto 8 do POCAL e o Anexo relativo à execução do PAEL. Estes anexos compreendem três partes distintas:

- Caracterização da entidade;
- Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução.

Dando cumprimento ao estabelecido no artº 12.º, n.º 2, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, junta-se também o **Anexo relativo à Execução do PAEL**.

Por último, uma referência à **Prestação de Contas Consolidadas**:

Nos termos dos arts 75º e 76º da Lei das Finanças Locais, sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais, aqui apresentados, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, igualmente elaboradas e aprovadas pelo Executivo e submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

A Lei n.º 9/2015, de 9 de março (9.ª alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), também estabelece, nos artigos 51.º e 52.º, a obrigatoriedade das entidades previstas no artigo 2.º da LOPTC – onde se incluem as autarquias locais - remeterem as contas consolidadas referentes a todas as entidades que integram os respetivos perímetros orçamentais. No caso dos municípios, integram esse perímetro, entre outras, as empresas municipais e as sociedades participadas. Quanto aos prazos, as contas separadas serão remetidas até 30 de abril do ano seguinte ao que digam respeito, enquanto as contas consolidadas podem ser remetidas até 30 de junho (n.º 4 do artigo 52.º da LOPTC).



2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NO CONCELHO

2.1 Enquadramento

A atividade municipal em 2015 decorreu num contexto de crise geral do capitalismo, em particular na União Europeia e em Portugal. Algumas melhorias verificadas nalguns indicadores económicos (PIB, desemprego) não se traduziram em melhorias na vida da população, mantendo-se graves consequências na economia e, sobretudo, a regressão das condições de vida da maioria dos cidadãos. Continuou a aplicação de uma política global de redução e/ou negação de direitos económicos e sociais dos trabalhadores e do Povo. Confirmou-se a continuidade de um real retrocesso civilizacional que pode ser aferido, entre muitos outros, pelos indicadores estatísticos, nacionais e internacionais, sobre o aumento generalizado da pobreza e do risco de pobreza.

A crise continuou a ter um profundo impacto negativo no nosso Concelho.

O Poder Local, cuja perda de autonomia e a fragilização se manteve, não tem por si só capacidade para resolver problemas estruturais que são, antes de mais, do País e da responsabilidade primeira do Poder Central. Mas, face aos problemas e dificuldades que atingiram a grande maioria dos que vivem e trabalham no nosso Concelho, recusámos a indiferença ou a cumplicidade.

Aprofundámos o conhecimento da realidade. Contactámos os mais variados setores sociais, da educação à saúde, de trabalhadores empregados a trabalhadores em risco de precarização ou desemprego, de empresários a trabalhadores desempregados, de jovens a reformados. Visitámos empresas, instituições e associações. Ouvimos populações em freguesias e moradores em defesa de reivindicações e aspirações. Abrimos o Município a colaborações, parcerias e participações das organizações que, em prol do interesse público, a tal se dispuseram.

Avançámos com críticas e denúncias fundamentadas, com reivindicações consensualizadas, com propostas responsáveis e exequíveis.



Município de Évora

Fomos ativos, solidários e intervenientes na defesa das populações e do concelho. Demos voz e fomos voz do Povo e das instituições de Évora. Intervimos e procurámos contribuir positivamente em todas as questões que afetaram Évora!

2.2 Novas Políticas Nacionais e da União Europeia para o Progresso

Face à crise para a qual a elite dominante conduziu Portugal e o Alentejo, identificámos e caracterizámos as suas causas e consequências, os seus impactos no concelho e no Alentejo e avançámos com ideias, propostas e iniciativas.

Como comprometido, defendemos a construção de uma sociedade mais equilibrada, mais justa, mais desenvolvida e amiga do ambiente. Defendemos a necessidade de uma rutura com as orientações neoliberais que vêm dominando Portugal e a União Europeia, a necessidade de uma real mudança de políticas, a necessidade de uma nova política recentrada no ser humano e não nos “mercados”.

Defendemos uma nova política nacional que promova:

- uma mais justa distribuição do rendimento nacional ao invés da concentração atual num pequeno grupo de portugueses;
- a economia produtiva e a economia real e não economia financeira e especulativa;
- mais justiça fiscal ao invés do favorecimento dos que mais possuem;
- a melhoria das condições de vida da generalidade dos portugueses e dos que vivem e trabalham em Évora, nomeadamente com aumentos salariais, das reformas, das pensões e das prestações sociais, ao invés do contínuo enriquecimento de apenas alguns;
- o desenvolvimento regional, o desenvolvimento do Alentejo, ao invés do desequilíbrio e desordenamento regional e territorial;





Município de Évora

- o respeito e a autonomia do Poder Local Democrático, essencial ao aprofundamento da democracia, à participação cívica dos cidadãos e ao desenvolvimento local e regional, ao invés da tutela centralista e da recentralização do sistema político;
- o conhecimento, a cultura, a paz, a identidade nacional ao invés da aculturação claudicante à imposição do pensamento único.

Defendemos uma nova política de construção da União Europeia que promova uma União dos Povos, uma União de cooperação entre Estados iguais, uma União da coesão social e territorial, uma União para Paz na Europa e no Mundo.

2.3 Combater os Problemas, Dar Perspetivas, Contribuir para Soluções

O Alentejo – e 2/3 do território nacional – está num processo de acelerado despovoamento. Após 3 QCAs, 1 QREN e muitos milhões de euros – como reconhece a própria UE em relatórios devastadores! –, continua a rota de divergência das outras regiões da UE e do país. O Alentejo afasta-se ainda mais do rendimento médio comunitário, vê aumentar o desequilíbrio na distribuição interna do rendimento, continua a assistir à liquidação de postos de trabalho, perde em média 7 pessoas por dia.

O **desequilíbrio regional** e a **litoralização do país** são opções políticas estruturais, a nosso ver profundamente erradas e de consequências dramáticas.

Em 2015, aquelas políticas e aquela situação mantiveram-se.

Entretanto, o Programa “Alentejo 2020” – que inclui, recorde-se, a Lezíria do Tejo com 11 concelhos – do Quadro Financeiro Plurianual da UE para o período 2014-2020, anunciou uma estratégia para o desenvolvimento do Alentejo e uma verba global de € 1.082 milhões de euros de fundos para estes 7 anos. A estratégia define objetivos e metas o que, independentemente da posição que sobre aquela estratégia tenhamos, permitirá, ao menos, monitorizar e avaliar os seus resultados. Em 2015, segundo ano do “Alentejo 2020”, a aprovação de candidaturas é muito baixa e, na área do Poder Local, ainda não chegou um só cêntimo às autarquias e à economia. Uma situação muito preocupante que denunciámos.





Município de Évora

A inclusão no “Alentejo 2020” (e no Portugal 2020) de um eixo para a “Regeneração Urbana” que reivindicámos e propusemos desde o início do mandato, deu os primeiros passos, o que se saúda. Contudo, a incongruência, a complexidade, a burocratização do “Portugal 2020” – para a qual avisámos em devido tempo – confirma graves dificuldades e problemas para as candidaturas e a execução e, em particular, para os pequenos e médios potenciais beneficiários.

A situação económica e social no Concelho registou agravamento nalguns setores económicos e sociais.

O Município registou um acréscimo de solicitações de cidadãos e de famílias de menores recursos e/ou que viram os seus rendimentos reduzidos mas também de cidadãos e famílias antes ditos de classe média.

Aumentou a precarização, a incerteza, o receio, a descrença num vasto conjunto de trabalhadores, de cidadãos e de famílias.

A redução de rendimentos e o elevado grau de endividamento de boa parte dos cidadãos e famílias continuou a sentir-se e teve como consequência uma quebra nos rendimentos disponíveis o que se refletiu na continuidade e, nalguns casos agravamento, da generalidade das nossas empresas e em particular das micro, pequenas e médias empresas levando mesmo à falência de algumas.

O **ligeiro crescimento económico** verificado não se traduziu na vida da maioria dos cidadãos os quais continuam a sentir as consequências negativas da recessão económica e do empobrecimento.

Em Évora, manteve-se como principal problema a **falta de emprego e o desemprego**, sobretudo entre os jovens e as mulheres, e ainda a **precarização do emprego**.

Exigimos uma política económica apostada no crescimento e preocupada com a criação de emprego, sistemas de incentivos eficazes ao investimento no interior, apoio às micro, pequenas e médias empresas, maior facilidade de acesso ao crédito, formação profissional adequada às necessidades. Registamos, neste último caso, o trabalho empenhado e a





colaboração com as estruturas locais do Centro de Emprego e do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A Câmara, no âmbito das suas limitadas possibilidades e responsabilidades, apostou na dinamização e captação de investimento, de empresas e de atividades diversas geradoras de emprego – onde se destaca o trabalho para a criação do “cluster” da aeronáutica, defesa e espaço –, denunciou as políticas de regressão económica e social, fez propostas para enfrentar os problemas, nomeadamente, quanto ao investimento público, quanto ao uso dos fundos da União Europeia no Portugal 2020 e no Alentejo 2020, quanto à criação de emprego.

Em 2015, acentuou-se a **assimétrica, desequilibrada e injusta distribuição do rendimento** que se tem traduzido no aumento da pobreza e em crescentes desequilíbrios sociais que afetam negativamente a maioria das famílias e tem constituído um fator refrante do desenvolvimento económico.

Denunciámos as políticas nacionais e da União Europeia responsáveis pela degradação da coesão social e, simultaneamente, propusemos alternativas e agimos, a nível municipal e com os pequenos recursos disponíveis, com políticas sociais de apoio às camadas da população mais penalizadas.

A vida da maioria dos **reformados, pensionistas e idosos** não registou melhorias, sendo que o valor médio das reformas e pensões se terá mantido à volta de € 340 / mês.

Denunciámos esta política injusta, propusemos uma alteração de política para garantir aumentos reais para a grande maioria das reformas indignas auferidas e que, frequentemente, impõem vivências degradantes. Os reformados, pensionistas e idosos contaram com a solidariedade e o apoio da Câmara.

Os **jovens** continuaram a ser dos mais afetados, quer no acesso à educação, quer quanto ao desemprego, quer quanto às suas expectativas de um futuro estável e digno.

Denunciámos a despreocupação da política governamental para com os jovens, o convite à emigração, o desaproveitamento social do seu potencial criativo. No âmbito das nossas competências, procurámos apoiar os jovens e incentivá-los à participação cívica ativa.



Município de Évora

A **desestruturação familiar, desadaptação e o insucesso escolar e a frustração de expectativas sociais** foram outros problemas sociais que se mantiveram. Muitas famílias a viver situações sociais difíceis ou mesmo muito graves procuraram a Câmara e, na medida do possível, procurámos acompanhá-las e/ou encaminhá-las para obter os apoios necessários.

A **emigração** voltou, nos últimos anos, a constituir-se como um grave problema. O **saldo migratório** no concelho apresenta, nos últimos anos e em resultado da crise capitalista, valores absolutos negativos que se poderão situar entre 400 e 500 pessoas, ao ano.

Recusámo-nos a aceitar esta problemática situação económica e social, que atinge boa parte da nossa população, como uma fatalidade. Empenhámo-nos em contribuir – com a denúncia, com a análise, com a reivindicação e, sobretudo, com propostas e com ação – para a criação de condições políticas, económicas, sociais e culturais que aos Eborenses, aos Alentejanos e a todos os que escolheram viver e trabalhar em Évora o direito à escolha, o direito a poderem viver condignamente nesta cidade e neste concelho!





3. GESTÃO MUNICIPAL EM 2015

3.1 Opções Programáticas do Mandato 2013/2017

As **Opções Programáticas** para o mandato 2013 / 2017 estão contidas no Programa de Governo Municipal que a CDU apresentou e foi sufragado maioritariamente pelo voto popular. Como parte integrante daquelas, assumimos a abertura à análise e discussão de ideias, propostas, sugestões e críticas de outras forças políticas bem como de instituições e cidadãos.

Aquelas Opções Programáticas, não significando a listagem uma ordenação lexicográfica, são as seguintes:

1. **Renovar o Município**
2. **Revalorizar Évora como Património da Humanidade**
3. **Fomentar a Economia e o Emprego, Atrair Investimento**
4. **Promover a Cultura, a Educação e a Ciência como Pilares do Desenvolvimento**
5. **Qualificar o Território**
6. **Preservar o Ambiente, Garantir a Sustentabilidade**
7. **Combater as Desigualdades, Reforçar as Respostas Sociais**
8. **Revalorizar o Desporto, Apostar na Juventude**
9. **Renovar e Reforçar Proteção civil e Segurança**

3.2 Executivo Municipal e Pelouros

A composição da Câmara Municipal, resultante das **Eleições Autárquicas de Setembro de 2013**, e em exercício no ano de 2015 – 4 eleitos pela CDU, 2 eleitos pelo PS, 1 eleito por PSD/CDS –, manteve-se:

- **Presidente: Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá (CDU)** – Pelouros: Coordenação Geral; Apoio à Presidência e Vereação; Auditoria e Modernização; Relações



Município de Évora

Institucionais, Externas e com a Assembleia Municipal; Administração e Pessoal; Desenvolvimento Económico e Planeamento e Segurança Pública.

- **Vice-Presidente: Élia Maria Andrade Mira (CDU)** – Pelouros: Educação, Intervenção Social e Saúde; Évora Cidade Educadora; Juventude e Desporto; Relações com as Freguesias.
- **Vereador: Eduardo Jorge Pratas Fernandes Luciano (CDU)** – Pelouros: Ordenamento do Território e Regeneração Urbana; Gestão Urbanística; Cultura, Património, Centro Histórico e Turismo; Comunicação e Relações Públicas; Fiscalização Municipal.
- **Vereador: João Manuel da Horta Rodrigues (CDU)** – Pelouros: Serviços Operacionais; Obras Municipais, Abastecimento de Águas e Saneamento; Ambiente, Higiene Pública e Mobilidade; Veterinário Municipal e Proteção Civil.
- **Vereador: Silvino Luís das Neves Costa (PS)** – Sem pelouros.
- **Vereadora: Cláudia Maria Ferreira de Sousa Pereira (PS)** – Sem pelouros.
- **Vereador: Paulo Jorge Pires Jaleco (PSD/CDS)** – Sem pelouros.

Reuniões: A Câmara Municipal reuniu, em sessões ordinárias, quinzenalmente, às quartas-feiras, pelas 15 horas, de acordo com calendário aprovado no final de 2014. Realizaram-se ainda algumas sessões extraordinárias. Todas as reuniões foram públicas.

3.3 Atividade Municipal em 2015

A Atividade Municipal em 2015 é, de seguida, exposta sinteticamente e disponibiliza dois documentos de suporte:

- O **Relatório de Atividades (RA)** não incluídas na EAPPI e que legalmente não é obrigatório;
- A **Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos (EAPPI)**.





O **RA** é apresentado com base na metodologia que introduzimos no início do mandato e usada na elaboração do Plano de Atividades para 2015 o que facilita a referência àquele. Elaborámo-lo procedendo a uma síntese de cada ação. Evita-se uma descrição exaustiva que, não obstante ser bastante mais enriquecedora e dar uma dimensão qualitativa que por vezes se perde, levaria a um extenso e pesado documento.

Quanto à **EAPPI**, a sua leitura deve ser cuidadosa tendo em conta quer características técnicas intrínsecas quer o que decorre da sua gradual implementação. Quanto às primeiras, nota-se que, de acordo com o POCAL, este documento mostra o efetivamente pago. Ora, registando-se os pagamentos e não as liquidações, o EAPPI mostra as execuções financeiras e não as execuções físicas. Haverá ainda que distinguir tecnicamente entre despesas de capital e investimento no sentido económico, despesas de capital da Conta de Gerência e investimento na EAPPI. Sem entrar em explicações teóricas complexas, nota-se que aqueles conceitos levam a diferenças entre o investimento real, os valores de capital expressos na Conta de Gerência e a EAPPI. Quanto implementação, temos vindo a aumentar gradualmente o rigor dos registos. Contudo, não é possível garantir ainda uma cabal correspondência entre o real e o registo contabilístico, não captando este último a totalidade do investimento.

Correspondendo ao Plano Codificado que apresentámos no início do mandato, os códigos, explicitados ao longo deste texto permitem remeter para o RA e/ou para a EAPPI. Os códigos correspondem a uma hierarquização a saber: Função/Opção Programática (2 dígitos); Subfunção (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projeto (8 dígitos); Ação (10 dígitos).

O que surgir fora desta codificação resulta de ações que estavam em curso em 2013 e que se entendeu manter autonomizadas para cumprimento de exigências legais decorrentes do POCAL.

3.3.01. Renovar o Município

Neste eixo programático / função (código 01) iniciámos e demos continuidade à **implementação, internalização, aplicação e desenvolvimento de um novo paradigma de**



gestão municipal democrática, inovadora, aberta e participada pelos funcionários, cidadãos e instituições.

Incluiu as seguintes subfunções / finalidades: **promover a participação popular na gestão municipal** (código 01.01.); **reestruturar a Câmara, inovar o serviço público** (código 01.02.); **recuperar as finanças municipais** (código 01.03.); **apoiar o movimento associativo** (código 01.04.).

3.3.01.01. Promover a Participação Popular na Gestão Municipal

Assumimos como orientação e prática políticas a promoção da democracia participativa, motivando a participação popular nos processos de tomada de decisão da gestão municipal.

Implementámos os seguintes Programas, descritos no RA:

- No **Programa de Auscultação Não Institucional** (PA-01.01.01.) concretizámos um vasto conjunto de iniciativas de auscultação direta das quais destacamos:
 - Atendimentos semanais, personalizados, pelos eleitos na CM;
 - Dois períodos de atendimento aberto nas reuniões de CM;
 - Continuidade da iniciativa “Pelos Caminhos do Concelho” com visitas de trabalho programadas a Freguesias e locais;
 - Reuniões com trabalhadores do Município e com instituições;
 - Reuniões específicas para auscultar a população sobre questões concretas.

- No **Programa de Estruturas Consultivas Locais de Participação** (PA-01.01.02.) criámos e/ou renovámos aquele tipo de estruturas, garantimos o seu funcionamento regular e considerámos os seus pareceres e propostas na gestão municipal. Todos os Conselhos e Comissões Municipais estão a funcionar com exceção do Conselho Cinegético (cujas duvidosa utilidade e eficácia, não justifica), de um Conselho para a Mobilidade (que aguarda a elaboração do Plano de Mobilidade em curso). A Comissão Municipal de Toponímia reiniciou o seu funcionamento regular.

- No **Programa para Aprofundar a Democracia Política** (PA-01.01.03.) assumimos a defesa do Poder Local Democrático, denunciámos as tentativas de redução ou



Município de Évora

mesmo liquidação da autonomia municipal, defendemos a instituição das regiões administrativas no continente, apostámos na descentralização – tendo em conta o novo quadro legal – em colaboração ativa com as Freguesias e pugnámos e participámos no associativismo intermunicipal exigindo o direito à liberdade de associação posta em causa pelo Governo.

Defendemos a reposição das Freguesias extintas contra a vontade popular e opusemo-nos à tentativa, prevista no Memorando de Entendimento com a *troika* (FMI, BCE, UE), de extinguir municípios.

Denunciámos o processo de recentralização do poder, sobretudo, em áreas apetecíveis à privatização como a água, o saneamento ou o lixo.

Continuámos o trabalho de revalorização das freguesias onde, entre outros aspetos, se salienta a estabilização financeira e pagamento de dívidas de anos anteriores, o aumento de 5% nas transferências do Município cumprindo o compromisso e o funcionamento do Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF). O GAF, criado em 2014, tem procurado qualificar a resposta prestada pelo município, no âmbito das suas competências e atribuições, potenciar o trabalho de proximidade, integrado e concertado com as dinâmicas sociais, culturais e económicas das freguesias, promotoras de um desenvolvimento local sustentado e participado, assegurar o diálogo e a parceria com as Juntas de Freguesia, garantir transparência de processos e tratamento igual.

- No **Programa de Fomento da Dinâmica Popular** (PA-01.01.04.) incentivámos e acolhemos formas diversas de participação popular nos processos de tomada de decisão municipal. Alguns exemplos:
 - O processo de audição para a tomada de decisão sobre a **venda de terrenos municipais para um empreendimento comercial junto às Portas de Aviz**;
 - Avaliação profunda do modelo e do funcionamento das AEC - atividades de enriquecimento curricular, com a participação da comunidade educativa;
 - A auscultação direta da comunidade escolar no âmbito da recuperação e lançamento da obra de requalificação da Escola André de Resende;





Município de Évora

- O envolvimento de dezenas de instituições e escolas nas comemorações dos **500 Anos do Palácio D. Manuel**.
- Demos voz a **reivindicações ao Poder Central** de justas aspirações e necessidades das populações, quer a nível da **Região** (PA-01.01.05.), quer a nível do **Concelho** (PA-01.01.06.). Destacamos a denúncia e exigência de funcionamento permanente da VMER (viatura médica de emergência e reanimação).
Avançámos com propostas fundamentadas em várias áreas e a diversos níveis.
- O **Programa de Participações Institucionais** (PA-01.01.07.) a diferentes níveis garantiu a voz autónoma do Município e da Região em diversos fóruns, contribuiu para a formação de posições coletivas nas instituições. Procurámos prestigiar o Município e a Região.

3.3.01.02. Reestruturar a Câmara, Inovar o Serviço Público

Consolidámos o processo, amplamente participado, de reestruturação profunda da organização municipal visando um objetivo estratégico ambicioso: **aprofundar a democracia local participada internamente e nas relações com o exterior, assegurar a modernização e a inovação assumindo e interiorizando uma nova cultura de serviço público**.

Sendo um objetivo estrutural, este processo prolongar-se-á por todo o mandato e exige capacidade para uma constante renovação. Está em marcha através da implementação dos seguintes Programas:

- No **Programa de Organização dos Serviços** (PA-01.02.01.) procedemos, com base num processo aberto e de grande envolvimento e participação dos trabalhadores, à consolidação da reorganização dos serviços municipais que começámos a aplicar em 2014.

Continuámos a implementação de um programa de modernização municipal, em todas as áreas de atividade, atentas as restrições orçamentais e legais mas, também e sobretudo, os ganhos de eficácia, de produtividade e de melhoria de resposta do serviço público. Este programa tem, contudo, avançado de forma mais lenta do que de pretendia.





- No **Programa** dirigido aos **Trabalhadores / Força de Trabalho (01.02.02.)** procurámos garantir a melhoria das condições de trabalho, nomeadamente, pela defesa dos ACEEP, assinados com os sindicatos (em particular, o mais representativo, o STAL), para **salvaguardar o horário das 35 horas de trabalho / semana**. Após termos obtido ganho da ação no Tribunal Administrativo de Beja, o Tribunal Constitucional veio confirmar um acórdão favorável à nossa posição, obrigando o Governo PSD/CDS a recuar e a publicar os ACEEP. Esta vitória é importante não só porque garante melhores condições de trabalho e de vida aos nossos trabalhadores mas também porque defende a autonomia municipal.

Denunciámos outras medidas de desvalorização do trabalho e dos trabalhadores. Avançámos com um **plano de formação anual**. Reunimos regularmente com a Comissão Sindical, chamámos os trabalhadores à participação na gestão municipal, sob diversas formas. Procurámos reforçar o apoio para melhorar o bem-estar dos trabalhadores, nomeadamente, no âmbito da reformulação (em curso) da ação do Gabinete de Apoio ao Trabalhador. Há, no entanto, que reconhecer que ainda estamos aquém da intervenção desejada e possível neste âmbito.

Demos continuidade à **criação de normas e regras transparentes** para a gestão do pessoal como foi o caso da implementação dos critérios para a mobilidade interna.

As medidas negativas impostas pelo OE/2015, nomeadamente quanto à redução de 3% no número dos trabalhadores e ainda quanto a outras limitações nas horas extraordinárias, na contratação, etc., exigiram uma grande atenção e capacidade de resposta. Cumprindo os imperativos legais, procurámos minimizar os efeitos negativos para os trabalhadores e para a atividade municipal.

A nossa solidariedade na defesa dos direitos dos trabalhadores foi permanente, nomeadamente, contra os cortes salariais e de redução do valor das horas extraordinárias bem como na nossa solidariedade ativa para com as suas lutas. Como previmos, os problemas de pessoal, decorrentes de uma política governamental e de



Município de Évora

uma legislação regressiva e penalizadora dos serviços públicos, agravaram-se, em 2015.

- No **Programa de Instalações Municipais** (01.02.03.), após a 1ª fase de levantamento, avançou-se para a definição de um Plano de Rentabilização das Instalações com medidas de curto, médio e longo prazo. Os esforços concentraram-se nos edifícios da ex-Rodoviária e dos Paços do Concelho, preparando candidaturas. Muito limitados pelas tremendas restrições económicas, iniciámos a reinstalação de serviços e trabalhadores no Centro Histórico da cidade, com a Unidade de Fiscalização e o serviço de mercados.
- No **Programa de Equipamento** (01.02.04.) procurámos, dadas as limitativas condições financeiras, responder apenas a questões inadiáveis.
- O **Programa de Valorização do Município** (01.02.05) assegurou as áreas de protocolo e representação, de promoção, de comunicação e de edições e publicações. Ainda que de forma limitada, procurámos iniciar novas formas de promoção e comunicação e introduzimos o planeamento destas atividades.
- O **Programa de Inovação** (01.02.06) deu continuidade à introdução do planeamento estratégico, nomeadamente através de uma parceria com a Universidade de Évora no âmbito da Comissão de Economia e Turismo, apostou nas novas tecnologias, nomeadamente, através da inclusão no Évora Distrito Digital e no programa de modernização da CIMAC e, ainda, no incentivo e apoio à inovação, em vários projetos (“Smart City”, “Cidades Criativas”, Otimização Energética, etc).

3.3.01.03. Recuperar as Finanças Municipais

A gravíssima situação económica e financeira do Município, existente no final do anterior mandato autárquico (Outubro/2013), foi retratada parcial e sinteticamente no documento





de “Apresentação e Enquadramento” das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2014 e atualizado em 2015. Recorde-se que, àquela data, referimos que o tremendo condicionamento de toda a atividade municipal podia, ainda, ser traduzido no seguinte indicador:

$$\frac{(DT)}{(RT - EO)} > 2$$

em que,

DT = Dívida Total; RT = Receita Total; EO = Empréstimos Obtidos

o que significava que o **montante global da dívida era 2 vezes superior à receita anual** ou, dito de outra forma, **2 anos de receita municipal, sem qualquer atividade municipal, seriam insuficientes para pagar a dívida existente.**

As finanças municipais caracterizavam-se, pois, por um enorme desequilíbrio financeiro e económico que levou à declaração pelo Governo (Despacho nº 4507/2013, de 7 de março de 2013, dos Secretários de Estado da Administração Local e do Tesouro) de que o Município estava em ***desequilíbrio financeiro estrutural***.

Aquela situação das finanças municipais impunha, entre outros aspetos negativos:

- a) Projeções mensais de fluxos de tesouraria negativos, impondo necessidades de financiamento mensais que o Município estava longe de poder assegurar;
- b) Elevadas despesas / custos financeiros que, de forma crescente, absorviam os escassos recursos financeiros;
- c) Fundos disponíveis negativos, calculados de acordo com a LCPA.

Alertámos para as graves consequências para o Município, para os cidadãos e para o concelho, decorrentes daquele desequilíbrio económico e financeiro estrutural, tendo destacado:



Município de Évora

1. Graves dificuldades para assegurar diariamente as verbas necessárias ao funcionamento corrente do Município, implicando a redução ou cessação de atividades municipais fundamentais;
2. Inexistência de recursos municipais para financiar investimentos públicos municipais, quer estruturais quer conjunturais;
3. Imposição de impostos, taxas, tarifas e preços municipais no seu nível máximo e/ou “otimizado”, por via do contrato de empréstimo, denominado PAEL, efetuado no anterior mandato;
4. Restrições e/ou cessão de apoios financeiros ao movimento associativo local por via do contrato de empréstimo, denominado PAEL, efetuado no anterior mandato;
5. Dificuldades ou impossibilidade de apoios financeiros a processos ou projetos de desenvolvimento de interesse para o concelho.

Aquele foi o difícil quadro a que toda a atividade municipal esteve sujeita em 2014 e em 2015. Em 2015, **surgiram ainda novos dados negativos, em particular, quanto a novas dívidas referentes ao anterior mandato e quanto a irregularidades e que herdámos e temos procurado resolver.**

Em 2015, continuámos a alargar e consolidar a **nova gestão económica e financeira equilibrada e saudável, respeitadora do dinheiro e do património públicos, transparente, eficaz e rigorosa** que tínhamos iniciado logo após a tomada de posse em Outubro de 2013.

O **Programa de Reequilíbrio Económico e Financeiro (01.03.01)**, iniciado logo após a tomada de posse em Outubro de 2013, foi prosseguido, sendo uma das principais prioridades em 2015. É um Programa de cariz estrutural que tem articulado medidas de médio e longo prazo, nomeadamente quanto às novas orientações estratégicas do Município, com medidas de curto prazo e respostas a situações extraordinárias.

Para além do trabalho relevado em 2014, destacamos em 2015:

- Análise e decisão sobre compromissos e dívidas, oriundas do anterior mandato mas surgidas apenas neste ano. Recorde-se que apurámos e registámos, neste âmbito, dívida no valor de € 1.607.661,40;





Município de Évora

- Elaboração do **Plano de Saneamento Financeiro** com base na nova legislação conhecida como Fundo de Apoio Municipal mas optando por não recorrer ao Fundo;
- Correção, reprogramação e conclusão das diversas candidaturas e projetos aprovados no Inalentejo e no QREN da União Europeia, de forma a minimizar as penalizações e maximizar os financiamentos;
- Programa para credibilizar, rentabilizar e tornar eficaz a atividade municipal na área das águas, saneamento e resíduos sólidos domésticos, nomeadamente, ao nível das receitas;
- Continuação da ação dirigida aos procedimentos de aquisições e de faturação, de controlo interno e de gestão ao nível de serviço para identificação de problemas decorrentes da organização municipal (estruturais) e problemas de gestão corrente.

Continuámos as prioridades de atuação de que se destacam:

- A iniciativa de negociação com credores e fornecedores de modo a renegociar as dívidas reclamadas (verificando a sua legitimidade, procurando alargar prazos, reduzir ou anular juros), renegociar contratos existentes reduzindo montantes e melhorando cláusulas;
- A iniciativa de negociação de processos judiciais em curso com grande probabilidade de desfechos desfavoráveis, no sentido de obter acordos com redução de custos (nomeadamente, juros) e prazos alargados de pagamento;
- Reforço e novas formas de controlo e redução de custos;
- Introdução de mecanismos para aumentar a receita perdida por laxismo ou desorganização e tornar eficaz e credível a recolha de receita;
- Planeamento, muito difícil reconhece-se, da tesouraria e dos compromissos quer a curto quer a médio prazo;
- Consolidação da nova Organização dos Serviços Municipais.

Como informámos em 2014, a generalidade das **candidaturas e projetos colocados a financiamento no Inalentejo e/ou QREN** da União Europeia apresentavam significativos problemas. Atualizamos, agora, a situação de cada um:

a) **Projetos com financiamento perdido, parcial ou totalmente:**





Município de Évora

- Infraestruturas do PIAE com perda de financiamento de € 393.856,97 por ilegalidades / irregularidades na contratação. Foi possível negociar a devolução, em 18 prestações, desta verba já recebida. Pagamento em curso;
- Escola dos Canaviais com perda de financiamento de € 667.334,77 por ilegalidades / irregularidades na contratação. Foi possível negociar a devolução desta verba já recebida e o pagamento da devolução está concluído. Em curso, pagamento de dívida de juros, negociada, com empreiteiro;
- Zona industrial / empresarial de S. Sebastião da Giesteira com perda de financiamento de € 357.599,93, por ilegalidades na contratação.

b) Candidaturas e projetos com proposta de perda total de financiamento e que foi possível recuperar:

- Requalificação da Escola André de Resende, com financiamento aprovado de € 3.094.719,47, por não lançamento de obra e falta de documentação. Foi possível garantir os documentos, o início da obra e negociar a recuperação do financiamento. Foi possível reprogramar, aumentando o investimento em áreas não previstas (equipamento, mobiliário e arranjos exteriores) no valor de mais € 300 mil euros. Obra concluída;
- Incubadora de empresas (ÉvoraTech), projeto incluído na Rede Corredor Azul, com financiamento aprovado de € 1.040.000, por obra parada e falta de concurso para equipamentos e mobiliário. Foi possível negociar o reinício da obra e, através de parceria com a ADRAL, lançar o concurso e definir (porque não existia) o modelo de gestão e funcionamento. Negociámos e obtivemos a recuperação e ampliação do financiamento. A ÉvoraTech, incubadora de empresas de base tecnológica, está a funcionar e contribui para o PCTA.

c) Projetos com execução atrasada e risco de perda de financiamento e que foi possível concluir:





Município de Évora

- Requalificação dos Balneários das Piscinas Municipais com financiamento aprovado de € 212.800,00 e com obra parada. Foi possível concluir a obra por administração direta e garantir a maior parte do financiamento.

d) Candidaturas e projetos com documentação em falta e possibilidade de perda parcial ou total de financiamento:

- Estrada Municipal 526 (N^a Sr^a de Machede) com financiamento aprovado de € 1.078.510,27, obra concluída e paga; falta concluir processo de expropriação de uma parte do terreno;
- Acrópole XXI – Gestão da Parceria com financiamento aprovado de € 71.099,20, integralmente concluído;
- Plano para a Igualdade de Género com financiamento aprovado de € 46.533,90, integralmente concluído.

3.3.01.04. Apoiar o Movimento Associativo

Reconhecemos e valorizamos o movimento associativo, nas suas muito diversas vertentes, como um dos elementos de maior dinâmica e coesão da nossa comunidade e, ainda, com uma enorme expressão na afirmação da cidadania e participação popular em causas comuns e de interesse coletivo.

Construir relacionamentos saudáveis, regulares, de valorização, de cooperação e interação; apoiar atividades e projetos; trazer as associações à participação e à intervenção nos processos de tomada de decisão; motivar o trabalho em parceria e em rede e criar novas dinâmicas foram alguns dos objetivos da nossa ação que alcançámos com elevados níveis de concretização.

O Município defendeu e promoveu o respeito integral pela autonomia do movimento associativo, afastou qualquer tique tutelar, prestou solidariedade, reconheceu o papel determinante e insubstituível do movimento associativo na comunidade bem como o seu contributo para o desenvolvimento multifacetado.





Município de Évora

Implementámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Relacionamento Institucional** (PA-01.04.01.) assegurámos o relacionamento regular bem como o convite e incentivo à integração em estruturas participativas municipais. Devido a outras exigências legais, não foi possível concluir a reapreciação das normas e regulamentos municipais bem como o lançamento de procedimentos de alteração ou substituição.
- No **Programa de Apoios Materiais e Financeiros** (01.04.02), e sujeitos às restrições existentes e às imposições decorrentes do PAEL, pagámos apoios em dívida e assegurámos um conjunto de apoios diversificados. Assegurámos o funcionamento do Programa Conhecer + criado em 2014 e que garantiu a cedência de autocarros ao movimento associativo social, que contabilizou um apoio de 32.170,00 €;
- No **Programa de Dinamização de Atividades** (01.04.03.) apostámos na cooperação e nas parcerias com vista a assegurar uma programação regular e em rede entre a CME e as associações. Por falta de financiamentos – o “Alentejo 2020” não abriu concursos –, o programa de animação do Centro Histórico denominado “Cenas ao Sul” teve que ser substancialmente reduzido. Pela mesma razão, não foi possível garantir o apoio à Bienal de Marionetas de Évora (BIME), perda cultural significativa que lamentamos, sendo que o CENDREV, organizador, a CME e a ERTA estão a trabalhar para garantir a retoma da BIME.

3.3.02. Revalorizar Évora como Património da Humanidade

Assumimos esta função / opção programática (código 02) como uma das grandes prioridades estratégicas do mandato.

Demos continuidade a um programa diversificado para a revalorização de Évora como Património da Humanidade, reconduzindo à defesa do interesse público, apostando na preservação, na reabilitação e na animação do Centro Histórico como componente determinante do desenvolvimento de que Évora precisa.





Município de Évora

Temos vindo a implementar uma visão alargada do conceito de património mundial em que procurámos englobar a vivência no Centro Histórico e na cidade, enquadrar a envolvente do Centro Histórico, o valor patrimonial e paisagístico do espaço rural bem como o património imaterial.

Desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **promover o equilíbrio entre o histórico e a modernidade** (código 02.01.) e **valorizar o património concelhio, cooperar com a Região** (código 02.02.).

3.3.02.01. Promover o Equilíbrio entre o Histórico e a Modernidade

Mantivemos a prioridade e particular atenção à defesa e preservação das características do Centro Histórico de Évora, essenciais para a manutenção da classificação de Évora como Património da Humanidade e para a projeção e desenvolvimento da cidade, do concelho e do Alentejo. Neste sentido, temos implementado uma visão em que as preocupações de preservação são compatibilizadas e integram as necessidades atuais da vivência urbana.

Implementámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Revalorização e Animação do Centro Histórico** (02.01.01.) avançámos com um vasto conjunto de ações com aqueles objetivos. Destacamos:
 - Propusemos um *programa nacional de regeneração urbana* e, nesse âmbito, a criação de um eixo para a regeneração urbana no Alentejo 2020. Esta última proposta foi considerada e introduzida. Em 2015, e num prazo muito apertado, preparámos e **apresentámos uma candidatura no âmbito do PEDUS (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável)** a qual tem como principais componentes a 1) Requalificação de edifícios municipais; 2) Requalificação de edifícios de instituições; 3) Requalificação de espaços públicos; 4) Apoio à recuperação de edifícios privados; 5) Apoio ao comércio de proximidade. Esta candidatura contou com parcerias com a Universidade de Évora, Santa Casa da Misericórdia, Associação Comercial e Fundação Eugénio de Almeida;





Município de Évora

- Os trabalhos, em curso, para o *plano de gestão e salvaguarda* bem como para a *definição da zona especial de protecção*, instrumentos fundamentais para um programa de revalorização e regeneração urbana e ainda para recuperar a credibilidade e prestígio junto da UNESCO. Ainda que registando alguns avanços, os trabalhos técnicos com a DRCA têm-se revelado lentos e com algumas divergências significativas;
- Lançámos um conjunto de **Encontros Técnicos** subordinados ao tema “O Planeamento para os Conjuntos Classificados”.
- Em 2015, o programa de animação do CH, diversificado, largamente participado e assente nas associações locais, resultante de uma parceria alargada que incluiu a Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERTA), e que denominámos “**Cenas ao Sul**” teve que ser substancialmente reduzido por falta de financiamento o que levantou várias dificuldades. Para além da ERTA, só foi possível realizá-lo através de uma parceria com as Juntas de Freguesia urbanas
- No **Programa de Afirmação Nacional e Internacional** (02.01.02.) foram retomadas e continuadas relações regulares com cidades geminadas e diversas redes a que pertencemos, procurando definir prioridades e/ou programas de ação. Participámos em diversos fóruns e níveis institucionais. Participamos em grupos de trabalho com vista a iniciativas e programas que perspetivem projetar Évora como cidade de referência das boas práticas em matéria de património. Paralelamente, desenvolvemos um conjunto de ações, boa parte em colaboração estreita com a ERTA, para promoção de Évora e do Alentejo como destino turístico.

3.3.02.02. Valorizar o Património Concelhio, Cooperar com a Região

A riqueza do património de Évora vai muito além do Centro Histórico e tem muitas outras vertentes. Boa parte desse património é partilhado e faz parte da identidade do nosso Alentejo como, por exemplo, a paisagem ou a gastronomia.

Apostámos na valorização, visibilidade e divulgação do nosso património concelhio.





Município de Évora

Tomámos iniciativas e abrimos o Município à cooperação com outros municípios e diversas instituições do Alentejo de modo a sensibilizar e a assumir a promoção e o desenvolvimento da Região como um todo, passo coletivo que consideramos fundamental para contrariar o definhamento regional.

Implementámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Valorização Integrada do Património** (02.02.01.) continuámos o trabalho iniciado para planear, preservar e propor a valorização do vasto património concelhio. Destaca-se:
 - O estudo para o *programa de valorização do Cromeleque dos Almendres, Anta Grande do Zambujeiro e Povoado Pré-Histórico do Alto de S. Bento* que tem apresentado algumas dificuldades, sobretudo, face à situação preocupante da Anta que está em estudo;
 - A continuidade do *programa AGERE*, que visa valorizar e dar visibilidade ao património material e imaterial das freguesias rurais;
 - A afirmação dos projectos assentes no Centro de Recursos da Tradição Oral;
 - A continuidade do Projeto Educativo do Património de Évora -PEPE que envolveu em 2015, 1068 alunos e 26 atividades diversificadas.

- No **Programa “Cooperar com a Região”** desencadeámos, motivámos e acolhemos iniciativas conjuntas com instituições do Alentejo com o ambicioso objetivo de consensualizar programas de defesa e proposta para o desenvolvimento do Alentejo.

3.3.03. Fomentar a Economia e o Emprego, Atrair Investimento

Como temos afirmado, o desenvolvimento económico de um concelho ou de uma região depende fundamentalmente do modelo e das políticas económicas nacionais e da União Europeia e, muito limitadamente, da ação do Poder Local.

As opções políticas e económicas que vêm dominando Portugal e a UE há décadas caracterizam-se pelo favorecimento de grandes interesses económicos multinacionais e





nacionais, por uma crescente desigualdade na distribuição da riqueza e dos rendimentos, pela subalternização de países e aprofundamento dos desequilíbrios entre regiões portuguesas e da Europa. Aí residem as determinantes da crise atual e, em particular, do **crescimento anémico após uma enorme recessão económica acumulada** no país, acentuada no interior e no Alentejo, o elevado **desemprego**, as grandes dificuldades das pequenas e médias empresas, o **empobrecimento** da maioria dos cidadãos, a **litoralização do país**, o **despovoamento** do Alentejo.

Não cabe a um Município resolver as grandes questões económicas porque não possui nem dimensão, nem competências, nem meios, nem capacidade para o fazer. Mas, um Município pode e deve, no âmbito das suas limitadas competências e recursos, ter uma visão e uma estratégia económicas, uma posição sobre o rumo que é imposto ou que condiciona exogenamente a economia local, um projeto e um programa de apoio ao desenvolvimento económico concelhio e regional.

Nesta função / opção programática (código 03), iniciámos a aposta, procurando envolver e chamar à participação os agentes e as instituições, num novo projeto e num novo programa para a economia local. Apoiar, dinamizar, diversificar e expandir a base económica de Évora e propor e construir formas de cooperação regional em defesa da renovação da economia do Alentejo são os grandes fins daquele novo projeto e daquele novo programa que estamos a erguer.

Desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **planeamento estratégico** (código 03.01.) e **dinamizar, diversificar e expandir a base económica** (código 03.02.).

3.3.03.01. Planeamento Estratégico

- No **Programa de Instrumentos de Intervenção Estratégica** (código 03.01.01.) temos vindo a avaliar os documentos existentes que consideramos desatualizados, e temos procurado contribuir para a construção, com o envolvimento dos agentes económicos e das instituições, de uma estratégia para o desenvolvimento económico do concelho tendo em conta a nossa inserção no Alentejo. Destacamos:



Município de Évora

- O funcionamento regular e a discussão de propostas novas e estruturantes na **Comissão Municipal de Economia e Turismo**;
- A participação do Presidente da CM no Conselho de Administração do **PCTA** dando expressão e visibilidade ao empenhamento municipal neste Parque de cariz inovador e estruturante;
- A continuidade e novas parcerias estabelecidas (Rede Corredor Azul, CIMAC, etc).

3.3.03.02. Dinamizar, Diversificar e Expandir a Base Económica

Implementámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento Económico** (03.02.01.) procurámos dinamizar, apoiar e/ou participar em estruturas existentes e propor ou contribuir para estratégias de gestão adequadas a cada projeto. Destacamos:
 - O funcionamento da **ÉvoraTech, incubadora de empresas de base tecnológica**, um investimento de mais de € 1.200.000 que foi recuperado, ampliado e concluído em 2014. A parceria com a ADRAL revelou-se decisiva para o êxito da ÉvoraTech;
 - O já referido empenhamento e participação na direção e funcionamento do **PCTA**, que conclui e pôs a funcionar a 1ª fase do Parque, a que associámos a ÉvoraTech;
 - Continuámos o levantamento e tratamento da situação caótica que encontrámos no **PITE** e, no âmbito da nova organização de serviços, unificámos a gestão e coordenação do PITE;
 - Continuámos o levantamento e tratamento dos problemas, em geral de muita gravidade, que encontrámos no **PIAE** (terrenos, devolução de fundos comunitários, parte da obra ilegal), no **NIA** (conflito com a Estradas de Portugal, liquidação da empresa) ou na **ZI de S. Sebastião da Giesteira** (obra



Município de Évora

incompleta e ilegal, devolução de fundos comunitários, lotes atribuídos mas sem condições de instalação dos investidores). No caso do **Mercado Municipal** concluímos o processo de liquidação e internalização da empresa municipal que o geria;

- Continuámos o processo, lento e difícil, de recuperação do **Aeródromo Municipal**, que apresentava um prejuízo de cerca de € 200.000/ano, com relações problemáticas com a generalidade dos operadores, descredibilizado e sem perspetivas de gestão;
- Participámos na direção do **MARÉ** defendendo uma gestão dinâmica e participada, opondo-nos à manifesta intenção de privatização (com alguns contornos dúbios), propondo a promoção de produtos locais e regionais, incentivando a parceria com a EDIA e com produtores locais e regionais;
- No **Programa de Promoção da Economia do Concelho** (03.02.02.) promovemos e divulgámos, com os limitados recursos disponíveis, as potencialidades e as atividades económicas. Reforçou-se o intenso trabalho de cooperação e parcerias com várias entidades como a ERTA, o PCTA, a Universidade de Évora, a ADRAL, o NERE, a ACDE, a ANJE.

Relevamos a intensa e exemplar cooperação e parceria com a **ERTA** não apenas na promoção do turismo mas em todas as áreas ligadas ao turismo desde o investimento à animação. Como tinha acontecido em 2014, em 2015 e continuando a beneficiar de condições internacionais favoráveis, **o crescimento e a procura turística em Évora atingiram os maiores níveis de sempre**, êxito a que não terá sido estranha esta capacidade de trabalho conjunto entre a Câmara Municipal e a ERTA.

Volta a ter lugar de grande destaque, pela importância estratégica que lhe temos atribuído, o empenhamento de várias instituições no **trabalho conjunto de captação de investimento**.

Em 2015, na senda do ano anterior, iniciou-se um salto qualitativo com um **significativo conjunto de investimentos e de instalação de novas empresas e o processo de criação do “cluster” de aeronáutica, espaço e defesa (AED)**:





Município de Évora

- A conclusão e inauguração do novo **Hotel Vila Galé**, um investimento de € 4,5 milhões de euros, com a criação de 40 postos de trabalho, 185 quartos e sala de conferências que permitiu ampliar a procura e a oferta turística da cidade e da Região;
- A construção, em curso, de um novo Hotel, no antigo Eborim, que se prevê ser inaugurado em 2016 e que tem como tema o azeite;
- A dinâmica do PCTA com 32 novas empresas (ainda que de pequena dimensão e a dar os primeiros passos) e com a conclusão e funcionamento do edifício da 1ª fase;
- O anúncio, pela CAPGEMINI, empresa internacional de base tecnológica e consultadoria, da aposta em Évora para uma unidade internacional, expandindo o investimento iniciado em 2014;
- Mas o mais relevante tem a ver com o **processo de criação do “cluster” AED** de que relevamos:
 - Os dois novos projetos industriais da **EMBRAER**, para além do funcionamento do novo centro tecnológico, num investimento superior a € 100 milhões de euros. A EMBRAER registava, no final de 2015, quase 400 postos de trabalho, sendo cerca de 70% de Évora ou da região;
 - O início da construção da fábrica da **MECACHROME**, investimento de € 30 milhões de euros, que iniciará a laboração em 2016 e que criará 150 postos de trabalho no 1º ano podendo subir a mais de 300 nos 2 anos posteriores;
 - A instalação das empresas Air Olesa, Lauak; Emmad; Optimal II.
- No **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Económico (03.02.03.)** consolidámos a reestruturação interna desta área, afirmámos a estratégia para o desenvolvimento económico, reforçámos a dinâmica pró-ativa municipal, reduzimos tempos de resposta a vários níveis;



Município de Évora

- No **Programa de Dinamização de Atividades** (03.02.04.) avançámos, entre outras, com propostas em vários setores de atividade, continuámos o processo de reestruturação dos vários tipos de mercados e feiras que se tem revelado mais complexo, difícil e demorado do que se perspetivava.
- No **Programa de Participação em Projetos de Outras Entidades** (03.02.05.) procurámos e disponibilizámo-nos a uma cooperação saudável e eficaz com diversas organizações e empresas a vários níveis e setores de atuação. Salienta-se a cooperação com a Universidade de Évora, PCTA, NERE, ACDE, ANJE.

3.3.04. Promover a Cultura, a Educação e a Ciência como Pilares do Desenvolvimento

Nesta função / opção programática (código 04) assumimos uma nova gestão que coloca a cultura, a educação e a ciência como vetores estratégicos para a cidadania, para o desenvolvimento local, para a afirmação da nossa identidade e para a diferenciação de Évora.

Desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **cultura, vetor estratégico de desenvolvimento** (código 04.01.), **educação pública para a cidadania e o desenvolvimento** (código 04.02.) e **promover a ciência, a tecnologia e a inovação** (código 04.03.).

3.3.04.01. Cultura, Vetor Estratégico de Desenvolvimento

Assumimos a cultura como vetor estratégico para o progresso e o desenvolvimento da cidade e do concelho.

Évora e o Alentejo têm uma identidade cultural própria, distinta, única que nos confere a potencialidade de, apostando na diferença e na qualidade, projetar Évora nacional e internacionalmente. Procurámos basear essa projeção num programa ambicioso e coerente de animação sociocultural com o objetivo de colocar Évora em patamares culturais mais



Município de Évora

elevados. Apostámos na criação de uma nova dinâmica e oferta cultural que, também, se constituíssem em fator de atratividade.

Implementámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Planeamento** (04.01.01.) iniciámos os levantamentos necessários à elaboração, participada, do *plano estratégico para a cultura* bem como o planeamento e programação de um conjunto de setores e áreas desde infraestruturas municipais a parcerias com instituições e associações.
- No **Programa de Dinamização de Atividades / Património Cultural** (04.01.02.) lançámos e implementámos um vasto leque de atividades desde iniciativas específicas, a novos projetos municipais e a parcerias com outras entidades.
- No **Programa de Turismo** (04.01.03.) apostámos no desenvolvimento das áreas do acolhimento, da animação e da promoção do turismo. Beneficiando de condições internacionais favoráveis (nomeadamente, a deslocação de fluxos turísticos antes dirigidos ao Norte de África e Oriente Médio) mas, também, do trabalho de promoção do país e do Alentejo, e certamente com a contribuição do nosso trabalho, Évora registou o melhor ano turístico de sempre com um crescimento de turistas acima da média nacional.
- No **Programa de Equipamento Culturais e de Lazer** (04.01.04.) assegurámos a programação anual de vários equipamentos, com destaque para o Teatro Garcia Resende e Palácio D. Manuel onde acolhemos propostas diversas das nossas associações, agentes culturais e artistas mas também de criadores nacionais e estrangeiros.

3.3.04.02. Educação Pública para a Cidadania e o Desenvolvimento

Assumimos como orientação fundamental a defesa e promoção de uma Educação Pública universal, isenta, gratuita e de qualidade como um pilar da democracia e uma alavanca para





Município de Évora

o progresso e desenvolvimento de uma sociedade com maior justiça social. Este é o conteúdo desta função / opção programática (código 04).

Assumimos a defesa e qualificação do sistema público de ensino com a finalidade de garantir o acesso a todos, como instrumento de democratização e cidadania ativa e contributo fundamental para o progresso e o desenvolvimento.

Procurámos recentrar e aprofundar o conceito de Cidade Educadora, trabalho que apenas se iniciou em 2014 e que tem vindo a afirmar Évora numa referência internacional das Cidades Educadoras, com a seleção de projetos municipais concretos para apresentações de âmbito internacional.

Esta função / opção programática desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **planeamento** (04.02.01.), **dinamização de atividades** (04.02.02.), **equipamentos de educação** (04.02.04.), **ação social escolar e transportes** (04.02.05.) e **outras atividades** (04.02.99.).

Assegurámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Planeamento** (04.02.01.) procedemos a uma avaliação crítica da *carta educativa*, com realização de 9 reuniões temáticas abertas à comunidade educativa, com vista a preparar a elaboração de uma nova *carta* adaptada à nova realidade e que prepare o futuro. Recentrámos o *projeto educativo local* e aprofundámo-lo.
- No **Programa de Dinamização de Atividades** (04.02.02.) desenvolvemos um vasto conjunto de iniciativas e projetos municipais bem como de projetos em parceria com outras entidades.
- No **Programa de Equipamentos de Educação** (04.02.04.) assegurámos a gestão destes equipamentos. Atentas as restrições orçamentais, garantimos algumas obras de conservação e manutenção.

Refira-se a resolução dos problemas, o recomeço e conclusão da obra na **Escola de S. Mamede**.





Município de Évora

Como principal destaque temos o processo de **requalificação da EB 2,3 André de Resende**. No início do mandato, fomos informados pelo Inalentejo de que a candidatura aprovada para a requalificação da EB 2,3 André de Resende, feita em resultado de um acordo com o Ministério da Educação, não teria financiamento por falta de documentação exigida e não início da obra. Comprometemo-nos a tudo fazer para recuperar o financiamento ou garanti-lo no Alentejo 2020, a iniciar em 2014. **Conseguimos recuperar o financiamento (cerca de € 3 milhões de euros), resolver os problemas processuais e outros com o projetista e com o empreiteiro, motivar um processo participativo da comunidade escolar e lançar a obra. Apesar das muitas deficiências encontradas, a obra prosseguia a bom ritmo no final de 2014.**

- No **Programa de Ação Social Escolar e Transportes** (04.02.05.) assegurámos as obrigações legais do Município, indo mesmo além daquelas, nestas áreas cruciais de apoio aos estudantes e suas famílias. Apoiámos 1007 alunos beneficiários de Ação Social escolar num total de 40.387,00€ e 541 em regime de transporte escolar num investimento de 395.717,48€. Consolidámos e demos continuidade ao programa de suplementos alimentares criado em 2014.

3.3.04.03. Promover a Ciência, a Tecnologia e a Inovação

O conhecimento científico e tecnológico e a inovação são, hoje, grandes alicerces do desenvolvimento. A partilha de conhecimento em rede de pólos de saber é, hoje, peça fundamental do progresso. Reforçámos o trabalho no sentido de assegurar que o concelho de Évora se constitui como elo dessas redes do conhecimento.

Reforçámos o empenhamento em promover a cooperação entre todas as entidades que, em Évora, produzem, acumulam e difundem o saber e a inovação: Universidade, empresas, associações, entidades públicas e privadas em geral. Defendemos que da comunicação, da cooperação e partilha, das parcerias entre todos resultará uma comunidade mais desenvolvida, culta, apta e consciente.





Município de Évora

Relevámos o papel da Universidade de Évora como instituição líder do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia da Região Alentejo, do qual o Parque de Ciência e Tecnologia é peça fundamental.

Demos continuidade à implementação do **Programa para a Ciência e a Tecnologia** (04.03.01.) onde se tem afirmado na prática a *parceria estratégica com a Universidade de Évora* – que temos construído através de uma forte colaboração institucional, de formas de cooperação e de ações e projetos concretos que cimentem a visibilidade dessa parceria – bem como da ativa participação – desde logo, a nível do Conselho de Administração de que o Presidente da Câmara é membro – e dinamização do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo.

3.3.05. Qualificar o Território

Entendemos que um ordenamento do território adequado, um urbanismo de qualidade e um ambiente preservado são suportes indispensáveis e determinantes para a elevação da qualidade de vida e para a atratividade ao nosso concelho e ao Alentejo.

Nesta função / opção programática (código 05), assumimos um ordenamento do território e um urbanismo livres da especulação e ao serviço do bem-estar das populações. Estamos a implementar uma nova **política municipal de ordenamento do território e de urbanismo onde prevalece a imparcialidade de atuação, a transparência de procedimentos, o interesse público visando o bem-estar coletivo e a qualidade do território.**

Desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **planear e inovar para desenvolver** (código 05.01.), **apoiar a recuperação e o acesso à habitação** (código 05.02.) e **qualificar a cidade, vilas e aldeias** (código 05.03.).

3.3.05.01. Planear e Inovar para Desenvolver

Planear é fundamental para garantir os interesses coletivos da sociedade e a qualidade de vida, para assegurar o desenvolvimento sustentado. Retomámos o planeamento baseado nessas premissas. Assegurámos os seguintes Programas:





Município de Évora

- No **Programa de Ordenamento do Território** (05.01.01.) estão em curso as diversas avaliações e análises dos instrumentos de ordenamento do território com vista ao início, quando possível, dos processos participados da sua revisão e adequação às novas realidades.
- O **Programa de Planeamento Urbano** (05.01.02.) centrou-se na reabilitação e reconversão urbanas.
- No **Programa de Gestão Urbanística** (05.01.03.) deu-se continuidade ao trabalho de avaliação com vista à revisão dos diversos regulamentos aplicáveis na gestão urbanística e ocupação do espaço público.

Continuámos a corrigir e estabelecer critérios comuns quanto aos procedimentos de licenciamento visando assegurar a progressiva redução de prazos de resposta.

Insistimos na análise conjunta pela CME e DRCALEN dos procedimentos de licenciamento de obras no Centro Histórico de forma a agilizar os processos no território classificado. Contudo, não se verificaram os avanços que esperávamos.

3.3.05.02. Apoiar a Recuperação e Acesso à Habitação

As questões relacionadas com a habitação mereceram-nos uma particular atenção e acompanhamento.

Os problemas de habitação voltaram a crescer em consequência da crise e da nova legislação. Um importante número de famílias vê o seu rendimento disponível substancialmente reduzido ou mesmo desaparecer; a nova lei do arrendamento permite um aumento exponencial dos despejos; a avaliação, em sede de IMI, dos prédios urbanos, impondo enormes aumentos na liquidação do imposto gera dificuldades de pagamento a famílias de poucos recursos.

A gestão do parque habitacional municipal foi assegurada pela Habévora, EM.

Assegurámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Planeamento / Plano Local de Habitação** (05.02.01.) reelaborámos, para corresponder a exigências de programas de financiamento, o processo de





Município de Évora

criação da Área de Reabilitação Urbana e incluímos no PEDU um eixo e medidas dirigidas à habitação social e à recuperação de habitação por particulares e instituições .

- O **Programa para Promover a Reabilitação e Valorização do Património** (05.02.02.) foi assegurado, no parque habitacional municipal, pela Habévora, EM e avançou com formas de incentivo e intervenção também no parque habitacional privado.
- O **Programa para Promover a Reabilitação como Fator de Desenvolvimento** (05.02.04.) avançou com propostas para o Governo e para o Portugal / Alentejo 2020, no seguimento do eixo específico de apoio que conseguimos obter. Coorganizámos, em parceria com a Universidade de Évora, o 1º Encontro Local de Reabilitação Urbana

3.3.05.03. Qualificar a Cidade, Vilas e Aldeias

Além de *revalorizar Évora, cidade e concelho, como património da humanidade* – que, pela importância que lhe atribuímos, é objeto de tratamento em opção programática autónoma (código 02) -, prosseguimos um trabalho sistemático de qualificação das nossas áreas urbanas, ainda que muito limitados pelas restrições orçamentais.

Assegurámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Gestão e Reabilitação Urbana** (05.03.01.) destaca-se a elaboração de estudos e propostas com particular incidência nos *espaços públicos*. Releva-se o estudo para o eventual empreendimento comercial junto às Portas de Aviz.
- No **Programa de Mobilidade, Circulação e Trânsito** (05.03.02.) o destaque vai para a consolidação da *reestruturação dos transportes públicos concessionados à TREVO* e que causavam um enorme prejuízo ao Município. Relevo, também, para a elaboração do *plano de mobilidade* a nível do distrito, assegurado pela CIMAC. Feitas diversas intervenções para melhorar a *segurança rodoviária*.





Município de Évora

- No **Programa de Qualificação da Rede Viária** (05.03.03.), como avisámos, não seria possível responder às enormes necessidades existentes pela falta de recursos financeiros. Ainda assim, procurámos colmatar alguns dos problemas mais imediatos e prementes de que se destacam as seguintes acções:
 - Requalificação parcial da Av. Túlio Espanca, principal acesso a Évora e que se encontrava muito degradada e com problemas de segurança;
 - Limpeza de bermas e valetas no âmbito da execução das faixas de combustão em todo o concelho;
 - Colocação e espalhamento de tout-venant em vários caminhos.
- O **Programa de Energia** (05.03.04.) assegurou a gestão desta área em conexão com o *programa de eficiência energética*. Destacam-se as seguintes acções:
 - No âmbito do *Pacto dos Autarcas*: desenvolvimento do Plano de Ação para a energia sustentável, em que o objetivo principal é redução em 20% as emissões de gases com efeito de estufa no concelho de Évora até 2020;
 - Plano de otimização energética municipal (CME/ARECBA), que visa a identificação para o aumento da eficiência energética do município;
 - Projeto INSMART, que aborda o planeamento estratégico sustentável da cidade. Este programa reúne cidades e organizações científicas a fim de estabelecer uma metodologia para melhorar o planeamento sustentável para as necessidades atuais e futuras da cidade;
 - Encontra-se em desenvolvimento o Plano Diretor Municipal para a eficiência energética, parceria CME/CIMAC.

3.3.06. Preservar o Ambiente, Garantir a Sustentabilidade

O Alentejo é uma das regiões da União Europeia melhor preservadas e de maior qualidade ambiental. Este é um fator determinante de diferenciação positiva da nossa Região e do nosso concelho. Defendemos que, no caso do Alentejo, pode e deve ser uma das bases





Município de Évora

fundamentais numa estratégia de desenvolvimento regional sustentável. Colocámos a questão ambiental na primeira linha das nossas preocupações.

Nesta função / opção programática (código 06) temos aplicado uma **nova política ambiental que inclui uma visão integrada dos diversos sistemas ecológicos, que motiva a cooperação entre todos os intervenientes (entidades responsáveis, instituições, empresas, populações), que defende e promove a paisagem, o património natural e a biodiversidade, que ordena o território com base no interesse público, que assegura a compatibilização entre o ambiente e a atividade humana, que defende a água pública, que aumenta a reciclagem e o uso eficiente dos recursos, que se assume como uma componente essencial para a elevação da qualidade de vida.**

Desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **promoção e preservação do meio ambiente** (código 06.01.), **conservação da natureza** (código 06.02.), **garantir o saneamento público** (código 06.03.), **garantir a água pública** (código 06.04.) e **assegurar a limpeza, reciclagem e higiene públicas** (código 06.05.).

3.3.06.01. Promoção e Preservação do Meio Ambiente

Assegurámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Eficiência Energética e Energias Limpas** (06.01.01.) avançámos com alguns projetos e ações ao nível municipal e participamos em projetos regionais.
- No **Programa de Preservação do Meio Ambiente** (06.01.02.) há a destacar a elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e realização de Workshop CLIMADAPT.LOCAL. A Agenda XXI Local não teve seguimento.

3.3.06.02. Conservação da Natureza

Releva-se a aprovação do Projeto LIFE “LINES – Linear Infrastructure Networks with Ecological Solutions” em agosto de 2015 e arranque de desenvolvimento dos trabalhos e, ainda a participação em candidatura ao Programa LIFE, liderada pela GESAMB e que inclui a





Município de Évora

Faculdade Ciências da Univ. Nova, de projeto demonstrativo do impacto da recolha separativa dos resíduos domésticos orgânicos.

3.3.06.03. Garantir o Saneamento Público e

3.3.06.04. Garantir a Água Pública

Saneamento e abastecimento de água são indissociáveis; são indispensáveis para garantir condições e qualidade de vida; são imprescindíveis ao desenvolvimento do concelho. Por isso, tratamos em conjunto e partilhamos o mesmo texto nas subfunções **garantir o saneamento público** (06.03.) e **garantir a água pública** (06.04.)

O Município de Évora assumiu a opção política e estratégica da defesa da propriedade e gestão públicas do saneamento e do abastecimento de água, única garante do acesso universal de todos a este bem único e indispensável à vida.

A adesão ao sistema multimunicipal baseado nas *Águas do Centro Alentejo* já tinha demonstrado ser um desastre económico e financeiro: é incontrolável, insuportável, impagável e tem sangrado financeiramente o Município com graves consequências para a sua atividade geral, para as necessidades das populações e do concelho.

O nosso objetivo foi, e é, retomar o **controlo estratégico do sistema de abastecimento de água e saneamento em alta**. Como dissemos e se confirmou, muito mais que uma questão técnica, esta é uma questão política que só tem solução política e por negociação com o Governo.

Propusemos ao Governo PSD/CDS uma solução negociada, equilibrada e respeitadora das 3 entidades envolvidas: Município, Governo e Águas de Portugal. Apesar de ter, inicialmente, manifestado interesse e visto viabilidade na nossa proposta, o Governo recusou-a alegando que iria abrir um precedente (outras Câmaras, de várias zonas do país, querem sair dos respetivos sistemas multimunicipais). Entretanto, e em meados de 2015, o Governo PSD/CDS impôs a agregação dos sistemas multimunicipais com vista, em nossa opinião, á criação de condições para a privatização do setor. A legislação produzida, confirmou esta intenção!



Município de Évora

Aprovámos **parecer desfavorável à criação do megalómano sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo**. Entre outros argumentos, considerámos ilegítimo e ilegal, o Governo PSD/CDS usar as atribuições e competências que, em 2002 e expressamente para aderir à AdCA, o Município lhe delegou para impor um novo / velho sistema multimunicipal que o Município rejeitou. Mas, o Governo impôs a integração do Município de Évora no sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo.

Rejeitámos tal imposição desrespeitadora da autonomia municipal e afirmámos a intenção de continuar a negociação e a luta pela saída do sistema.

Entretanto, o Tribunal Arbitral decidiu, como esperávamos, a favor da AdCA. Recorda-se que, em tempo, considerámos que a solução não passaria pela arbitragem – criada no âmbito do sistema multimunicipal e, naturalmente, por ele moldada – porque a questão é política e tem que envolver o Governo. Infelizmente, confirmou-se, também, o enorme custo associado a esta arbitragem.

A formação do novo Governo abriu a expectativa de uma solução negociada respeitadora da vontade do nosso Município e, porventura, articulada com outros Municípios do distrito que integravam a AdCA.

Reforçámos a implementação de uma nova gestão integrada do setor, com um programa vasto, que está a revelar-se positivo mas quer exige um período de aplicação que se prolongará por todo o mandato.

Prosseguimos o processo de recuperação de dívidas relativas a fornecimento de água. No final do ano, registava-se mais de um milhar de acordos de pagamento no valor de € 1.431.850,02.

Não foi possível, face às restrições económicas, financeiras e orçamentais, fazer a renovação, que desejávamos, dos **sistemas municipais públicos de água e saneamento**.





3.3.06.05. Assegurar a Limpeza, Reciclagem e Higiene Públicas

Prosseguimos e reforçámos um vasto plano, incluindo vários programas, para garantir elevados padrões de limpeza, reciclagem e higiene públicas. Há, ainda, um longo caminho a percorrer quer na organização interna municipal do setor quer na alteração de comportamentos. Estamos apostados que Évora volte a ser referenciada por ser limpa, cuidada e branca como é timbre do Alentejo.

Destacamos, por ser emblemática, a ação de recuperação das arcadas do centro da cidade.

Assegurámos os seguintes Programas:

- No **Sistema Municipal de Recolha e Tratamento de Resíduos** (06.05.01.) reforçámos o processo de racionalização e melhoria do sistema. Asseguramos, mesmo com as restrições de viaturas, atempadamente e com razoável eficiência fazer a recolha em todo o concelho.

Adquirimos uma nova viatura de recolha de RSU num investimento de 60.000 euros. A trabalhar desde dezembro de 2015, está adaptada ao Centro Histórico, permite a recolha de lixo de contentores subterrâneos e a retirada de contentores de superfície, obtendo-se mais higiene, melhor gestão do espaço público.

- No **Sistema Intermunicipal de Recolha e Tratamento de Resíduos** (06.05.02.), em parceria com a GESAMB, EIM, iniciámos um trabalho para racionalizar, melhorar o sistema e aumentar a reciclagem.

- No **Programa de Limpeza e Higiene Públicas** (06.05.03.) empenhámo-nos em melhorar a limpeza e higiene urbanas, lançar ações de sensibilização e ainda assegurar uma gestão próativa do canil municipal.

Procedemos a uma planificação da limpeza e higiene do concelho. Foram criadas equipas de limpeza no centro histórico e em todas as freguesias urbanas, estas equipas são devidamente acompanhadas pelos encarregados respetivos e em coordenação com as Uniões de Freguesias.



3.3.07. Combater as Desigualdades, Reforçar as Respostas Sociais

A principal causa dos grandes problemas sociais, nomeadamente o desemprego e o empobrecimento da maioria dos cidadãos, reside nas políticas nacionais e da União Europeia que vêm sendo aplicadas há décadas. Em 2015, com base no Memorando de Entendimento assinado com a troika (FMI, BCE, UE), aquelas políticas continuaram com as consequências dramáticas para o Povo, para Évora e para o País, que se conhecem.

Defendemos a necessidade de uma nova política nacional assente no humanismo e comprometida no combate às desigualdades e na luta pela justiça social. Confirmámos que os principais problemas sociais que se vivem em Évora (como no Alentejo e no país) só poderão ter resolução sustentada e permanente se forem asseguradas condições de vida dignas e socialmente mais justas aos cidadãos.

Defendemos, como resposta determinante aos principais problemas sociais, a necessidade de uma mais justa distribuição do rendimento e da riqueza. Melhores salários, reformas e pensões são imprescindíveis para dar condições de vida digna a quem precisa. Essa é uma responsabilidade primeira das políticas nacionais e dos Governos.

Simultaneamente, no âmbito das suas limitadas competências, o Município aplicou uma **política social pró-ativa que, por um lado, exigiu ao Poder Central o cumprimento das suas determinantes responsabilidades sociais e, por outro lado, dinamizou a busca de soluções possíveis para minimizar os problemas sociais existentes em Évora.**

É com este entendimento e com estes objetivos que damos conteúdo a esta função / opção programática (código 07). Desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **ação social** (código 07.01.) e **saúde pública** (código 07.02.).

3.3.07.01. Ação Social

Assegurámos os seguintes Programas:



- **Defender os Direitos Sociais, Apoiar as Populações (07.01.01.)** onde se implementámos medidas para assegurar aqueles objetivos bem como a cooperação, naquele âmbito, com outras entidades locais, regionais e nacionais. Destaca-se:
 - No Programa de Eliminação de Barreiras e Melhoria de Acessibilidades (07.01.01.01.03.) foi realizado um levantamento de barreiras em 24 escolas nas seguintes áreas: espaço público, sinalização rodoviária, património edificado;
 - O Atendimento e Acompanhamento da Pessoa com Deficiência (07.01.01.01.04.) foi assegurado pelo balcão único da CME e, sempre que se justificou, um atendimento social especializado.
- **No Programa para Renovar a Rede Social Concelhia (07.01.02.):**
 - Promovemos 5 reuniões plenárias do Conselho Local de Ação Social (PA – 01.01.02.03.01.) e três extraordinárias. Foi criada uma Unidade de Rede na área da Saúde Mental. Neste Conselho, composto por 104 instituições, fomentámos a articulação entre entidades públicas e privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social. Elaborámos de forma participada o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e o respetivo plano de ação anual;
 - Assegurámos o funcionamento do Núcleo Executivo do CLASE (01.01.02.03.02.), num total de 10 reuniões. Foram realizadas diversas ações de informação e formação que visaram proporcionar uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
 - Criámos duas Unidades de Rede (UR) que são órgãos de diálogo interinstitucional que visam abordar os problemas sociais de uma forma integrada e transversal, valorizando as ações que promovam a confiança, a liderança, a cooperação e a participação no âmbito da intervenção social no concelho. *UR - Envelhecimento populacional* na qual participam 19 entidades locais e *UR - Saúde mental* (que estabelece a ponte entre as áreas social e da saúde) na qual participam 9 entidades locais.



Município de Évora

- Criámos o PROGRAMA INFORMAR PARA ATUAR que visa operacionalizar as medidas a tomar, no âmbito da capacitação das instituições do concelho, como contributo na rede de parceiros. Foram realizadas 8 ações de formação sobre diversas temáticas.
- Criámos o programa BOAS PRÁTICAS/DIAS ABERTOS no qual nas reuniões plenárias do CLASE será apresentado um projeto/resposta local que pelo seu carácter inovador, metodologia e envolvimento de técnicos e parceiros seja considerado uma “boa prática”. Esta medida tem como finalidade promover e divulgar o trabalho realizado pelas instituições locais, facilitando a comunicação interinstitucional. Os “Dias Abertos” nos quais as instituições, com representação no CLASE, convidam o restante plenário para uma visita à sua sede/instalações, de modo a conhecer a dinâmica interna da instituição, o seu modo de funcionamento, bem como as valências/respostas. Em 2015 foi realizado um “Dia Aberto” na Obra de S. José Operário e foram apresentadas em 4 boas práticas (Equipa Concelhia de Intervenção Precoce; contributos para o diagnóstico da pessoa com deficiência no concelho de Évora; projeto municipal “Prática de atividade física informal no concelho - presente e futuro” e apresentação do Centro de Respostas Integradas.
- Criámos a ORDEM DE TRABALHOS ABERTA que prevê a participação dos membros do plenário do CLASE na estruturação da ordem de trabalhos de reuniões do conselho, procurando desta forma corresponder às expectativas das organizações.
- Apostámos nas REUNIÕES DESCENTRALIZADAS das reuniões do CLASE nas sedes sociais e instalações de instituições pertencentes ao conselho, procurando incentivar o contacto entre instituições. Foram realizadas duas reuniões descentralizadas: Stª Casa da Misericórdia de Évora e Centro Social e Paroquial da Boa Fé.
- Foi preparado o Fórum Regional das Redes Sociais (07.01.01.01.03.), que se realizou no início de Janeiro de 2015;





Município de Évora

- Integrámos o Núcleo Local do **RSI** (07.01.01.02.01.), tendo participado em 42 reuniões;
- Participámos na Equipa Concelhia de Intervenção Precoce, na Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos e nos Núcleos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- Iniciámos o Estudo de Caracterização da População com Deficiência no Concelho (07.0101.09.03.), e aplicámos inquéritos às instituições de apoio à deficiência do concelho e aos 4 agrupamentos de escolas.
- No **Plano Integrado de Apoio Social** (07.01.03.) destacamos:
 - Renovámos o **Projeto de Identificação e Monitorização de Idosos Isolados no CH** denominado Mais Próximo de TODOS (07.01.03.04.02.). Foram feitos questionários e realizadas visitas domiciliárias. Foi estabelecida uma parceria com a Metalentejo, o Banco do Tempo e Universidade de Évora;
 - No âmbito do combate ao isolamento dos idosos, foi revisto o modelo de funcionamento do **Centro de Convívio Municipal** no CH. Foi colocada, a tempo inteiro, uma técnica superior o que permitiu um acréscimo no número de utentes de 55 para 133 e uma dinâmica regular de oferta diversificada de atividades;
 - No âmbito da promoção e apoio a Iniciativas de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (PA 07.01.03.04.05.), apoiámos acções da Associação Tempo para Dar/ Coração Delta;
 - Colocámos uma assistente administrativa e uma técnica superior de psicologia durante 2 dias/semana na **CPCJ**. Foi assinado acordo de comodato com a União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras para a instalação da Comissão em condições que permitiram um significativo acréscimo de qualidade no atendimento.
 - Aprofundámos os apoios sociais aos munícipes mais carenciados e a desempregados através do **Cartão Social do Múncipe** e do **Cartão Évora Solidária** e iniciámos o estudo da reformulação destes cartões,



Município de Évora

- Foram realizados 41 **atendimentos sociais** a munícipes do concelho (10 homens e 31 mulheres).O perfil do munícipe que se dirige ao atendimento revela que, predomina o sexo feminino, com uma média de idade de 53 anos e que apresentam problemas relacionados com habitação, ações de despejo, atribuição de habitação social, dívidas de renda, carência económica e alimentar, atribuição de teleassistência, integração no programa Okup@-te.
- Foram ainda realizadas 35 **visitas domiciliárias**, nomeadamente nas situações relacionadas com carência económica, monitorização de situações relacionadas com envelhecimento/teleassistência, situações relacionadas com habitação social.
- No âmbito do atendimento social em contexto escolar, foram realizados 6 atendimentos a pais.
- Durante as pausas letivas foi garantido o fornecimento de refeições a crianças de agregados familiares carenciados e a frequência gratuita de programas municipais de ocupação de tempos livres. Ao longo do ano foi desenvolvido o Programa de Suplementos Alimentares (PA 07.0103.02.01.), o qual garantiu o apoio a 10 crianças;
- A dinamização do Projeto **EPIS - Empresários pela Inclusão Social** (PA – 07.01.03.02.02.) permitiu, quer o acompanhamento de alunos ao longo do ano letivo 2014/2014, quer a realização de sessões de informação/formação junto da comunidade educativa.

3.3.07.02. Saúde Pública

Um **Serviço Nacional de Saúde (SNS) Público**, universal, gratuito, de qualidade e que garanta o acesso a todos os cidadãos independentemente dos seus rendimentos ou local de residência e uma **Segurança Social Pública**, universal que assegure a proteção social a todos os cidadãos, são essenciais para combater as desigualdades sociais, dar resposta a problemas sociais comuns, para garantir os direitos sociais constitucionalmente consagrados e a própria democracia.





Município de Évora

Assegurámos o Programa **Defender o Direito à Saúde, Apoiar as Populações** (07.01.01.) onde se destaca:

- Diligências para garantir a construção do novo **Hospital Central de Évora**;
- A realização de um **Estudo Sobre a População Sénior do Concelho** e os benefícios da prática da atividade física (PA 07.02.01.02.02.), em parceria com UE/ Escola Superior de Enfermagem e Departamento de Matemática; ACES - Agrupamento de Centros de Saúde e ainda a colaboração particular da médica Dr^a Paula Costa, cujos dados foram apresentados em sessão pública. Em revisão para publicação em papel;
- Dinamizámos o **Projeto “Desafio Pela Saúde”** (PA 07.02.01.02.06.) em parceria com a UE, ARS, HESE, IPDJ, DGEST, Município de Mérida (Espanha) e Governo Regional da Estremadura. Na componente desportiva, envolvemos mais de 6.000 pessoas a realizar atividade desportiva, durante as 24 horas de 5 a 6 Abril. Foram promovidas sessões de atividade física; rastreios médicos; intercâmbios entre associações desportivas de Évora e de Mérida; sessões de esclarecimento e workshops na área da saúde, etc. Participaram, além das instituições parceiras, associações locais, jardins de infância; Escolas do concelho, empresas, restaurantes, etc;
- Foram realizadas **Iniciativas de Animação Sénior** (PA – 07.02.01.03.02.) em articulação com o Programa Séniores Ativos, sobretudo na atividade física;
- Foram promovidas iniciativas de promoção do envelhecimento ativo no Centro de Convívio Municipal e cerca de uma dezena de sessões de esclarecimento sobre questões de saúde (colaboração da Escola Superior de Enfermagem).

3.3.08. Revalorizar o Desporto, Apostar na Juventude

Desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **revalorizar o desporto** (código 08.01.) e **apostar na juventude** (código 08.02.).

3.2.08.01. Revalorizar o Desporto

Continuámos a implementar **uma nova política integrada de fomento do desporto, envolvendo os agentes desportivos concelhios, tendo como objetivos centrais a**





generalização da prática desportiva e da atividade física; o apoio à formação, ao desporto federado e a eventos desportivos que promovam Évora; a procura de financiamentos para infraestruturas; a promoção de estilos de vida saudáveis.

Assegurámos os seguintes Programas:

- No **Programa de Planeamento** (08.01.01.):
 - Foram realizadas dois Encontros com todas as Associações e Clubes Desportivos, com vista à auscultação da viabilidade da **criação do Conselho Municipal de Desporto** (PA – 01.01.02.05.02.);
 - Iniciámos a elaboração da Carta do Movimento Associativo Desportivo (PA-08.01.01.01.01.) com o cadastro das Instalações Desportivas bem como dos Programas de Desenvolvimento Desportivo das Associações.
- No Programa **de Dinamização de Atividades** (08.01.02.) destaca-se as iniciativas para crianças em idade pré-escolar e escolar (08.01.02.01.):
 - O PESA-PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE ALIMENTAR (PA 08.01.02.01.01.), foi retomado em Maio de 2014 e consiste num projeto de prevenção e combate à problemática da obesidade infantil;
 - O PROGRAMA "JOGAR +" EM PARCERIA COM ASSOCIAÇÕES DESPORTIVA (PA – 08.01.02.01.02.) terminou o ano de 2014 com 12 Centros e 340 crianças que frequentaram a formação desportiva, nas seguintes modalidades: Natação/Ginástica /Ginástica mista e Acrobática/ hip-Hop/ Mini Ténis/ Basquetebol
 - O PROGRAMA MUNICIPAL "OKUPA@-TE JOGAR + EM FÉRIAS"(PA 08.01.02.01.03.) foi realizado nos períodos de pausa letiva da Páscoa, do Verão e do Natal, e proporcionou a mais de 400 crianças a ocupação saudável dos seus tempos livres, dando resposta às famílias ao nível da conciliação entre a vida profissional e familiar, diferenciando positivamente, ao nível do valor afeto à inscrição, as famílias com maiores dificuldades sócio-económicas.



Município de Évora

- A criação do “Programa Serpente Papa-Léguas”, que visa fomentar hábitos de mobilidade sustentável junto da crianças em idade escolar e suas famílias.

E ainda outros destaques:

- Comemorámos o 50º Aniversário das PISCINA MUNICIPAIS: 50 ANOS DE HISTÓRIA (PA – 08.01.02.05.02.). Ao longo de 6 dias realizaram-se 50 iniciativas desportivas, culturais e sociais.
- O PROGRAMA SÉNIORES ATIVOS (PA – 08.01.02.02.02.) aumentou o nº de centros, (mais 2), logo nº de utentes (586). Este programa continua a ser uma resposta para a qualidade de vida dos nossos maiores de 55 anos, permitindo o desenvolvimento de atividades lúdico-desportivas e sociais de uma forma regular durante o ano. Este programa contemplou também diversas iniciativas ocasionais como a Participação em Caminhadas/ Desafio pela Saúde 2015/Atividade Feira São João 2014/ Festa Final de época - Piscina Municipal/Festa Natal 2014/Dia Coração.
- As atividades realizadas no âmbito do programa INCLUSÃO EM MOVIMENTO (PA – 08.01.02.02.03.) corresponderam à cedência de espaço. Foi realizada de 16 a 20 Junho a Semana do Desporto Adaptado em parceria com a APCE.
- No âmbito da PROMOÇÃO DO DESPORTO E DO CONCELHO, dinamizámos em 2014 os eventos: BIKÉVORA que contou com 1173 participações, o AQUATLO ESCOLAR que contou com mais de 160 participantes das escolas do nosso concelho, inclusive das freguesias rurais, o ENCONTRO NACIONAL DE SALTOS PARA A ÁGUA e colaborámos ativamente nos CAMPEONATOS NACIONAIS DE "MASTERS" DE NATAÇÃO e do Dia do Atleta Paralímpico.
- No **Programa de Equipamentos Desportivos** (08.01.03.) destacamos:
 - A CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL (PA – 08.01.04.02.02.). Registámos 66.062 utentes. Durante o Verão, o número de utentes foi significativamente mais baixo do que o habitual devido às más condições climatéricas;
 - Requalificação da Piscina Coberta no valor de 10.000 €;





Município de Évora

- No âmbito da CONSERVAÇÃO DO PISO DO CIRCUITO DA MATA DO ESCURINHO (PA – 08.01.04.02.03.) foram efetuadas diversas intervenções pelos funcionários camarários para conservar o piso do Circuito de Manutenção da Mata do Escurinho, que ainda assim continua a necessitar de uma intervenção mais profunda para evitar a sua degradação;
- **A criação e manutenção de uma rede de infraestruturas ao ar-livre como os circuitos pedestres, ecopista ou ciclovias, e a colocação de equipamentos para a prática de atividade física**, num trabalho em estreita colaboração com as Juntas /Uniãos de freguesia, consequência da crescente procura deste tipo de prática, representa outro dos vetores de atuação do município, enquanto estratégia que potencia os estilos de vida saudáveis, de contacto com a natureza e mais sustentáveis do ponto de vista ecológico.
- Foram efetuadas 90 inspeções às diversas escolas/instalações desportivas onde estão situados os 118 equipamentos desportivos da responsabilidade do Município, de forma a garantir a SEGURANÇA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (PA – 08.01.04.03).
- Assumimos uma parceria com o IPDJ para a requalificação do Hipódromo onde será construída a pista de atletismo e o campo de rãguebi.

3.3.08.02. Apostar na Juventude

Procurámos promover uma **política para a Juventude que considera os jovens na sua diversidade e irreverência, que não tem medo de questionar as causas dos problemas impostos à Juventude, que constrói com os jovens um programa integrado que potencia a criatividade e dinâmica juvenis e afirma Évora pela atenção aos anseios da Juventude.**

- No **Programa de Planeamento** (08.01.01.) iniciaram-se diversos contactos, nomeadamente com o CISA, no sentido da realização do Diagnóstico Juvenil, primeiro passo para a elaboração de um Plano Municipal para a Juventude.
- No **Programa de Dinamização de Atividades** (08.01.02.) destacamos:





Município de Évora

- O BANCO DE MANUAIS ESCOLARES (PA – 08.02.02.02.01.) recolheu milhares de livros que foram distribuídos gratuitamente pelos jovens do concelho, numa acção que permitiu a várias famílias poupar. Outros manuais, cerca de 5 toneladas, foram enviados para o Banco Alimentar no âmbito da campanha “Troca de papéis por Alimentos. Foi implementada a Campanha “Dar e Receber”, um meio de recolha de manuais ao mesmo tempo que permitiu a entrada gratuita de muitos jovens nas Piscinas Municipais ao longo do verão;
- O projeto LAÇOS PARA A VIDA (08.02.02.02.02.) que visa combater o isolamento dos idosos e proporcionar alojamento a jovens estudantes universitários, manteve o número de situações contratualizadas, quatro;
- JOVENS EMBAIXADORES DE ÉVORA NO MUNDO (PA– 08.02.02.02.03.) credenciou 9 alunos da Universidade de Évora que realizaram ERASMUS em diferentes cidades da Europa. Realizámos duas Cerimonias de Boas Vindas aos jovens estrangeiros a estudarem na UE;
- O PROJETO “VJOVEM”- (PA – **08.02.02.03.01.**) registou 563 inscrições e integrou jovens em diferentes projetos e serviços da autarquia, nomeadamente Feira de João, OKUPA_TE, Insmart, Piscinas Municipais, Gabinete de Comunicação;
- O MÊS DA JUVENTUDE/Março de 2014 (PA – **08.02.02.04.01.**) teve como tema “Ser Jovem ontem, hoje e amanhã...” por escolha dos representantes do Conselho Municipal da Juventude de Évora (CMJE). Envolveu 35 entidades e associações culturais, juvenis e estudantis do concelho que desenvolvem trabalho com e para jovens. A programação resultou de um trabalho conjunto que permitiu a realização de mais de 100 iniciativas de diferente natureza, de entre as quais destacamos: A Exposição Jovens Artistas Eborenses, no Palácio de D. Manuel, Freguesia em Festa... Fóruns/ workshops realizados ao longo de todo o mês, abordando questões relacionadas com a saúde, sexualidade, direitos humanos, empreendedorismo.
- O ESPAÇO JOVEM DA FEIRA DE S.JOÃO (PA – 08.02.02.04.02.) – tendo como pano de fundo os “40 anos do 25 de Abril”, integrou a exposição “Rostos das





Município de Évora

Palavras de Abril”. O espaço foi estruturado e pensado tendo em conta as necessidades, vontades e desejos dos jovens eborenses, que ao longo de dez dias puderam não só desfrutar de concertos, dança, teatro, jogos, como também aproveitar para publicamente mostrar os seus talentos em diferentes áreas. Em termos da programação / animação do espaço, (quarenta e seis atuações em nove noites), na sua maioria resultante de propostas de associações / grupos/ bandas.

- Concurso “ÁRVORES DE NATAL RECICLADAS 2014” (PA – 08.02.02.04.03.) decorreu entre os dias 16 de Dezembro de 2014 e 2 de Janeiro de 2015, tendo contado com a participação de 30 trabalhos, com o envolvimento de 29 entidades e de cerca de 1200 participantes.

3.3.09. Outros Investimentos, Serviços e Atividades

Esta função / opção programática (código 09), ainda que tenha um carácter residual no sentido em que aqui se incluem programas que não cabem nas funções anteriores, tratou duas áreas essenciais à qualidade de vida das populações: a proteção civil e a segurança pública.

A proteção civil e a segurança pública são essenciais à prevenção e ao bem-estar das populações e devem garantir um clima de confiança à nossa comunidade e aos cidadãos, em particular. Demos continuidade à implementação de **uma nova política de proteção civil e segurança pública, assegurando o funcionamento, regular e adequado à nossa realidade, das estruturas legalmente previstas e procurámos definir e aplicar estratégias e programas de ação envolvendo instituições locais, Juntas de Freguesia e populações.**

Desenvolveu-se nas seguintes subfunções / finalidades: **renovar e reforçar a proteção civil** (código 09.01.), **renovar e reforçar a segurança pública** (código 09.02.), **cemitérios** (09.03.), **outros serviços e atividades** (código 09.98.) e **outros investimentos** (código 09.99.).





3.3.09.01. Renovar e Reforçar a Proteção Civil

Assegurámos os seguintes Programas:

- As **Comissões Municipais** (09.01.01.), isto é, a Comissão Municipal de Proteção Civil e a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, foram renovadas, alargadas e passaram a ter funcionamento mais operacional, regular e previamente calendarizado. Destaca-se: a candidatura ao Fundo Floresta Florestal para funcionamento do GTF 2014; a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2014/2018 e a participação na Comissão Distrital de Defesa da Floresta.
- No **Programa de Dinamização de Atividades** (09.01.02.) asseguraram-se, de forma planeada e integrada, um vasto conjunto de atividades. Destaques para a realização do exercício CPX, a comemoração do Dia Internacional da Proteção Civil (com o lançamento do modelo tipo para o Plano Familiar de Emergência), várias sessões e exercício de emergência em diversas escolas.
- No **Programa de Apoio a Instituições** (09.01.03.) atribuímos papel central à Associação dos Bombeiros Voluntários de Évora que apoiámos apesar das limitações orçamentais. Damos apoios a várias iniciativas de outras entidades.
- No **Programa de Planos de Emergência** (09.01.05.) iniciámos a elaboração de diversos planos começando pelas áreas e equipamentos prioritários.

3.3.09.02. Renovar e Reforçar a Segurança Pública

Garantimos o funcionamento regular, calendarizado e operacional do *Conselho Municipal de Segurança* (09.02.01.01.).

Promovemos o estabelecimento de uma forte relação institucional, formal e informal, entre a presidência da Câmara Municipal e os comandos das forças de segurança bem como a criação de canais expeditos de contactos. Esta forma de colaboração e cooperação tem-se revelado essencial para a promoção de níveis mais elevados de segurança pública mas pode e deve aprofundar-se abarcando mesmo novas áreas como é o caso da *segurança rodoviária* em que iniciámos uma colaboração sistemática.



3.3.09.03. Cemitérios

Confirmámos que a situação reportada quer pelos serviços municipais quer pelas Juntas de Freguesia quanto aos cemitérios é preocupante, em particular, no que respeita à sua lotação.

A situação económica e financeira do Município não permitiu realizar os investimentos identificados e necessários. Procurámos, em diálogo e colaboração ativa com as Juntas de Freguesia, minimizar os principais problemas e apontar soluções para o futuro.

Demos grande atenção a questões como a limpeza.

3.3.09.98. Outros Serviços e Atividades

Desdobraram-se nos seguintes Programas:

- Nos **Serviços Jurídicos e de Contencioso** (09.98.01.01.) estamos a melhorar a eficácia e os tempos de resposta, em função das novas orientações traçadas.
- Na **Auditoria e Modernização Organizacional** (09.98.01.01.) destaca-se a proposta de Carta de Auditoria Interna da CME; a elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de corrupção e Infrações Conexas da CME reportado ao exercício de 2014 e trabalhos de avaliação e exame do grau de execução do Plano no ano de 2015.
- Nos **Outros** (09.98.01.09.) destacamos a procura e a obtenção de fontes de financiamento externas para a atividade municipal.



4 ANÁLISE ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais foram elaborados no respeito pelos princípios contabilísticos, orçamentais e das regras previsionais previstas no POCAL, com base no programa político e respetivo planeamento da atividade municipal.

No presente capítulo, começamos pelo Orçamento e respetivas modificações, analisamos o equilíbrio orçamental, e resumimos a execução orçamental da receita e da despesa, assim como a execução das Opções do Plano. A terminar, apresentamos, ainda, um conjunto de indicadores de natureza orçamental.

4.1 Orçamento

Respeitando o voto popular e os compromissos publicamente assumidos, as OP e OM para 2015 tiveram por base o Programa de Governo Municipal para o mandato 2013/17 que a CDU apresentou e foi sufragado nas Eleições Autárquicas de 2013. Foram ainda recolhidas propostas de todos os que quiseram contribuir.

Elaborado num contexto particularmente difícil e fortemente condicionado, por diversos fatores alheios ao atual Executivo, dos quais destacamos:

- A restrição financeira orçamental decorrente da enorme dimensão da dívida e dos compromissos existentes no final do anterior mandato: a dívida total situando-se perto dos € 88 milhões de euros e os compromissos cerca de € 65 milhões de euros. À data da elaboração dos documentos previsionais para 2015, 30/9/2014, a dívida total de operações orçamentais atingia 78.314.217,36 €;
- O desequilíbrio económico estrutural do Município, resultante dos valores negativos dos diferentes resultados dos exercícios económicos de anos anteriores. No ano 2013 os resultados operacionais foram de - 11.562.847,20 € os resultados financeiros de - 1.756.451,10 € e os resultados líquidos de - 12.706.874,27 €;
- As imposições do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e da proposta de Orçamento de Estado para 2015 que prosseguiram a via da redução da autonomia do Poder Local Democrático quer na vertente económica (contribuições para o FAM, financiamento do



Município de Évora

OE/2015 por via da manutenção das verbas retiradas e transferidas do OM para o OE, retenção de verbas por incumprimento da redução de pagamentos em atraso em 2011 e 2012, desvio de 50% das verbas de receitas de água para os sistemas em alta e consignação crescente de verbas transferidas) quer na vertente de redução da autonomia administrativa e política (proibição geral de contratação de pessoal e imposição da redução de 3% dos trabalhadores do Município, exigências de tentativa de tutela e imposição de limites à massa salarial);

- O contrato de empréstimo que o anterior Executivo Municipal assinou com o Governo no âmbito do designado PAEL. O Município de Évora ficou obrigado a um conjunto de compromissos que limitam a sua autonomia e que oneram o Povo de Évora, as suas instituições e empresas, nomeadamente, a fixação de impostos, taxas, tarifas e preços municipais no máximo (quando definido) ou otimizadas, isto é, em valores mais altos quando não há teto máximo.

O **Orçamento do Município (OM)** para 2015 previa os fluxos financeiros de entradas e saídas no ano em causa, quer resultantes dos compromissos e dívidas do Município existentes no final de 2014 e respetivos pagamentos, quer de novas ações e investimentos propostos, no total de 88.800.000,00 €, conforme quadro resumo das dotações iniciais.

Quadro 8 – Dotações Iniciais do Ano 2015

RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
	Montante	%		Montante	%
01 Impostos Diretos	11.055.000	12,4	01 Despesas com Pessoal	18.740.384	21,1
02 Impostos Indiretos	155.200	0,2	02 Aquisição de Bens e Serviços	40.398.074	45,5
04 Taxas Multas e Outras Penalidades	3.852.800	4,3	03 Juros e Outros Encargos	5.913.026	6,7
05 Rendimentos de Propriedade	50.500	0,1	04 Transferências Correntes	2.012.886	2,3
06 Transferências Correntes	15.193.455	17,1	06 Outras Despesas Correntes	1.019.716	1,1
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	6.755.799	7,6			
08 Outras Receitas Correntes	45.313.631	51,0			
Total das Receitas Correntes	82.376.385	92,8	Totas das Despesas Correntes	68.084.086	76,7
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 Venda de Bens de Investimento	649.000	0,7	07 Aquisição de Bens de Capital	11.004.016	12,4
10 Transferências de Capital	3.216.615	3,6	08 Transferências de Capital	1.392.900	1,6
11 Ativos Financeiros	5.000	0,0	09 Ativos Financeiros	215.346	0,2
12 Passivos Financeiros	2.502.000	2,8	10 Passivos Financeiros	8.103.652	9,1
13 Outras Receitas de Capital	1.000	0,0			
Total das Receitas de Capital	6.373.615	7,2	Total das Despesas de Capital	20.715.914	23,3
OUTRAS RECEITAS					
15 Reposições Abatidas nos Pagamentos	50.000	0,1			
Total de Outras Receitas	50.000	0,1			
TOTAL GERAL	88.800.000	100	TOTAL GERAL	88.800.000	100



Município de Évora

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL).

Ao longo do ano 2015 foram feitas 31 alterações orçamentais. Foi ainda feita uma revisão orçamental, para incorporar o saldo da gerência do ano anterior, no montante de 1.068.149,48 € o que alterou o valor do orçamento para 89.868.149,48 €, conforme quadro resumo das modificações orçamentais que a seguir se apresenta. Os mapas completos das modificações ao orçamento são apresentados nas “Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução”, conforme instruções do POCAL (ponto 3) mais concretamente no subponto 3.1.1. dos anexos.

Quadro 9 – Resumo das Modificações ao Orçamento de 2015

RECEITA			DESPESA			
Designação	Dot. Iniciais	Dot. Corrigidas	Designação	Dot. Iniciais	Dot. Corrigidas	
CORRENTES	Impostos Directos	11.055.000,00	11.055.000,00	Pessoal	18.740.384,00	18.875.384,00
	Impostos Indirectos	155.200,00	155.200,00	Bens e Serviços	40.398.074,00	41.474.541,00
	Taxas, Multas O Penalidades	3.852.800,00	3.852.800,00	Transferências Correntes	2.012.886,00	2.092.886,00
	Rendimentos de Propriedade	50.500,00	50.500,00	Subsídios	0,00	0,00
	Transferências Correntes	15.193.455,00	15.193.455,00	Outras Despesas Correntes	1.019.716,00	956.298,48
	Venda de Bens e Serviços	6.755.799,00	6.755.799,00	Juros e outros encargos	5.913.026,00	5.753.126,00
	Outras Receitas Correntes	45.313.631,00	45.313.631,00			
Total Receitas Correntes	82.376.385,00	82.376.385,00	Total Despesas Correntes	68.084.086,00	69.152.235,48	
CAPITAL	Venda Bens Investimento	649.000,00	649.000,00	Aquisição Bens de Capital	11.004.016,00	11.005.716,00
	Transferências de Capital	3.216.615,00	3.216.615,00	Passivos Financeiros	8.103.652,00	8.103.652,00
	Activos Financeiros	5.000,00	5.000,00	Transferências de Capital	1.392.900,00	1.391.200,00
	Passivos Financeiros	2.502.000,00	2.502.000,00	Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
	Outras Receitas de capital	1.000,00	1.000,00	Activos Financeiros	215.346,00	215.346,00
	Rep. não Abatidas Pagament.	50.000,00	50.000,00			
	Saldo de Gerência Anterior		1.068.149,48			
Total Receitas de Capital	6.423.615,00	7.491.764,48	Total Despesas de Capital	20.715.914,00	20.715.914,00	
TOTAL	88.800.000,00	89.868.149,48	TOTAL	88.800.000,00	89.868.149,48	

Os orçamentos são elaborados com base nas regras e princípios orçamentais previsto na lei, nomeadamente o princípio da independência, da anualidade, da unidade, da universalidade, do equilíbrio, da especificação, da não consignação e da não compensação. Destes princípios, destacamos, por ter sofrido alterações com a entrada em vigor do atual RFALEI, o princípio do equilíbrio.



Município de Évora

Nos termos do POCAL, este princípio orçamental consiste em garantir que os orçamentos prevejam os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e ainda que as receitas correntes sejam pelo menos iguais às despesas correntes (POCAL, ponto 3.1.1., alínea e). Com a entrada em vigor do novo RFALEI, no dia 1 de janeiro de 2014, os orçamentos devem prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente **acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos** (artº 40º, nºs 1 e 2).

O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte (artº 40º, nº 3).

Com a entrada em vigor desta regra, Município de Évora, como aconteceu com outros municípios que antes cumpriam este princípio orçamental, ficou automaticamente em incumprimento por simples alteração política e administrativa do normativo.

No ano 2014 reduzimos já o desequilíbrio orçamental em 8.973.002,35 €, por efeito do aumento das receitas correntes e da diminuição das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo e no ano 2015, finalmente, apresentamos situação de equilíbrio orçamental. Ou seja, de 2013 para 2015, passámos de uma situação de desequilíbrio de -16.648.844,92 € para uma situação de equilíbrio de +4.374.070,62 €, respetivamente.

Quadro 10 – Equilíbrio Orçamental

	2013	2014	2015
Receita Corrente Bruta Cobrada (1)	32.907.223,70	37.457.014,88	37.299.505,24
Despesa Corrente (2)	43.845.107,00	40.914.908,63	31.424.063,58
Amortizações médias M/L Prazo (3)	7.356.322,80	6.090.799,56	3.366.346,30
TOTAL (4) = (2 + 3)	51.201.429,80	47.005.708,19	34.790.409,88
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (5) = (1 - 4)	-18.294.206,10	-9.548.693,31	2.509.095,36
Receita Corrente Líquida (6)	32.907.223,70	37.457.014,88	37.299.505,24
5% das Receitas Correntes Totais (7) = 6 * 5%	1.645.361,19	1.872.850,74	1.864.975,26
APURAMENTO DO SALDO VERIFICADO (8) = (5 - 7)	-16.648.844,92	-7.675.842,57	4.374.070,62
Situação face à regra do Equilíbrio Orçamental	Incumprimento	Incumprimento	Cumprimento

Com a concretização dos empréstimos de saneamento financeiro, atualmente em fase de contratação, deveremos ter uma alteração neste princípio orçamental.



4.2 Execução Orçamental da Receita

As receitas cobradas no ano 2015 totalizaram 43.223.967,14 € (menos 10.358.041,24 € que no ano anterior), o que representa uma percentagem de execução de 48,10%, face aos 55,04% de 2014, situação que se justifica ainda pelo recebimento de parte do empréstimo PAEL naquele ano.

O quadro seguinte mostra a execução das receitas por natureza: foram cobrados 37.299.505,24 € de receitas correntes (menos 157.509,64 € que no ano anterior), 4.842.573,75 € de receitas de capital (menos 7.140.753,57 € que em 2014) e 1.081.888,15 € de outras receitas, que inclui o saldo da gerência anterior.

Quadro 11 – Execução das Receitas por Natureza

Designação	Orçamento	Execução	%
Receitas Correntes	82.376.385,00	37.299.505,24	45,28%
Receitas de Capital	6.373.615,00	4.842.573,75	75,98%
Outras Receitas	1.118.149,48	1.081.888,15	96,76%
Total	89.868.149,48	43.223.967,14	48,10%

A distribuição das receitas por natureza económica é apresentada no Gráfico 1. As receitas correntes representam 86% do total das receitas enquanto as receitas de capital apenas representam 11%. As outras receitas, onde se inclui, como já foi referido, o saldo da gerência anterior, representam 3%. Em 2015 aumentou-se, em termos relativos, a dependência das receitas correntes fruto, naturalmente, da redução das receitas de capital, relacionadas com o termino do recebimento do empréstimo do PAEL (recebido 80% em 2013 e 20% em 2014).

Ou seja, voltamos à situação normal nas autarquias, que é de uma grande dependência das receitas correntes.



Município de Évora

Gráfico 1 - Distribuição das Receitas por Natureza Económica



Analisando mais em pormenor a execução das receitas correntes, podemos verificar que a execução se aproximou do esperado, com exceção das Outras Receitas Correntes, em que a receita efetivamente cobrada ficou muito aquém do esperado. Esta situação resulta, como é sabido, da necessidade de acomodar dívida transitada num orçamento cuja receita real foi de 45,28% da prevista. Ainda assim, a percentagem é inferior à registada em 2014 (51%) e ligeiramente superior à de 2013 (44%).

Quadro 12 – Execução das Receitas Correntes

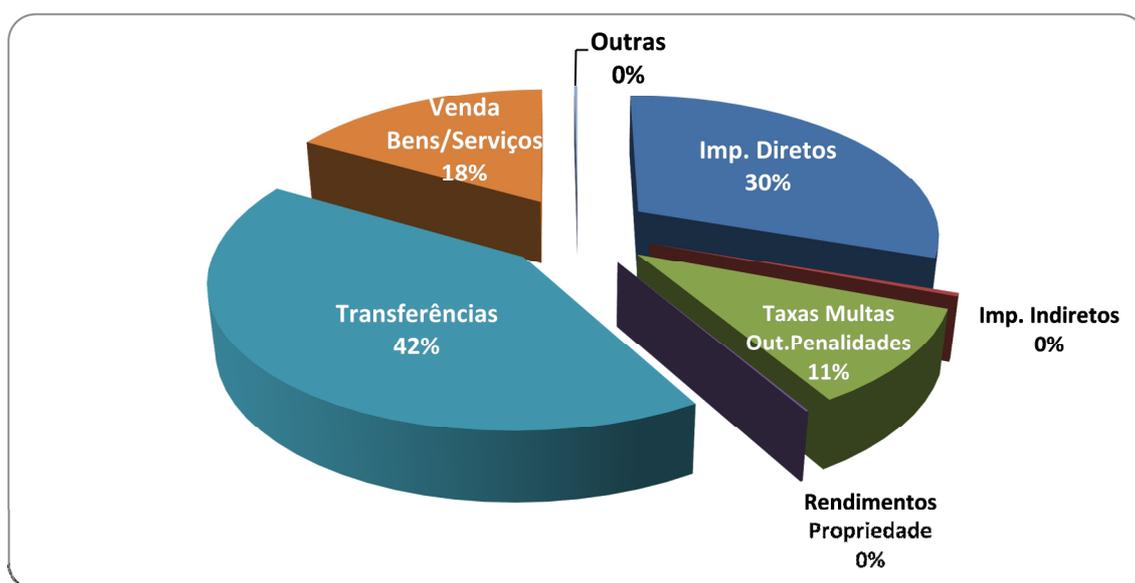
Receitas Correntes	Orçamento	Execução	%
Impostos Diretos	11.055.000,00	11.326.559,77	102,46%
Impostos Indiretos	155.200,00	140.594,69	90,59%
Taxas Multas e Outras Penalidades	3.852.800,00	4.006.766,39	104,00%
Rendimentos de Propriedade	50.500,00	45.675,44	90,45%
Transferências Correntes	15.193.455,00	15.535.848,85	102,25%
Venda de Bens e Serviços	6.755.799,00	6.164.653,60	91,25%
Outras Receitas Correntes	45.313.631,00	79.406,50	0,18%
Total	82.376.385,00	37.299.505,24	45,28%



Município de Évora

A estrutura das receitas correntes, representada no Gráfico 2, permite-nos visualizar facilmente a excessiva dependência das transferências do Orçamento do Estado (42%). Os impostos diretos representam 30%, mais 2% que no ano anterior, a venda de bens e serviços (18%) e as taxas, multas e outras penalidades representam este ano 11% do total das receitas correntes, menos 1% que no ano anterior. As outras receitas, os impostos indiretos e os rendimentos de propriedade não têm expressão.

Gráfico 2 – Estrutura das Receitas Correntes



Vejamos, agora, como tem sido a evolução das receitas correntes nos últimos 4 anos:

Quadro 13 – Evolução das Receitas Correntes

Designação	2012	2013	2014	2015	Gráfico
Impostos Diretos	8.877.799,32	9.028.306,12	10.314.923,07	11.326.559,77	
Impostos Indiretos	592.288,82	203.888,63	83.420,04	140.594,69	
Taxas Multas e Outras Penalidades	2.497.638,02	2.467.994,06	4.486.347,03	4.006.766,39	
Rendimentos de Propriedade	76.992,92	23.861,11	42.132,73	45.675,44	
Transferências Correntes	12.999.417,82	14.607.769,52	15.160.006,55	15.535.848,85	
Venda de Bens e Serviços	6.586.700,83	5.886.492,81	7.032.966,23	6.164.653,60	
Outras Receitas Correntes	166.658,93	688.911,45	337.219,23	79.406,50	
Totais	31.797.496,66	32.907.223,70	37.457.014,88	37.299.505,24	



Município de Évora

- Nos impostos diretos verificamos que em 2015 se registou um aumento face ao ano anterior, consolidando assim a tendência de crescimento desde 2012. Mais à frente, quando analisarmos os impostos diretos, vamos perceber que este aumento de deve essencialmente ao IMI e IMT;
- Os impostos indiretos têm pouca expressão e mantêm um comportamento irregular, registando uma descida acentuada de 2012 a 2014 e um ligeiro acréscimo em 2015 face ao ano anterior. Considerando que estes impostos costumam estar associados ao contexto social e à atividade económica, podemos ter aqui um efeito de alguma retoma da atividade económica, que motivou um aumento das receitas de loteamentos, obras e publicidade, situação que também se registou ao nível dos impostos diretos com as receitas de IMT;
- No que diz respeito às taxas, multas e outras penalidades, regista-se uma diminuição, de aproximadamente 11% face ao ano anterior, no entanto, o valor continua a apresentar um aumento significativo relativamente aos anos 2012 e 2013;
- Os rendimentos de propriedade têm pouca expressão, e mantêm um comportamento similar relativamente ao ano anterior;
- As transferências correntes, onde se incluem o FEF e outras transferências do Estado, tiveram um aumento de 375.842,30 €. Contudo, esse aumento deveu-se maioritariamente às receitas provenientes da participação no IRS, que não obstante a manutenção da percentagem de participação do município (nos valores máximos por imposição do PAEL) registaram uma subida. Quanto às restantes transferências do Orçamento do Estado, o FEF registou uma ligeira subida face ao ano anterior (41.821,02 €). Neste particular, salienta-se a alteração da repartição dos montantes do FEF para 2015, em 85 % para receita corrente e 15% para receita de capital, conforme deliberação de Reunião Pública de Câmara de 18/08/2014, realizada ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013 (ao invés dos 90% de receita corrente, aplicado quando não existe comunicação à DGAL). Quanto ao FSM, registou um aumento de 72.000,00 €, mas é uma transferência feita ao abrigo da transferência de competências na área da educação, em grande parte para pagar os salários dos trabalhadores que transitaram das escolas para a Câmara;



Município de Évora

- A receita com a venda de bens e serviços registou uma redução significativa face ao ano anterior, assim como as outras receitas correntes;
- No total, as receitas correntes no ano 2015 foram inferiores às verificadas no ano anterior em 157.509,64 €.

No quadro seguinte apresenta-se, também, a evolução dos impostos diretos que, no seu conjunto, representam 30% do total das receitas correntes.

Quadro 14 – Evolução dos Impostos Diretos

Impostos Directos	2012	2013	2014	2015	Gráfico
IMI	4.817.375,52	4.980.693,39	6.700.770,51	7.261.236,35	
IUC/IMV	1.070.126,18	1.328.184,10	1.224.267,10	1.171.649,08	
IMT	1.967.869,52	2.006.988,37	1.473.695,77	2.011.399,06	
Derrama	1.022.070,92	712.359,00	905.341,40	882.275,28	
Imp Abolidos/outros	357,18	81,26	10.848,29	0,00	
Totais	8.877.799,32	9.028.306,12	10.314.923,07	11.326.559,77	

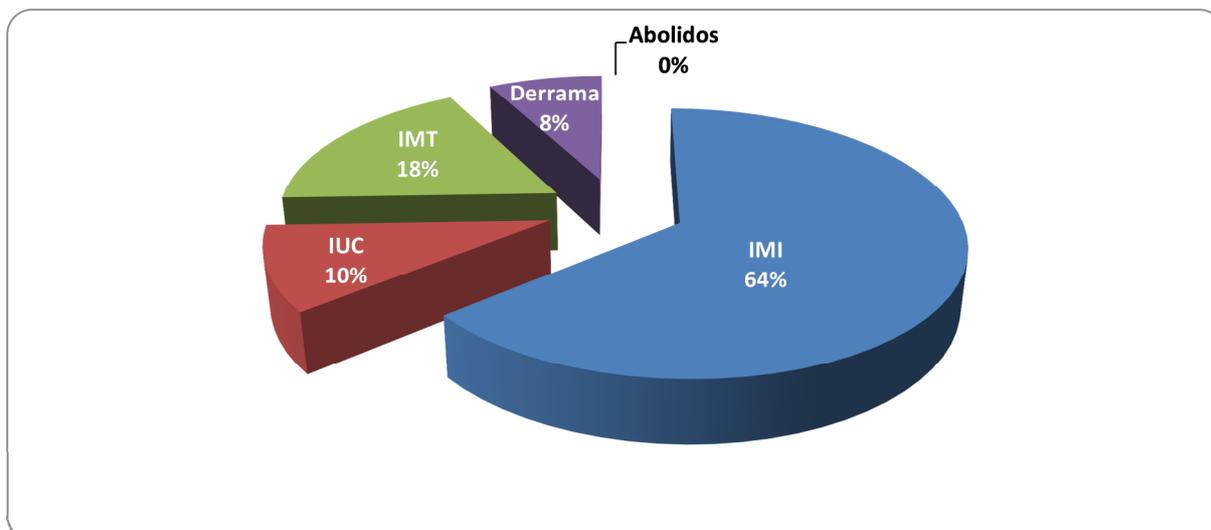
- A receita do IMI tem vindo sempre a subir, sendo que se verificou neste ano, mais 560.465,84 € relativamente a 2014, o que decorre dos efeitos da atualização feita pelo Governo / Finanças;
- Também a receita do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) apresentou este ano uma subida, face ao ano anterior, apresentando o valor mais elevado dos últimos 4 anos. Este é um indicador que costuma associar-se a alguma melhoria da atividade económica. Contudo, as diferenças são pouco significativas pelo que deve ser analisado com alguma precaução e em conjunto com outros indicadores, visto que apresenta uma evolução contrária ao IUC;
- O imposto único de circulação (IUC) decresceu ligeiramente face ao ano anterior. Também um indicador de dificuldades das famílias;
- A derrama, imposto municipal relativo ao lucro tributável das pessoas coletivas, registou um decréscimo de 23.066,12 € face ao anterior;
- Com muito pouca expressão, a rubrica dos impostos abolidos/outros, não registou este ano qualquer movimento (refere-se a impostos como contribuição autárquica ou sisa). Trata-se de uma rubrica que, com o tempo, desaparecerá dos orçamentos municipais;



Município de Évora

O gráfico seguinte ilustra a estrutura dos impostos diretos, saltando à vista o peso do IMI. Já o IUC e a derrama perderam peso relativamente ao ano anterior e o peso do IMT subiu 4 pontos percentuais.

Gráfico 3 – Estrutura dos Impostos Diretos



Nos termos da declaração publicada pela Autoridade Tributária, nos termos do nº 2 do artº 17º do DL 127/2012, de 21/6, os recebimentos em atraso de impostos totalizam 2.478.603,46 € (cf. Anexos Relativos à LCPA).

Quanto às receitas de capital, o total recebido foi de 4.842.573,75 €, com uma execução que ficou pelos 76% relativamente ao esperado, conforme quadro seguinte:

Quadro 15 – Execução das Receitas de Capital

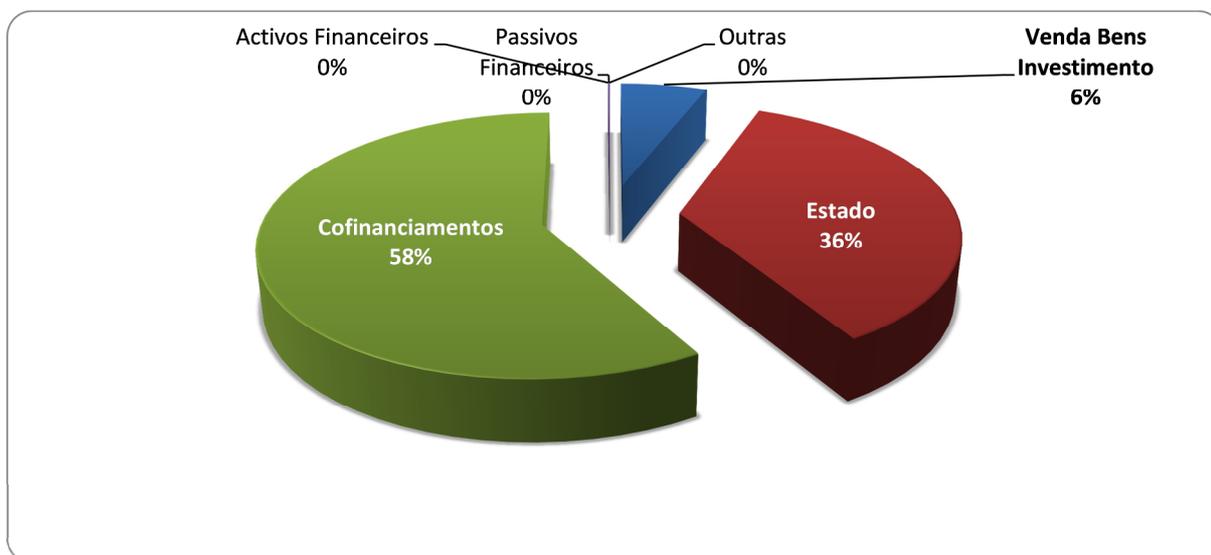
Receitas de Capital	Orçamento	Execução	%
Venda de Bens de Investimento	649.000,00	286.563,42	44,15%
Transferências de Capital			
Estado	1.516.615,00	1.719.181,34	113,36%
Proj. Cofinanciados	1.700.000,00	2.831.376,36	166,55%
Activos Financeiros	5.000,00	5.452,63	109,05%
Passivos Financeiros	2.502.000,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	1.000,00	0,00	0,00%
Total	6.373.615,00	4.842.573,75	75,98%



Município de Évora

As diferenças mais significativas entre o orçamentado e o executado estão nos passivos financeiros e nas receitas provenientes dos projetos cofinanciados. Relativamente aos passivos financeiros a receita esperada foi superior ao orçamentado porque apesar de previstos em orçamento, a Câmara não recorreu a empréstimos de curto prazo. Relativamente aos projetos cofinanciados, apesar das retenções efetuadas por incumprimentos e/ou inconformidades, a receita arrecadada foi superior ao orçamentado, fruto da execução e conclusão, em 2015, de algumas das candidaturas em curso, com destaque para a receita proveniente da participação da Escola André de Resende.

Gráfico 4 – Estrutura das Receitas de Capital



O gráfico anterior, apresenta a estrutura das receitas de capital arrecadadas no ano de 2015, onde se vê claramente a importância das receitas provenientes das transferências de capital no total destas receitas, com um peso de 94% (36% referente às transferências do Estado e 58% relativo aos projetos cofinanciados, neste caso essencialmente relativos à Escola André de Resende, existindo ainda transferências residuais de outros projetos em conclusão). Segue-se a venda de bens de investimento, com um peso de 6%, as restantes rubricas têm uma expressão residual ou nula.

O quadro seguinte mostra a evolução das receitas de capital, no total e pelas principais rubricas, nos últimos 4 anos:



Quadro 16 – Evolução das Receitas de Capital

Designação	2012	2013	2014	2015	Gráfico
Venda de Bens de Investimento	1.156.828,10	639.801,77	934.406,85	286.563,42	
Transferências de Capital:					
-Estado	4.103.743,38	2.181.532,65	1.154.784,75	1.719.181,34	
-Proj. Cofinanciados	1.263.486,94	326.930,28	1.206.106,52	2.831.376,36	
Activos Financeiros	11.158,16	9.825,17	4.754,56	5.452,63	
Passivos Financeiros	2.545.000,00	28.583.098,56	8.683.274,64	0,00	
Outras Receitas de Capital	19,57	0,00	0,00	0,00	
Total	9.080.236,15	31.741.188,43	11.983.327,32	4.842.573,75	

- No que diz respeito à venda bens de investimento, o último ano foi mais fraco que o anterior, o que é natural uma vez que se trata de venda de terrenos que vão sendo cada vez menos e para os quais tem havido menos compradores.
- Quanto às transferências, no que diz respeito às transferências do Orçamento do Estado, tiveram uma ligeira melhoria em 2015 face ao ano anterior, no entanto, têm vindo sempre a decrescer nos últimos anos, sendo que de 2012 para 2014 passaram de 4.103.743,38 € para 1.154.784,75 €, numa redução que, nestes 4 anos, representa 58%. No que respeita aos projetos cofinanciados, tiveram um acréscimo no ano 2015, em resultado da conclusão de alguns projetos em grande parte devido, à participação da construção da Escola Básica André de Resende;
- Os ativos financeiros, apesar da ligeira melhoria do último ano, têm vindo sempre a decrescer, e têm uma expressão muito reduzida;
- Quanto aos passivos financeiros, apresentaram um valor significativo em 2013, com a contabilização, além do empréstimo de curto prazo, das duas primeiras prestações do PAEL, que terminou, em 2014, com o registo da receita proveniente da última tranche. Em 2015 não se registaram receitas provenientes de passivos financeiros;
- No total, no ano de 2015, recebemos menos 7.140.753,57 € que no ano anterior, principalmente pela inexistência, neste ano, de receitas de empréstimos, sejam de curto, ou de médio e longo prazo.



Município de Évora

Por último, apresenta-se o quadro resumo da receita total arrecadada em 2015 (correntes e capital), por agrupamento da receita:

Quadro 17 – Resumo da Receita Total no ano 2015

Agrupamento da Receita	Orçamento 2015	Recebimentos	% Exec.
Imposto Municipal sobre Imóveis	6.600.000,00	7.261.236,35	110,0%
Imposto Único de Circulação	1.500.000,00	1.171.649,08	78,1%
Imp.Mun.Trans.Onerosas de Imóveis	2.000.000,00	2.011.399,06	100,6%
Derrama	950.000,00	882.275,28	92,9%
Impostos Abolidos	4.000,00		0,0%
Impostos Directos Diversos	1.000,00		0,0%
Impostos Indirectos	155.200,00	140.594,69	90,6%
Taxas	3.511.800,00	3.858.244,08	109,9%
Multas	341.000,00	148.522,31	43,6%
Rendimentos de Propriedade	50.500,00	45.675,44	90,4%
Transferências Correntes	15.193.455,00	15.535.848,85	102,3%
Venda de Bens	2.773.500,00	2.306.843,44	83,2%
Venda de Serviços	931.299,00	930.250,43	99,9%
Rendas	3.051.000,00	2.927.559,73	96,0%
Outras Receitas Correntes	45.313.631,00	79.406,50	0,2%
Total das Receitas Correntes	82.376.385,00	37.299.505,24	45,3%
Venda de Bens de Investimento	649.000,00	286.563,42	44,2%
Transferências do Estado (FEF)	1.441.615,00	1.441.615,00	100,0%
Cooperação Financeira	75.000,00	277.566,34	370,1%
Transf. Cofinanciados	1.700.000,00	2.831.376,36	166,6%
Activos Financeiros	5.000,00	5.452,63	109,1%
Passivos Financeiros (Empréstimos)	2.502.000,00		0,0%
Outras Receitas Capital	1.000,00		0,0%
Total das Receitas de Capital	6.373.615,00	4.842.573,75	76,0%
Reposições não abatidas aos pagts	50.000,00	13.738,67	27,5%
Saldo de Gerência	1.068.149,48	1.068.149,48	100,0%
Total Outras Receitas	1.118.149,48	1.081.888,15	96,8%
TOTAL DO ORÇAMENTO	89.868.149,48	43.223.967,14	48,1%

4.3 Execução Orçamental da Despesa

A percentagem de realização do orçamento global da despesa, no exercício de 2015, foi de cerca de 47%, baixa percentagem que decorre da imposição legal de incluir no orçamento toda a dívida (exceto a assumida no médio e longo prazo para pagar em anos posteriores) ainda que se saiba não ser possível pagá-la integralmente. Representou um total de pagamentos de 42.295.242,87 € (31.424.063,58 € de correntes e 10.871.179,29 € de capital).



Município de Évora

Quadro 18 – Execução das Despesas por Natureza

Designação	Orçamento	Execução	%
Despesas Correntes	69.152.235,48	31.424.063,58	45,44%
Despesas de Capital	20.715.914,00	10.871.179,29	52,48%
Total	89.868.149,48	42.295.242,87	47,06%

No quadro seguinte, apresentamos o grau de execução das principais rubricas da despesa corrente:

Quadro 19 – Execução das Despesas Correntes

Despesas Correntes	Orçamento	Execução	%
Pessoal	18.875.384,00	17.711.101,30	93,83%
Aquisição de Bens e Serviços	41.474.541,00	9.229.673,89	22,25%
Juros e Outros Encargos	5.753.126,00	3.155.075,79	54,84%
Transferências Correntes	2.092.886,00	836.379,04	39,96%
Subsídios	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	956.298,48	491.833,56	51,43%
Total	69.152.235,48	31.424.063,58	45,44%

- As despesas com o pessoal totalizaram 18.875.384,00 € e tiveram uma execução de menos 6% do que o previsto. A diferença entre o previsto e o executado, de mais de um milhão de euros, explica-se pelo número de trabalhadores que se reformaram e pela impossibilidade de fazer novas contratações, apesar da falta de pessoal, principalmente da carreira operacional;
- A aquisição de bens e serviços continua a ter um peso grande no orçamento. Note-se que é nesta rubrica que são contabilizados os grandes encargos da Câmara: água em alta, depósito de RSU's, iluminação pública, comunicações, segurança, seguros, consumíveis entre outros bens e serviços essenciais ao funcionamento da Câmara e ao cumprimento das suas competências. A grande diferença entre o previsto em orçamento e o executado explica-se pela dívida acumulada a fornecedores que transita de ano para ano. Mais de 80% desta dívida acumulada é dívida a um único fornecedor – Águas de Lisboa e Vale do Tejo. No anos 2013 e 2014 verificou-se um decréscimo da dívida a este fornecedor, com a



Município de Évora

receita do PAEL, mas como se pode verificar pelo quadro extraído da evolução das dívidas a fornecedores, de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 a dívida corrente aumentou 5.855.506,72 €:

Quadro 20 – Evolução da Dívida Corrente a Fornecedores

DÍVIDAS A FORNECEDORES / CREDORES / EMPRÉSTIMOS	31-12-2014		31-12-2015		Diferença
	Nome	Valor	%	Valor	%
AGUAS CENTRO ALENTEJO / AGUAS LISBOA VALE TEJO	21.284.593,62	73,41	27.140.100,34	82,77	5.855.506,72

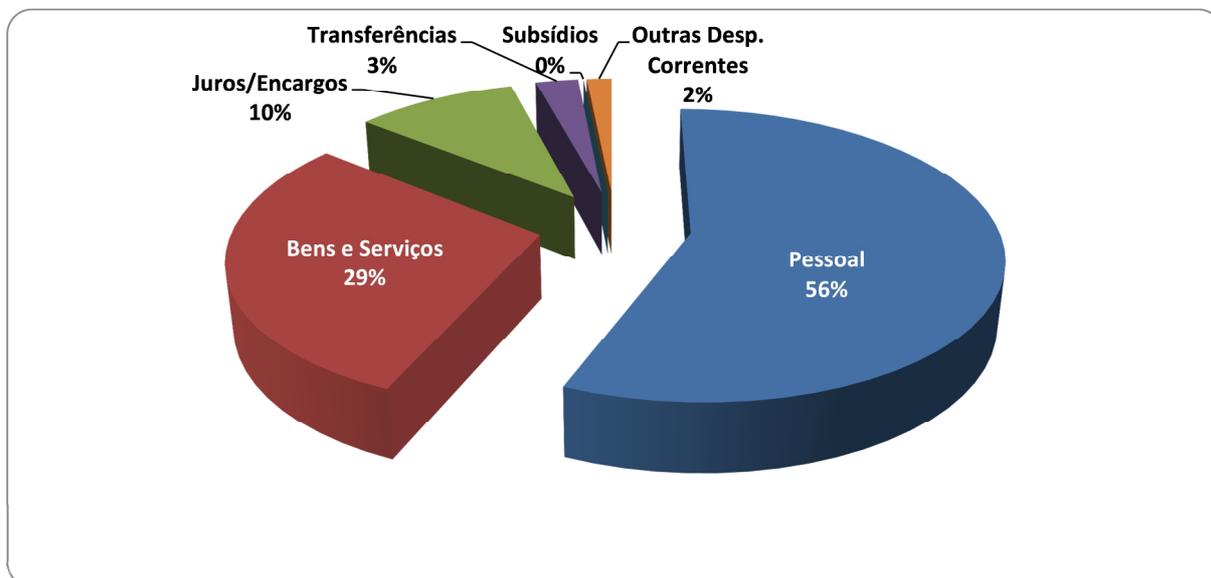
- O mesmo se passa com os juros e outros encargos. O que explica a baixa taxa de execução desta rubrica é a dívida transitada, principalmente de juros moratórios lançados por fornecedores e, uma vez mais, o maior valor é debitado pela empresa que nos fornece a água em alta. Para dar um exemplo, só para o nosso maior credor (AdLVT), temos um encargos com juros de mora que se aproximam dos 2 milhões de euros ano, com a dívida atual (no ano 2015 a taxa de juros comerciais foi de 7,05%);
- Nas transferências correntes também se verificou uma baixa execução. São essencialmente transferências de verbas para as Juntas e Uniões de Freguesia que estão em atraso, apesar da recuperação que temos vindo a fazer;

O gráfico seguinte mostra a estrutura das despesas correntes em 2015. Sem surpresa, verifica-se que 85% do total da despesa foi para a aquisição de bens e serviços (29%) e para encargos com o pessoal (56%) que incluem não só remunerações, como os suplementos, os subsídios e todos os outros encargos onde o maior peso está nos encargos com a segurança social (ADSE e SNS) e na participação nas despesas com a saúde da ADSE, cujos encargos são canalizados para o Município, mesmo sem este saber exatamente o que paga.

Os restantes 15% foram assim repartidos: 10% para juros e outros encargos, 3% para as transferências (Juntas de Freguesia e Escolas) e 2% para as outras despesas correntes.



Gráfico 5 – Estrutura das Despesas Correntes



No quadro seguinte, mostra-se a evolução das despesas correntes, nos últimos 4 anos:

Quadro 21 – Evolução das Despesas Correntes

Designação	2012	2013	2014	2015	Gráfico
Pessoal	16.879.562,37	18.020.984,81	18.166.397,80	17.711.101,30	
Aquisição de Bens e Serviços	8.653.751,77	20.052.997,74	18.597.761,74	9.229.673,89	
Juros e Outros Encargos	1.898.238,54	2.531.045,58	2.545.263,41	3.155.075,79	
Transferências Correntes	1.529.485,74	1.557.225,21	1.041.777,10	836.379,04	
Subsídios	12.000,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas correntes	799.257,50	1.682.853,42	563.708,58	491.833,56	
Total	29.772.295,92	43.845.106,76	40.914.908,63	31.424.063,58	

- As despesas de pessoal têm tido um comportamento variável, resultado das alterações legislativas, de ano para ano. Atingiram o seu maior valor em 2011, decresceram muito em 2012 como resultado das políticas governamentais traduzidas em regras do Orçamento do Estado que retiraram subsídios aos trabalhadores e aplicaram taxas de redução nos salários. No ano 2013 subiram pela reposição do subsídio de férias, por decisão do Tribunal Constitucional. No ano 2014, apesar de apresentarem um valor superior a 2013, isso ficou a dever-se a um aumento significativo dos encargos da subrubrica “10.03 – Segurança Social” uma vez que o valor das remunerações foi inferior



Município de Évora

em 300 mil euros. No ano 2015 verifica-se um decréscimo face a 2014 que resulta, em grande parte, do número de trabalhadores que se aposentaram;

- Ainda no que diz respeito às despesas com pessoal, deve salientar-se que a Câmara também recebeu verbas da Administração Central para fazer face aos encargos com o pessoal não docente afeto às escolas e aos professores das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's). Em concreto, recebemos 1.915.251,11 € para as remunerações do pessoal não docente e 286.507,90 € para os professores das AEC's, num total de 2.201.759,01 €. Ou seja, em rigor, a Câmara gastou 15.509.342,29 € com pessoal diretamente afeto aos serviços municipais;
- Os juros e outros encargos têm vindo sempre a subir. De 2013 para cá explicam-se pelo aumento dos juros dos empréstimos, com empréstimo PAEL, mas também pelo maior número de empresas que debitam juros de mora pelos atrasos nos pagamentos;
- As transferências correntes (empresas municipais, freguesias, associações de municípios, escolas) tiveram um decréscimo nos últimos dois anos. No entanto, a dívida a estas entidades não aumentou, o que significa que temos vindo a reduzir os valores em dívida;

Quadro 22 – Execução das Despesas de Capital

Despesas de Capital	Orçamento	Execução	%
Aquisição de Bens de Capital	11.005.716,00	5.375.577,54	48,84%
Transferências de Capital	1.391.200,00	407.839,85	29,32%
Activos Financeiros	215.346,00	215.346,00	100,00%
Passivos Financeiros	8.103.652,00	4.872.415,90	60,13%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00%
Total	20.715.914,00	10.871.179,29	52,48%

- No total, as despesas de capital tiveram uma execução de 52,48%;
- A rubrica da aquisição de bens de capital foi a que teve maior execução, 5.375.577,54 €, o que se deveu, essencialmente, não só aos pagamentos relativos à Escola André de Resende, como de outros projetos cofinanciados já concluídos, mas que não estavam totalmente pagos, havendo o risco de perder ou devolver participações já recebidas

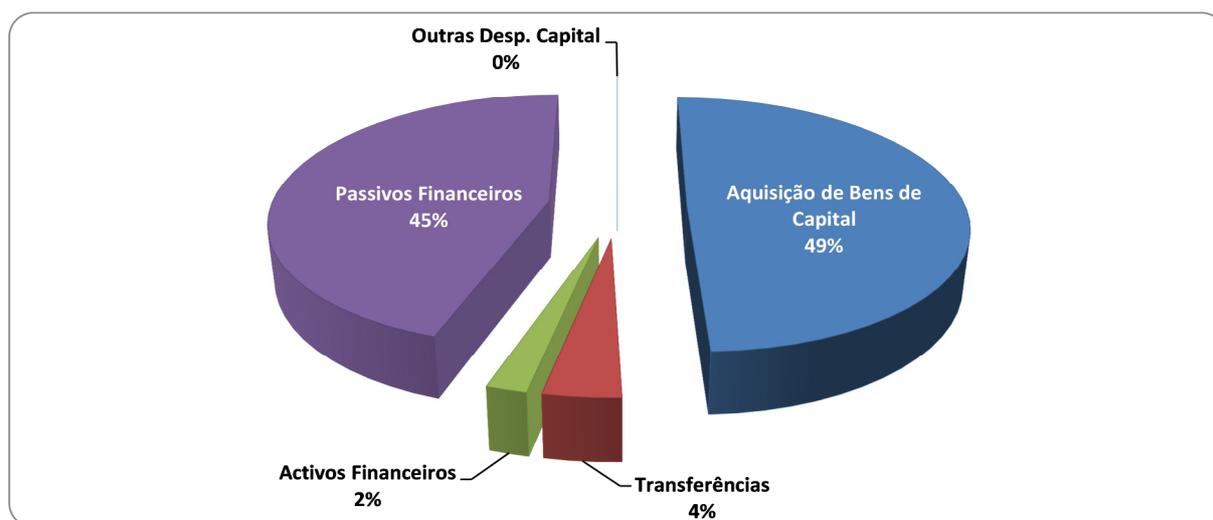


Município de Évora

com o encerramento do Quadro Comunitário de Apoio a 31 de dezembro. Esta rubrica inclui ainda outros investimentos, construções diversas, infraestruturas, amortização da dívida dos terrenos do PIAE e aquisição de equipamentos;

- Nas transferências de capital, que incluem as transferências para empresas municipais, para associações de municípios e, principalmente para as Freguesias e Uniões de Freguesias, a execução foi de 407.839,85 €, menos do que o previsto em orçamento, pela mesma razão indicada nas transferências correntes: o atraso nos pagamentos às Juntas e UF's que estamos a recuperar. Note-se que os protocolos e acordos com as Juntas de Freguesia relativos a 2014 foram cabimentados no final do ano, transitando toda a sua despesa para 2015, a juntar aos encargos deste ano;
- Os ativos financeiros foi a rubrica que teve uma taxa de execução de 100%, no valor de 215.346,00 €, estando aqui contabilizada a participação no FAM;
- Os passivos financeiros tiveram uma taxa de execução de apenas 60%, em grande parte porque não foi possível pagar as prestações do PREDE e do PTH, como estava previsto (entretanto já pagas cf. Ponto 9 - Factos Relevantes Após o Termo do Exercício), devido à necessidade de resolver todos os pagamentos relativos a projetos cofinanciados, pelas razões atrás referidas;

Gráfico 6 – Estrutura das Despesas de Capital



O Gráfico 6 permite-nos visualizar, de forma clara e rápida, qual foi a estrutura das despesas de capital no ano 2015. O peso apresentado pelos Passivos Financeiros no total destas



Município de Évora

despesas (45%), foi para pagar amortizações de empréstimos, que atualmente são quase todos empréstimos ao Estado, como se verá melhor no capítulo do endividamento.

De notar o esforço de investimento, que representa 49% das despesas de capital, apesar da situação de crise generalizada e das enormes dificuldades financeiras do Município. Como já foi referido, está aqui incluída a Escola André de Resende, mas também o resto dos pagamentos de outros investimentos cofinanciados que estavam concluídos fisicamente mas com a execução financeira por concluir (ex: Escola do Bacelo e Escola dos Canaviais), para além de outros investimentos já referidos.

As transferências de capital tiveram um peso de 4% no total destas despesas, permitindo, também algum investimento nas freguesias.

Segue-se o quadro com a evolução das despesas de capital nos últimos 4 anos.

Quadro 23 – Evolução das Despesas de Capital

Designação	2012	2013	2014	2015	Gráfico
Aquisição de Bens de Capital	3.747.066,10	5.193.557,77	4.120.827,58	5.375.577,54	
Transferências de Capital	417.990,78	1.429.171,88	576.582,94	407.839,85	
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	215.346,00	
Passivos Financeiros	7.217.985,80	9.929.612,29	6.900.084,19	4.872.415,90	
Outras Despesas de capital	22.245,74	156.402,46	1.455,56	0,00	
Total	11.405.288,42	16.708.744,40	11.598.950,27	10.871.179,29	

- A rubrica aquisição de bens de capital, que concentra os investimentos do Município, tem vindo sempre a subir, com exceção de 2014 que teve um decréscimo. O ano 2015 foi o ano com maiores pagamentos nesta rubrica essencialmente por duas razões: verificaram-se ainda alguns pagamentos com a última tranche do PAEL, mas principalmente pelos pagamentos feitos no âmbito de 3 grandes projetos: A Escola André de Resende, mas também o que faltava pagar das Escolas do Bacelo e dos Canaviais;
- As transferências de capital registaram uma redução face a 2014. A sua maior execução foi no início do presente mandato, no final do ano 2013, com pagamentos significativos às Juntas de Freguesia, referentes a anos anteriores. No ano 2014, foram pagas as



Município de Évora

transferências referentes a 2013, no ano 2015 foram pagas as transferências de 2014 (Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos aprovados já no final de 2014);

- Os passivos financeiros aumentaram de 2012 para 2013 e, a partir daí, têm vindo a decrescer, atingindo o menor valor dos últimos 4 anos em 2015 (note-se, como já foi referido antes, que as prestações do PREDE e do PTH que se venciam em dezembro, passaram para o ano seguinte).

Terminamos a análise da despesa com o resumo da despesa total (correntes e capital) e a sua evolução nos últimos 4 anos.

Quadro 24 – Resumo da Despesa Total (Correntes e Capital)

Correntes	Orçamento	Execução	% Exec.
Pessoal	18.875.384,00	17.711.101,30	93,8%
Bens e Serviços	41.474.541,00	9.229.673,89	22,3%
Juros e outros Encargos	5.753.126,00	3.155.075,79	54,8%
Transferências Correntes	2.092.886,00	836.379,04	40,0%
Outras Correntes	956.298,48	491.833,56	51,4%
Total Desp. Correntes	69.152.235,48	31.424.063,58	45,4%

Capital	Orçamento	Execução	% Exec.
Aquisição Bens Capital	11.005.716,00	5.375.577,54	48,8%
Transferências Capital	1.391.200,00	407.839,85	29,3%
Ativos Financeiros	215.346,00	215.346,00	100,0%
Passivos Financeiros	8.103.652,00	4.872.415,90	60,1%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,0%
Total Desp. Capital	20.715.914,00	10.871.179,29	52,5%

Total Geral	89.868.149,48	42.295.242,87	47,1%
--------------------	----------------------	----------------------	--------------

Na evolução da despesa total (quadro e gráfico seguintes), nos últimos quatro anos, destaca-se o efeito dos pagamentos com recurso à receita do empréstimo PAEL, no ano 2013, efeito que ainda se fez sentir, embora em menor grau, no ano 2014, e que nos permitiu fazer mais pagamentos relativamente a 2015.

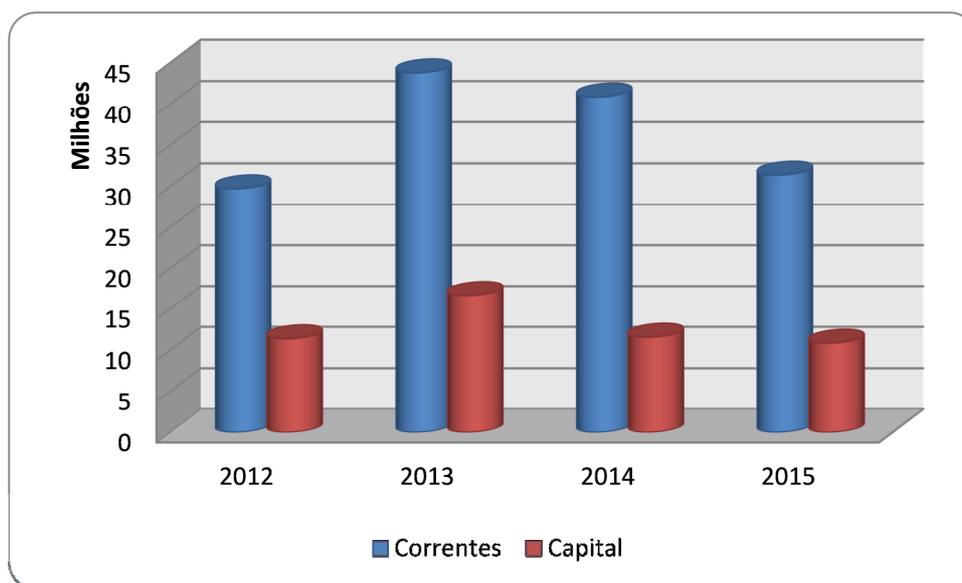
Quadro 25 – Evolução da Despesa Total

Designação	2012	2013	2014	2015	Gráfico
Correntes	29.772.295,92	43.845.106,76	40.914.908,63	31.424.063,58	
Capital	11.405.288,42	16.708.744,40	11.598.950,27	10.871.179,29	
Total	41.177.584,34	60.553.851,16	52.513.858,90	42.295.242,87	



É isso que se pode visualizar no gráfico seguinte da evolução da despesas correntes e de capital nos últimos anos:

Gráfico 7 – Evolução da Despesa Total



4.4 Execução das Opções do Plano

São dois os documentos previsionais nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais: as Grandes Opções do Plano (GOP's)¹ e o Orçamento.

As GOP's, por sua vez, são constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Atividades Mais Relevantes (AMR)².

No PPI, que obrigatoriamente deve estar em consonância com o orçamento, são discriminados todos os projetos de investimento relativamente aos quais se prevejam

¹ Quer a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, quer a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelecem, respetivamente, o regime jurídico e o regime financeiro das autarquias locais, já se não referem às “Grandes Opções do Plano” mas apenas a “Opções do Plano”. Assim, podem surgir as duas designações.

² Em alguns quadros também pode surgir a designação de Plano de Atividades Municipais (PAM)



Município de Évora

pagamentos durante o ano. A execução do PPI, fornece informação sobre a execução financeira dos projetos, reportada a 31 de dezembro de cada ano.

As AMR's englobam as atividades que, não sendo investimentos, assumem importância para a atividade municipal e, por esse motivo, são inscritas nas GOP's. É aqui que se incluem as transferências correntes entre autarquias locais, no âmbito de protocolos de delegação de competências ou acordos de colaboração, a realização de eventos culturais, desportivos e outros de relevância significativa para o Município, assim como as transferências para outras entidades.

Na análise da execução das Opções do Plano, que se segue, tratamos também aqueles dois planos (PPI e AMR) em separado. Antes de analisarmos o Quadro Resumo da Execução das Opções do Plano fica uma breve explicação da classificação funcional:

Funções gerais – Este grupo de funções compreende as atividades de âmbito geral da administração local, tais como as da área administrativa e financeira, tesouraria, património e notariado, incluindo também os serviços de Proteção Civil e a luta contra incêndios.

Funções sociais – Esta categoria ou grupo de funções abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, o abastecimento de água, o tratamento dos resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

Funções económicas – Compreende as despesas com a construção, manutenção e modernização dos parques industriais, transportes e comunicações, energia, comércio e turismo, feiras e mercados e outros assuntos ou serviços de carácter residual não suscetíveis de enquadramento na categoria ou grupo das funções económicas como sejam a informação dos direitos do consumidor.

Outras funções – Inclui as operações da dívida autárquica (respeita às relações da autarquia com as instituições financeiras e a concessão de empréstimos ou subsídios), as transferências entre administrações e uma rubrica de carácter residual que engloba as despesas não enquadráveis nas anteriores rubricas.



Município de Évora

Quadro 26 – Resumo da Execução das GOP's

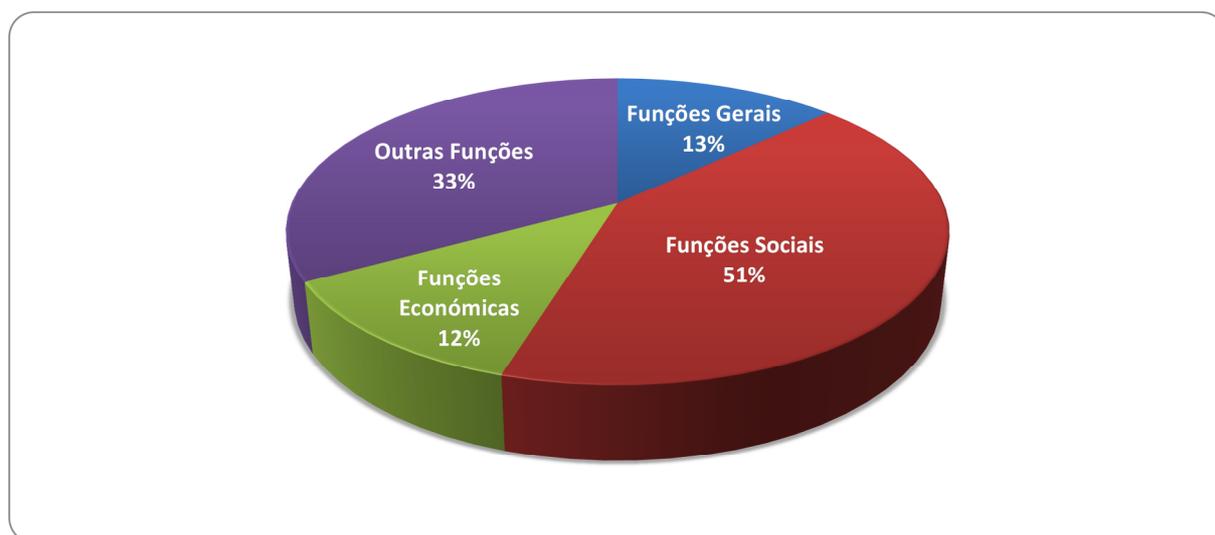
	PPI	AMR	Total OP's	%
Funções Gerais	306.908,30	1.762.979,47	2.069.887,77	13%
Funções Sociais	3.894.884,76	2.773.741,13	6.668.625,89	42%
Funções Económicas	1.177.852,88	767.342,49	1.945.195,37	12%
Outras Funções	5.276.187,35	0,00	5.276.187,35	33%
Total	10.655.833,29	5.304.063,09	15.959.896,38	100%

Este quadro resume a execução das Opções do Plano por funções. Em termos de investimentos inscritos no (PPI), foram executados 10.655.833,29 € dos quais 306,908,30 € (3%) em funções gerais, 3.894.884,76 € (37%) em funções sociais, 1.177.852,88 € (11%) em funções económicas e 5.276.187,35 € (49%) em outras funções.

O total da despesa paga de natureza corrente, nas Atividades Mais Relevantes do Município, foi de 5.304.063,09 €, sendo que a maior parte desta quantia (52%) foi gasta nas funções sociais (2.773.741,13 €). As funções económicas consumiram 767.342,49 € (15%), as funções gerais consumiram 1.762.979,47 € (33%) e as outras funções 0 €.

No total, a despesa paga através das Opções do Plano foi de 15.959.896,38 €, assim distribuída: 2.069.887,77 € para as funções gerais, 6.668.625,89 € para as funções sociais, 1.945.195,37 € para as funções económicas e 5.276.187,35 € para as outras funções.

Gráfico 8 – Estrutura das Opções do Plano por Funções





Município de Évora

A execução das OP's, discriminadas por funções é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 27 – Execução das Opções do Plano

		PPI	AMR	Total OP's	%
Funções Gerais	Serviços Gerais	306.908,30	1.762.979,47	2.069.887,77	13%
	Segurança e Ordem Públicas	0,00	0,00	0,00	0%
Funções Sociais	Educação	3.687.504,04	596.194,28	4.283.698,32	27%
	Segurança e Ações Sociais	0,00	2.730,50	2.730,50	0%
	Habituação e Serviços Coletivos	128.931,52	2.151.887,07	2.280.818,59	14%
	Serv. Culturais Recreativos e Religiosos	78.449,20	22.929,28	101.378,48	1%
Funções Económicas	Indústria e Energia	411.782,89	583,65	412.366,54	3%
	Transportes e Comunicações	165.921,17	764.771,64	930.692,81	6%
	Comércio e Turismo	123,25	1.987,20	2.110,45	0%
	Outras Funções Económicas	600.025,57	0,00	600.025,57	4%
Outras Funções	Operações da Dívida Autárquica	4.872.415,90	0,00	4.872.415,90	31%
	Transferências entre Administrações	396.070,73	0,00	396.070,73	2%
	Diversas	7.700,72	0,00	7.700,72	0%
TOTAL		10.655.833,29	5.304.063,09	15.959.896,38	100%

Gráfico 9 – Estrutura Funcional do PPI

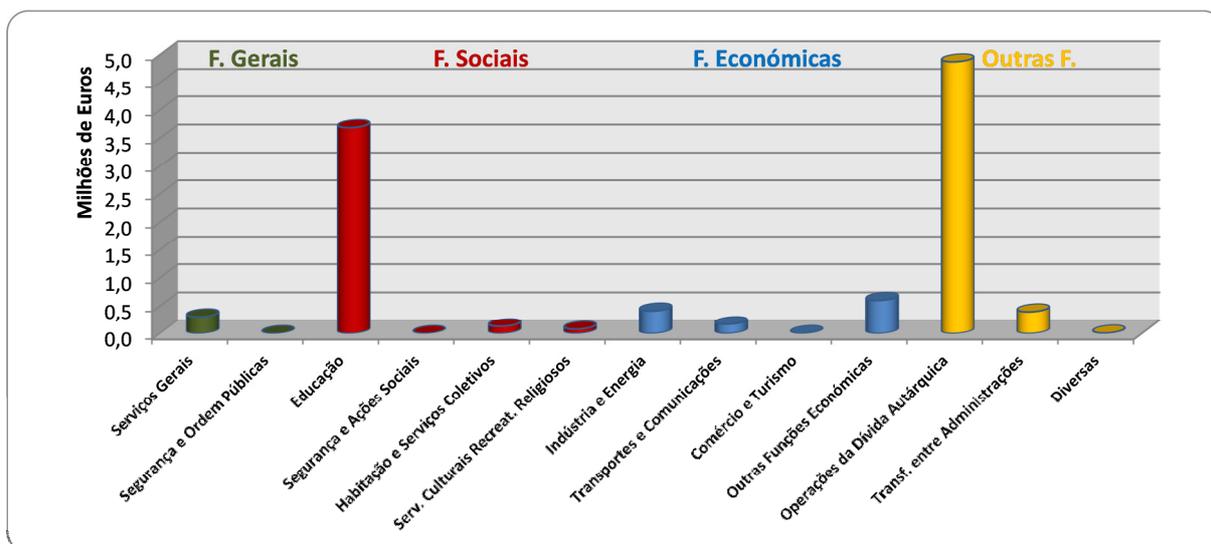
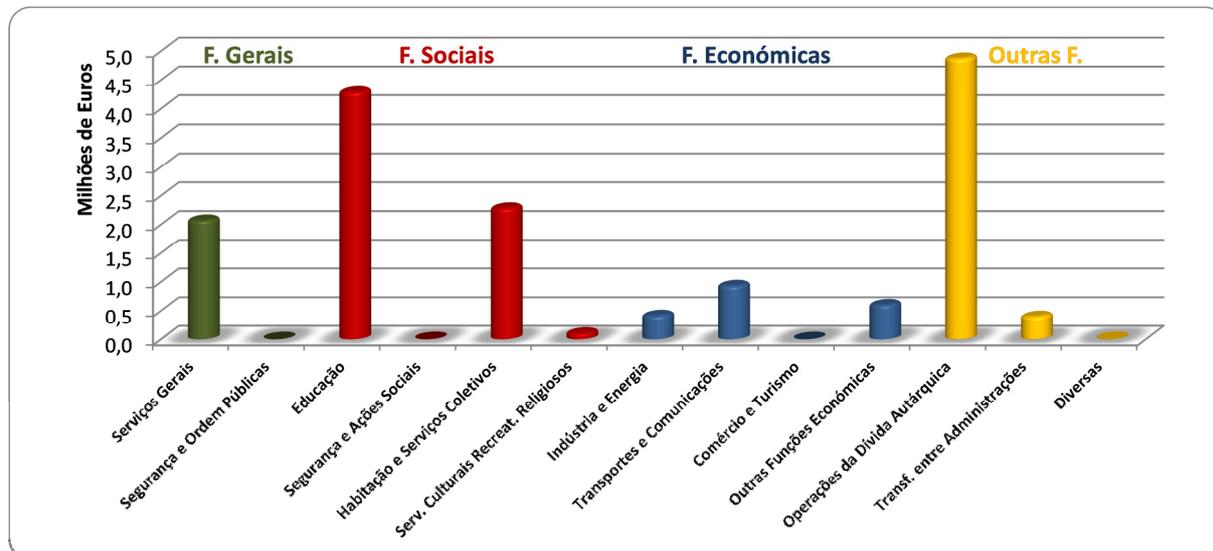




Gráfico 10 – Estrutura Funcional das Opções do Plano



Salienta-se o peso dos encargos com a dívida autárquica (Outras Funções), seguido dos encargos com a Educação e com os Serviços Coletivos, onde estão a água, os resíduos e outros serviços coletivos (Funções Sociais), dos Serviços Gerais (Funções Gerais) e dos Transportes e Comunicações (Funções Económicas), onde está o contrato de concessão com a Trevo, a conservação e beneficiação da rede viária e dos arruamentos, entre outros.

4.5 Indicadores Orçamentais

Concluimos este capítulo apresentando um conjunto de indicadores de natureza orçamental, com o objetivo de permitir avaliar a importância de alguns rácios decorrentes da execução orçamental, comparando-os com os 3 exercícios económicos anteriores.



Município de Évora

Quadro 28 – Rácios Orçamentais

Designação	Rácio	2012 %	2013 %	2014 %	2015 %
Grau de cobertura Global das Despesas	Receita Total/Despesa Total	100%	107%	102%	102%
Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso a Crédito	(Receita Total - Passivos Financeiros / Despesa Total)	93%	60%	85%	102%
Peso dos Impostos nas Receitas	Impostos Diretos e Indiretos / Receita Total	23%	14%	19%	27%
Peso dos Empréstimos nas Receitas	Passivos Financeiros / Receita Total	6%	44%	16%	0%
Peso dos Encargos de Longo Prazo nas Despesas	Serviço da Dívida LP / Despesa Total	12%	8%	10%	15%
Peso dos Investimentos nas Despesas	Investimentos / Despesa Total	9%	9%	8%	13%
Grau de Cobertura de bens de capital pelas Transf. Capital	Transf. Capital / Aquisições de Bens de capital	143%	48%	57%	85%

Numa primeira análise ao Quadro dos Rácios Orçamentais, verificamos que os rácios relativos ao ano 2013 diferem, de forma considerável, dos rácios dos outros anos, quer antes (2012) quer depois (2014 e 2015). Como já foi referido no Relatório de Gestão do ano anterior, isso explica-se pelos efeitos do empréstimo PAEL em alguns indicadores analisados, tanto do lado da receita como do lado da despesa.

Analisando mais em pormenor cada um dos indicadores, podemos concluir que:

- As receitas arrecadadas permitiram cobrir as despesas realizadas;
- O grau de cobertura das despesas efetuadas sem recurso ao crédito foi, no ano 2015, de 102%. Foi superior ao verificado em 2013 e 2014, considerando a utilização do empréstimo PAEL, pois este ano, não se recorreu a empréstimos para pagar a fornecedores e além disso, a despesa total, foi inferior a 2014;
- O peso dos impostos no total da receita foi de 27%, superando a percentagem dos anos anteriores, aproximando-se dos valores de 2012, já que o ano 2013 foi excepcional, com um decréscimo, para 14%, justificado pelo peso relativo que as receitas provenientes do empréstimo do PAEL tiveram ao nível das receitas totais nesse ano;
- O facto de em 2015 não existirem receitas provenientes de empréstimos justifica o valor (0) do indicador. Em 2014 os empréstimos contraídos pelo Município representaram 16% das receitas totais. Em 2012 apenas se contraíu um empréstimo de curto prazo. O anterior justifica a diferença ao nível deste indicador de 6% para 44% em 2013 e de 16% para 0% em 2015;



Município de Évora

- Os encargos com os empréstimos de médio e longo prazo (serviço da dívida) tiveram um peso de 15% na estrutura da despesa total. Se o ano 2013 foi o ano em que recebemos mais empréstimos (80% do PAEL), os anos seguintes foi o ano do pagamento das suas prestações;
- O peso dos investimentos no total da despesa foi de 13% em 2015, superior aos investimentos dos anos anteriores, o que se justifica pelo que foi dito na análise dos investimentos (Cf. despesas de capital): se por um lado, a execução/pagamento dos projetos cofinanciados em curso contribui para este aumento, por outro a impossibilidade de realizar mais investimentos por inexistência de fundos disponíveis e cumprimento da LCPA, que impede tais intenções de mais investimento, contribui para limitar a extensão deste indicador;
- O último indicador apresentado mostra que as transferências de capital, nos últimos dois anos representaram respetivamente 85% e 57% dos investimentos municipais. Ou seja, as despesas com a aquisição de bens de capital realizadas foram superiores às transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado e de projetos cofinanciados. De referir, no entanto, que para o aumento deste indicador, em 2015, contribuíram o aumento das receitas provenientes dos pagamentos a projetos cofinanciados e das transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado (em resultado da alteração da repartição dos montantes do FEF, entre receita corrente e capital, definida para 2015).





5 ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

Num contexto económico e financeiro que continua a ser particularmente difícil, com uma dívida herdada do Executivo anterior da ordem dos 88 milhões de euros e vinculados a um contrato de fornecimento de água em alta do qual não tem sido possível sair, e que nos dá um prejuízo anual de 5 milhões de euros, a variação do endividamento tem, apesar de tudo, sido positiva ainda que não seja a que gostaríamos. Tal só será possível quando se encontrar uma solução para o principal problema nos trouxe a estes níveis de endividamento.

Ou seja, nos dois anos de gestão do atual Executivo reduzimos a dívida de médio e longo prazo e a dívida de curto prazo a todos os nossos fornecedores e credores, com exceção da dívida à AdCA/AdLVT que aumentou 5.855.506,72 € de 31/12/2014 a 31/12/2015.

De acordo com a ficha do Município extraída do SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (DGAL), a variação do excesso da dívida em 2014 foi de - 8,61%. De acordo com os nossos cálculos, no ano 2015 a variação é de - 9%.

A dívida a fornecedores, como se poderá ver no quadro 27, registou, assim, um aumento de 4.069.478,17 € face ao anterior, situação que só terá uma solução com a contração do empréstimo de saneamento, cujo processo está em fase de conclusão. Note-se que para além dos 5,9 M da faturação da AdLVT, no ano 2015 acrescentámos à dívida mais 1,6 M de dívidas ainda do anterior mandato.

A dívida de empréstimos de médio e longo prazo, que era de 39.906.583,52 € no final de 2014, está agora em 35.034.167,63 €, sofrendo uma redução de 4.872,415,89 €.

Na dívida total de operações orçamentais há a registar uma redução de 540.918,81 € e uma redução de 3,4 M € no excesso de endividamento, face ao ano anterior.

O prazo médio de pagamento reduziu mais 60 dias, a somar à redução de 120 dias do ano anterior, o que dá uma redução entre 31/12/2013 e 31/12/2015 de 180 dias.



5.1 Dívida a Fornecedores

No final do ano 2015, a dívida a fornecedores, que inclui a conta 22 (fornecedores c/c) e a conta 261 (fornecedores de imobilizado) era de 38.322.884,65 €, o que representa um aumento, relativamente ao ano anterior, de 4.069.478,17 €, conforme está discriminado no quadro seguinte. Isto deve-se ao facto de, no ano 2014, termos recebido a 3ª tranche do PAEL, no valor de 6.433.274,64 € o que permitiu efetuar mais pagamentos.

Na verdade, no ano 2015, reduzimos a dívida a todos os fornecedores, com exceção de um, a AdCA/AdLVT, cuja dívida aumentou 5.855.506,72 € de 31/12/2014 para 31/12/2015.

Quadro 29 – Dívida a Fornecedores

22	FORNECEDORES	2013	2014	2015
2211	Fornecedores Gerais C/C	24.591.248,16	20.236.830,52	22.071.353,43
228	Fornecedores e Recepção e Conferência	7.141.457,58	7.069.472,98	10.373.375,62
SOMA		31.732.705,74	27.306.303,50	32.444.729,05
2611	Fornecedores Imobilizado C/C	2.598.971,64	945.611,14	436.930,96
2614	Factoring Fornecedores Imobilizado	261.218,56	5.706.965,00	5.106.965,00
2615	Cauções de Fornecedores de Imobilizado	5.990.620,44	264.972,70	323.207,03
2618	Fornecedores Imobilizado em Recepção e Conferência	129.274,03	29.554,14	11.052,61
SOMA		8.980.084,67	6.947.102,98	5.878.155,60
22+261	TOTAL FORNEDECORES + OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	40.712.790,41	34.253.406,48	38.322.884,65

5.2 Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazo

No final do ano tínhamos quatro empréstimos de médio e longo prazo, no valor total de capital em dívida de 35.034.167,63 € (menos 4.872.415,89 € que no ano anterior), sendo que ficaram por pagar duas prestações de empréstimos que se venceram a 15/12/2015 (a 2ª prestação do PTH, no valor de 131.772,28 € e a 2ª prestação do PREDE, no valor de 423.176,25 €). Conforme se verá mais adiante, nos factos ocorridos após o termo do exercício, a prestação do PTH foi paga em 04/03/2016 e a prestação do PREDE a 23/03/2016.



Município de Évora

Quadro 30 – Empréstimos

23	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	
2311	Empréstimos de Curto Prazo	0,00
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	35.034.167,63
SOMA		35.034.167,63

À semelhança do ano anterior, o Município de Évora não recorreu a empréstimos de curto prazo ao longo do ano 2015.

O valor total dos 4 empréstimos de médio e longo prazo existentes no final do ano era de 35.034.167,63 €, assim distribuído por entidades bancárias e pelo Estado:

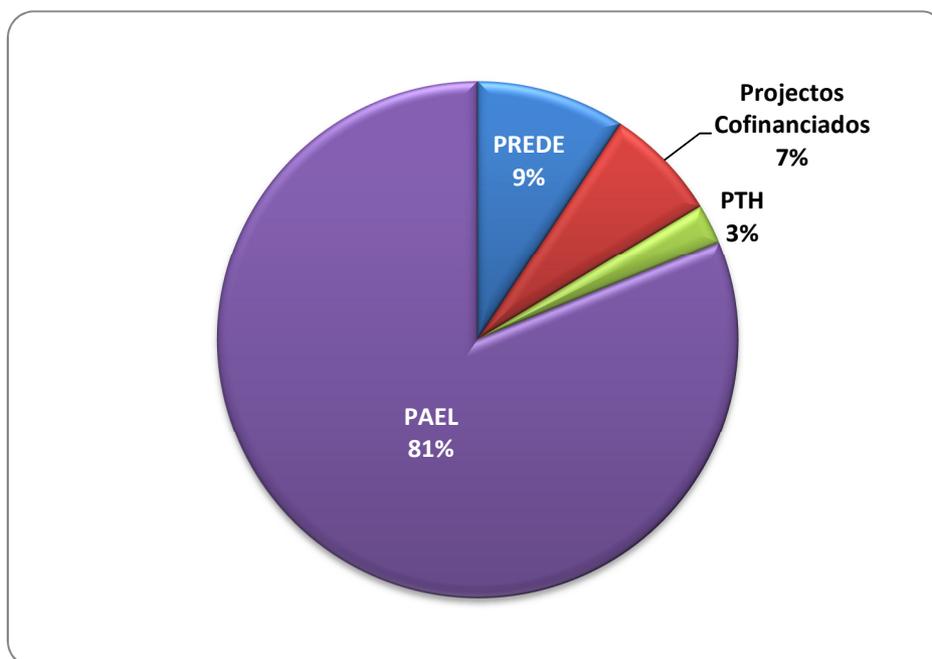
- CGD: 1 empréstimo excecionado (Proj. Cofinanciados), no valor de 2.488.455,31 €;
- Estado/DGTF: 1 empréstimo PREDE no valor total de 3.234.284,80 €;
- Estado/DGTF: 1 empréstimo PTH no valor 877.178,40 €;
- Estado/DGTF: 1 empréstimo PAEL no valor total de 28.434.249,12 €.

O gráfico da página seguinte mostra a finalidade com que foram contraídos os quatro empréstimos de médio e longo prazo existentes a 31 de dezembro de 2015, bem como o peso de cada um desses empréstimos no total desta dívida: 81% do montante dos empréstimos corresponde agora ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, contratado em 23/04/2013; 9% desse valor é do empréstimo PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado, contratado em 26/06/2009; 7% corresponde ao empréstimo excecionado para financiar projetos de investimento cofinanciados na parte da responsabilidade da Câmara Municipal, contratado em 28/10/2010%; 3% é o peso do empréstimo PTH - Programa Pagar a Tempo e Horas, contratado em 19/01/2009.

Como já tem vindo a ser referido, em relatórios anteriores, os encargos com empréstimos de médio e longo prazo são cada vez menos “encargos bancários” e mais encargos com o Estado, pois só 7% do total dos empréstimos são de entidades bancárias.



Gráfico 11 – Empréstimos por Finalidade



O serviço da dívida, no exercício de 2015 relativo aos empréstimos de médio e longo prazo foi de 6.518.915,05 € (4.872.415,89 € de amortizações e 1.646.499,16 € de juros).

No entanto, como já foi referido anteriormente, ficaram por pagar a 2ª prestação do PREDE, que venceu a 15 de dezembro, no valor de 423.176,25 € e a 2ª prestação do PTH, que venceu a 15 de novembro, no valor de 131.772,28 € (entretanto já pagas, ver ponto 9 – Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício).

Por outro lado, foram pagas em 2015 as prestações do PAEL vencidas em 15/11/2014 nos montantes respetivos de 791.461,98 € (1ª tranche) e 532.392,15 € (2ª e 3ª tranches), mediante acordo com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

5.3 Evolução do Endividamento

A dívida registada a 31 de dezembro de 2013, conforme Contas e Relatório de Gestão desse ano, era de 82.415.793,79 €. No entanto, pela documentação existente na Câmara e pelos processos existentes em tribunal por não pagamento, sabíamos que este montante da dívida



Município de Évora

seria maior. Por essa mesma razão, foi criada, nesse ano, uma provisão para processos judiciais em curso de 2.648.729,56 €.

Ao longo do ano 2014, conforme referido e documentado no Relatório Gestão desse ano, alguns destes processos foram decididos pelo tribunal, e outros foram resolvidos por acordo entre as partes, pelo que, em resultado dessas decisões, se procedeu ao registo da dívida num total de 3.203.586,28 €.

Como é referido no ponto 9 do Relatório de Gestão de 2014 (Factos Relevantes após o Termo do Exercício) no primeiro trimestre de 2015 foram contabilizados mais 1.254.915,79 €. Depois dessa data, e até 31/12/2015, surgiu mais dívida antiga no valor de 352.754,61 €: grande parte desta dívida é de erros e omissões do projeto da Escola André de Resende aprovado na altura, o que obrigou a três contratos no valor total de 157.212,79 €, mas foram também contabilizados: 75.000,00 € de indemnização à Frontimo (processo em tribunal desde a venda do Ex-PIC); 53.837,45 € de juros de mora de uma dívida de 2011 à empresa Charon; 36.900,00 € à Sociedade de Advogados Nobre Guedes, Mota Soares & Associados, um compromisso do anterior Executivo no âmbito do apoio jurídico no Processo do Tribunal Arbitral e 5.205,77 € devolvidos à Galpenergi/Galpegest indevidamente cobrados a mais em 2007.

Ou seja, se ao valor da dívida apurado na Prestação de Contas de 2013 somarmos todos estes valores, todos eles do período anterior a 2013 e ao próprio início do mandato deste Executivo, e se tivermos em conta os juros moratórios que chegam constantemente, relativamente à dívida acumulada, e que atualmente representam 2 milhões de euros/ano, estamos a falar de 90 milhões de euros.

No ano 2015, a dívida total de operações orçamentais, sem as entidades participadas, foi de 75.364.352,48 €. É este valor que é comparável com os anos anteriores.

Quadro 31 – Evolução da Dívida Orçamental

Designação	2012	2013	2014	2015	Gráfico
Dívidas de Curto Prazo	57.237.723,28	44.290.306,02	35.602.472,32	40.079.163,65	
Dívidas de Médio e Longo Prazo	17.118.802,36	38.125.487,77	39.906.583,52	35.034.167,63	
TOTAL	74.356.525,64	82.415.793,79	75.509.055,84	75.113.331,28	





Município de Évora

Contudo, o novo RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, veio alterar a forma de cálculo da “Dívida Total de Operações Orçamentais”, que passa a incluir também a dívida das entidades participadas, conforme quadro seguinte:

Quadro 32 – Dívida Total de Operações Orçamentais

Descrição	Endividamento em 31/12/2015
Total do Passivo	100.279.442,10
Provisões para riscos e encargos	-1.309.800,57
Acréscimos e Diferimentos	-21.171.985,61
Adiantamentos Por Conta de Vendas	-304.979,65
FAM - Fundo de Apoio Municipal	-1.292.077,18
Operações de Tesouraria	-1.318.086,78
DÍVIDA ORÇAMENTAL (1)	74.882.512,31
CONTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	357,95
CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	642,14
HABÉVORA	2.201.292,44
SITEE - Sistema Integrado Transportes e Estacionamento de Évora	113.501,55
TOTAL DAS ENTIDADES PARTICIPADAS (2)	2.315.794,08
DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS = (1) + (2)	77.198.306,39 €

Assim, nos termos deste diploma, a dívida total de operações orçamentais engloba não só empréstimos (curto, médio e longo prazo), os contratos de locação financeira (que atualmente não temos), quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras (ex: factoring, cessões de crédito) e todos os débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais do Município (artº 52º), sendo também relevantes para efeitos de limite da dívida total as seguintes entidades: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais; as empresas locais e participadas; as cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município e as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município (artº 54º).

No Município de Évora estas entidades são: a ANMP e a CIMAC pelas “entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais” e a Habévora e o SITEE pelas



Município de Évora

“empresas locais e participadas”, visto que o MME e a SRU já estão em processo de extinção, tendo a Câmara assumido o seu passivo.

A dívida total de operações orçamentais reduziu 540.918,81 € de 31/12/2014 para 31/12/2015.

5.4 Situação Face ao Limite do Endividamento

O novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, eliminou os conceitos de “Endividamento líquido municipal”, de “Limite ao endividamento líquido municipal” e de “Limite geral dos empréstimos dos municípios” previstos na anterior Lei das Finanças Locais e criou o conceito de “Limite da dívida total”.

Esse limite, conforme está definido no artº 52º, nº 1, do atual diploma, é o seguinte: “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artº 54º [participadas] não pode ultrapassar, em 31 de dezembro, de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores”.

Quadro 33 – Apuramento do Limite da Dívida Total de Operações Orçamentais

DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	77.198.306,39 €
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS	
Receita Corrente Líquida Cobrada em 2012 (1)	31.797.496,66
Receita Corrente Líquida Cobrada em 2013 (2)	32.907.223,70
Receita Corrente Líquida Cobrada em 2014 (3)	37.457.014,88
Médias dos Últimos 3 Exercícios (1 + 2 + 3)/3	34.053.911,75
LIMITE = Média dos Últimos 3 Exercícios * 1,5 (32.137.346,43 * 1,5)	51.080.867,62
SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO = INCUMPRIMENTO	-26.117.438,77

Mantendo-se o incumprimento, face aos limites legalmente fixados, verificou-se aqui uma melhoria no excesso de endividamento, que no ano anterior foi de -29.119.477,15 €. Ou seja, há uma redução do excesso de endividamento de 9%.



Município de Évora

5.5 Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Os dados apresentados no quadro seguinte, com a evolução do prazo médio de pagamento (PMP) são retirados do SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais. A DGAL, que gere este sistema de informação é a entidade responsável por publicar, anualmente, na sua página eletrónica, a lista de todos os Municípios com um PMP superior a 90 dias, por ordem decrescente.

Contudo, esta informação pode ser consultada no final de cada trimestre, na ficha de cada município. No final do ano 2015 este indicador melhorou significativamente. É o valor mais baixo dos últimos quatro anos e regista um decréscimo significativo relativamente aos dois últimos anos: **de 2013 para 2014 reduziu 120 dias, e de 2014 para 2015 reduziu 60 dias.**

Quadro 34 - Evolução do Prazo Médio de Pagamento

Trimestre	2012	2013	2014	2015
1º	436	623	670	474
2º	476	867	557	506
3º	519	843	536	512
4º	590	755	635	575

5.6 Indicadores do Financiamento e do Endividamento

No quadro seguinte apresentamos alguns indicadores de financiamento e endividamento, para uma melhor análise da estrutura de financiamento e de endividamento do Município de Évora, seguindo-se uma breve leitura dos mesmos, bem como a comparação dos indicadores do ano 2015 com os últimos três anos.



Quadro 35 – Indicadores de Financiamento e de Endividamento

Rácio	2012	2013	2014	2015
Encargos Financeiros / Despesas Correntes	6%	6%	6%	10%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	63%	59%	59%	45%
Serviço da Dívida / Total da Receita	12%	16%	14%	15%
Transf. OE (correntes e capital)/ Total da Despesa	32%	28%	31%	41%
Transf. OE (correntes e capital) / Total da Receita	32%	26%	30%	40%
Transf. Capital OE / Investimentos	42%	42%	28%	32%
FEF/ Total da Receita	24%	15%	18%	22%

Principais conclusões:

- O peso dos juros e outros encargos financeiros no total das despesas correntes subiu quatro pontos percentuais, relativamente aos anos anteriores, não só porque as despesas correntes no ano 2015 foram inferiores ao ano 2014, como o valor dos juros aumentou este ano, conforme quadro da evolução das despesas correntes. A redução da despesa corrente decorreu do facto de já não se ter feito sentir o efeito do empréstimo PAEL e o aumento dos juros explica-se pelo aumento da dívida acumulada a fornecedores, cujo juro, no ano 2015 foi de 7,05%;
- O peso dos empréstimos nas despesas de capital voltou a diminuir significativamente, uma vez que desde 2013, altura em que foi contraído o empréstimo PAEL, ainda não fizemos mais empréstimos (uma vez que o empréstimo de saneamento financeiro ainda não foi concluído) e temos vindo a amortizar a dívida dos existentes. Por outro lado, em 2015, terminaram dois empréstimos. É isso que explica que as amortizações de capital (passivos financeiros) representem 45% das despesas de capital, um peso muito menor que no ano anterior (menos 14 pontos percentuais);
- O serviço da dívida, este ano, correspondeu a 15% das receitas totais. Note-se, no entanto, como já foi referido, que este ano foram pagas três prestações do PAEL (1 ainda de 2014 e 2 de 2015). Em contrapartida, não foram pagas as últimas prestações do PREDE e do PTH, o que altera ligeiramente este indicador;



Município de Évora

- O peso das transferências do Orçamento do Estado, no total da despesa foi de 41%, uma subida de 10 pontos percentuais, que se explica não tanto pelo aumento das transferências mas pela redução da despesa paga, visto que em 2014 ainda tivemos uma tranche do PAEL que nos permitiu fazer mais pagamentos;
- O mesmo se passou com o peso destas transferências no total da receita, este ano de 40%, um aumento de 10 pontos percentuais relativamente ao ano anterior já que para além do ligeiro aumento das transferências se verificou também uma diminuição significativa do total da receita, pelas razões já explicadas;
- O peso do FEF, no total das receitas, foi este ano de 22%. Um peso de mais 4 pontos percentuais que no ano anterior, que não se explica pelo aumento do FEF, como se pode verificar, mas pela diminuição da receita:

FEF	2014	2015	Dif.
Corrente	8.612.049,00	8.169.149,00	-442.900,00
Capital	956.894,00	1.441.615,00	484.721,00
Total	9.568.943,00	9.610.764,00	41.821,00

Ou seja, o município teve capacidade para gerar 78% do total das receitas que precisou para o desenvolvimento das atividades municipais e para honrar compromissos com bancos, com o Estado, com os seus fornecedores, etc.



6 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste capítulo fazemos a análise das demonstrações financeiras que nos permitem perceber a situação económica, financeira e patrimonial do Município. As versões reduzidas e simplificadas do Balanço e da Demonstração de Resultados, que se apresentam a seguir, têm por objetivo permitir avaliar quer os resultados do exercício quer a informação sobre o património municipal.

6.1 Análise do Balanço

O Balanço é um instrumento contabilístico que reflete a situação económico-financeira da entidade, apresentando dados sobre o património à data do encerramento do exercício, dando a conhecer o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos (estrutura económica), e o Passivo e os Fundos Próprios (estrutura financeira), ou seja, a origem dos fundos.

Quadro 36 -Estrutura e Evolução do Património da Autarquia - Balanço Sintético

Designação	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ACTIVO						
Imobilizado	200.806.829,33	96%	202.612.377,78	96%	-1.805.548,45	-1%
Existências	984.201,85	0%	967.060,83	0%	17.141,02	2%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	5.294.198,59	3%	4.986.017,38	2%	308.181,21	6%
Disponibilidades	2.246.811,05	1%	1.871.593,89	1%	375.217,16	20%
Acréscimos e Diferimentos	843.904,97	0%	559.544,58	0%	284.360,39	51%
Total do Activo	210.175.945,79	100%	210.996.594,46	100%	-820.648,67	0%
FUNDOS PRÓPRIOS						
Património	175.479.500,50	160%	172.793.433,20	155%	2.686.067,30	2%
Ajustamentos em Partes de Capital	5.008.253,02	5%	4.742.566,02	4%	265.687,00	6%
Reservas	25.185.845,59	23%	25.176.545,59	23%	9.300,00	0%
Resultados Transitados	-90.887.089,03	-83%	-83.769.449,11	-75%	-7.117.639,92	8%
Resultado Líquido do Exercício	-4.890.006,39	-4%	-7.331.402,16	-7%	2.441.395,77	-33%
Total Fundos Próprios	109.896.503,69	100%	111.611.693,54	100%	-1.715.189,85	-2%
PASSIVO						
Provisões para Riscos e Encargos	1.309.800,57	1%	1.606.607,17	2%	-296.806,60	-18%
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	35.034.167,63	35%	39.906.583,52	40%	-4.872.415,89	-12%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	42.763.488,29	43%	37.925.970,31	38%	4.837.517,98	13%
Acréscimos e Diferimentos	21.171.985,61	21%	19.945.739,92	20%	1.226.245,69	6%
Total do Passivo	100.279.442,10	100%	99.384.900,92	100%	894.541,18	1%



O quadro anterior permite-nos evidenciar as seguintes notas:

- Das componentes do Ativo, o imobilizado (direitos que têm por objeto, essencialmente, os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Município) continua a ser, naturalmente, o que tem o peso mais elevado (96%), correspondendo quase à totalidade do Ativo;
- O aumento das disponibilidades face ao ano anterior (20%) está diretamente relacionado com o facto do valor registado no final do exercício de 2015, incluir, verbas recebidas nos últimos dias do ano (referente a rendas EDP, projetos co-financiados, entre outros) e deste modo os pagamentos a fornecedores, provenientes destas verbas, apenas foram realizados em 2016;
- O valor dos acréscimos e diferimentos do ativo (284.360,39 €) resulta principalmente das receitas inscritas na conta de acréscimos de proveitos, em resultado da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Nos acréscimos de proveitos estão registados os proveitos de dezembro de 2015 que foram recebidos já em 2016, tais como IMI, Derrama, IUC, IMT, juros a receber à data de 31/12/2015 e prémios antecipados de seguros e rendas. O acréscimo registado nesta rubrica (51%), deve-se principalmente ao aumento dos valores vindos dos impostos de dezembro recebidos em janeiro, face ao que se registou no ano passado;
- Em termos globais, o Ativo registou uma diminuição de 0,4% (cerca de 820 mil €), resultado fundamentalmente das amortizações do exercício;
- Os Fundos Próprios apresentaram um valor de 109.896.503,69 €, registando uma redução de 2% face a 2014. Os Resultados Transitados, com uma diminuição de 7.117.639,92 € em relação ao ano anterior, fruto essencialmente da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2014, foi a rubrica que mais contribuiu para a redução dos Fundos Próprios;
- De salientar a substancial melhoria ao nível do Resultado Líquido do Exercício face ao registado em 2014. Ainda que com um valor negativo (-4.890.006,39 €), o Resultado Líquido do Exercício de 2015 registou uma melhoria de 33% quando comparado com o verificado em 2014, revelando-se como o melhor registo desde o ano de 2004 (último ano em que foi apurado um Resultado Líquido positivo);



Município de Évora

- Do lado do Passivo, o valor apurado foi de 100.279.442,10 €, 1% acima do montante de 2014. Este incremento explica-se fundamentalmente pelo aumento das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, em resultado do incremento das dificuldades do Município em saldar os compromissos de curto prazo;
- No Passivo destaca-se também a diminuição (-18%) das Provisões para Riscos e Encargos, motivado pela redução de provisões para processos judiciais em curso, essencialmente pela conclusão de alguns desses processos ao longo do ano de 2015. Ao que acresce a diminuição das Dívidas a Terceiros de M/L prazo, em 12%, resultado das amortizações realizadas em 2015 por conta dos empréstimos em curso e a inexistência da contratação de novos empréstimos.

6.2 Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados é um instrumento contabilístico onde é apresentado o resultado do exercício, ou seja, reflete os custos e os proveitos ocorridos ao longo de determinado período de tempo.

Esta demonstração financeira pode ser apresentada por natureza ou por funções. A mais usual é a demonstração de resultados por natureza (cf. quadro seguinte) em que os custos e os proveitos aparecem de acordo com a sua própria natureza.

Os resultados são classificados em correntes e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros [página seguinte].





Quadro 37 – Demonstração de Resultados

Designação	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
CMVMC	3.247.335,52	8%	4.207.842,75	10%	-960.507,23	-23%
Fornecimentos/Serviços Externos	10.027.649,44	25%	10.455.548,52	24%	-427.899,08	-4%
Transf. Subs. Correntes concedidos	841.112,86	2%	737.271,96	2%	103.840,90	14%
Custos com o Pessoal	17.400.648,57	43%	17.989.365,49	41%	-588.716,92	-3%
Amortizações do Exercício	8.951.230,11	22%	9.449.659,49	22%	-498.429,38	-5%
Provisões do exercício	89.065,09	0%	797.608,51	2%	-708.543,42	-89%
Outros Custos e Perdas Operacionais	46,86	0%	164,24	0%	-117,38	-71%
Custos e Perdas Operacionais (A)	40.557.088,45	86%	43.637.460,96	88%	-3.080.372,51	-7%
Custos e Perdas Financeiros (C)	3.704.345,92	8%	3.839.341,51	8%	-134.995,59	-4%
Custos e Perdas Extraordinários (E)	2.655.144,20	6%	2.243.108,70	5%	412.035,50	18%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	46.916.578,57	100%	49.719.911,17	100%	-2.803.332,60	-6%
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e Prestação de Serviços	8.763.274,62	21%	8.803.963,34	21%	-40.688,72	0%
Impostos e Taxas	12.414.871,76	30%	11.611.633,90	27%	803.237,86	7%
Trabalhos p/ Própria Entidade	765,06	0%	1.020,85	0%	-255,79	-25%
Proveitos Suplementares	98.769,48	0%	180.057,45	0%	-81.287,97	-45%
Transferências e Subsídios Obtidos	17.100.929,54	41%	16.163.909,20	38%	937.020,34	6%
Outros Proveitos/Ganhos Operacionais		0%		0%	0,00	
Proveitos e Ganhos Operacionais (B)	38.378.610,46	91%	36.760.584,74	87%	1.618.025,72	4%
Proveitos e Ganhos Financeiros (D)	63.819,41	0%	49.835,79	0%	13.983,62	28%
Proveitos e Ganhos Extraordinários (F)	3.584.142,31	9%	5.578.088,48	13%	-1.993.946,17	-36%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	42.026.572,18	100%	42.388.509,01	100%	-361.936,83	-1%
RESULTADOS						
Resultados Operacionais (B)-(A)	-2.178.477,99	-5%	-6.876.876,22	-16%	4.698.398,23	-68%
Resultados Financeiros (D)-(C)	-3.640.526,51	-9%	-3.789.505,72	-9%	148.979,21	-4%
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	-5.819.004,50	-14%	-10.666.381,94	-25%	4.847.377,44	-45%
Resultado Líquido Exercício (B+D+F)-(A+C+E)	-4.890.006,39	-12%	-7.331.402,16	-17%	2.441.395,77	-33%

Da análise do quadro que resume a demonstração de resultados, pode concluir-se:

- Os custos do exercício foram de 46.916.578,57 €, representando uma diminuição de cerca de 2,8 milhões de euros face a 2014;
- De salientar a redução registada nos custos operacionais (-3 milhões de euros). Em resultado da oscilação negativa de todas as rubricas, com exceção das “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos”, cujo aumento em 2015 se ficou a dever à necessidade de registo das transferências para as freguesias das verbas de



Município de Évora

2014 e 2015. Relativamente às restantes rubricas que apresentam uma oscilação negativa destacam-se os CMVMC (-960.507,23€), essencialmente pela redução do valor respeitante à compra de água em “alta” e as Provisões do Exercício (-708.543,42€), em resultado da redução provisões para cobrança duvidosa de clientes e débitos ao tesoureiro;

- Ainda nos custos operacionais, refêrencia também para à redução registada nos custos com o pessoal e nos fornecimentos e serviços externos incorridos em 2015;
- Os custos e perdas financeiros (juros suportados por empréstimos contraídos, juros de mora e outros) registaram uma redução de 4% face ao valor apurado em 2014, essencialmente pela inexistência, em 2015, de perdas em entidades participadas, nomeadamente, Habévora, MARÉ e SITEE.
- Por seu lado, os custos e perdas extraordinários (dívidas incobráveis, perdas em existências, perdas em amortizações, multas e penalidades) inverteram a tendência de descida dos últimos anos, registando um aumento de 18% face a 2014, em resultado da necessidade do registo das transferências para as freguesias de 2014, em 2015;
- Analisando a estrutura de custos do Município, verificamos, uma vez mais, o peso significativo dos custos com o pessoal (43%);
- Quanto aos proveitos e ganhos do exercício, totalizaram 42.026.572,18 €, representando numa diminuição próxima dos 360 mil euros (1%) face ao valor de 2014;
- A análise dos valores das rubricas que compõem a estrutura dos proveitos e ganhos operacionais – que representam 91% do total de proveitos e ganhos – realça o peso das transferências e subsídios obtidos, que continua a ser a rubrica com maior peso, com um aumento de 6 % face ao ano anterior. Revela ainda o aumento da importância dos impostos e taxas, que sofreram um acréscimo de 7% face aos valores de 2014, para o qual contribuiu o esforço de cobrança que tem vindo a ser feito pelos serviços;
- De destacar também a diminuição registada nos proveitos e ganhos extraordinários (36%), resultado sobretudo das alterações ao nível das provisões;





Município de Évora

- Por último, e como já referido na análise ao balanço, o ano de 2015 registou uma considerável melhoria ao nível do resultado líquido do exercício. Apesar de negativo (-4.890.006,39 €), o resultado líquido do exercício de 2015 representou uma melhoria de 33% se comparado com o apurado no ano anterior e revelou-se como o melhor registo desde 2004.

Quadro 38 – Evolução dos Resultados

Designação	2015		2014		2013		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RESULTADOS								
Resultados Operacionais (B)-(A)	-2.178.477,99	-68%	-6.876.876,22	-41%	-11.562.847,20	28%	-9.034.870,84	-36%
Resultados Financeiros (D)-(C)	-3.640.526,51	-4%	-3.789.505,72	116%	-1.756.451,10	3%	-1.702.525,49	9%
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	-5.819.004,50	-45%	-10.666.381,94	-20%	-13.319.298,30	24%	-10.737.396,33	-32%
Resultado Líquido Exercício (B+D+F)-(A+C+E)	-4.890.006,39	-33%	-7.331.402,16	-42%	-12.706.874,27	19%	-10.703.160,14	-24%

A – Custos e perdas operacionais; B – Proveitos e ganhos operacionais; C – Custos e perdas financeiros; D – Proveitos e ganhos financeiros; E – Custos e perdas extraordinários; F – Proveitos e ganhos extraordinários;

6.3 Indicadores Patrimoniais

São vários os indicadores de gestão de que nos podemos socorrer para efetuar uma análise económico-financeira da entidade.

Para uma análise, ainda que superficial, da situação económico-financeira do Município, de entre esses indicadores de análise patrimonial, fundamentalmente utilizados na atividade privada, escolhemos os cinco que se apresentam no quadro seguinte:

Quadro 39 – Rácios Económico-Financeiros

Designação	Rácio	2012	2013	2014	2015
		%	%	%	%
Coefficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	134,7%	115,3%	112,3%	109,6%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Activo Total	57,4%	53,5%	52,9%	52,3%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo Curto Prazo	0,12	0,24	0,21	0,20
Grau de Dependência do Médio e Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Activo Total	7,6%	17,2%	18,9%	16,7%
Endividamento	Dívidas a Terceiros / Fundos Próprios	57,50%	69,34%	69,74%	70,79%





Município de Évora

- **Coefficiente de Solvabilidade** – Através do coeficiente de solvabilidade, avalia-se a capacidade da entidade de liquidar as responsabilidades assumidas, quer a curto quer a M/L prazo, evidenciando o grau de independência relativamente aos credores. Pela análise dos valores, verificamos que o Município tem capacidade para resolver todos os seus compromissos. Ainda assim, salienta-se a tendência de diminuição desta capacidade nos últimos anos, fruto essencialmente da redução dos Fundos Próprios;
- **Autonomia Financeira** – A autonomia financeira mede a dependência de financiamentos externos. Apesar do rácio ter vindo a decrescer, apresenta ainda assim um valor relativamente elevado (52,3%), o que denota que a dependência de financiamentos externos é baixa, pois os Fundos Próprios financiam mais de metade do Ativo;
- **Liquidez Geral** – O rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade do Município de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo. Este rácio revela as continuadas dificuldades do Município em saldar compromissos a curto prazo. No entanto regista-se, a redução do Prazo Médio de Pagamentos em 2015 face a 2014 (apesar da tendência de subida já apresentada no decorrer dos trimestres deste ano);
- **Grau de Dependência do Médio e Longo Prazo** – Este rácio analisa a dependência da entidade face às dívidas de médio e longo prazo. Para a melhoria deste rácio contribuiu a redução das dívidas a terceiros de M/L prazo, em 12%, face ao ano anterior e a inexistência da contratação de novos empréstimos em 2015 . Verifica-se ainda assim um reduzido grau de dependência de capitais alheios de médio e longo prazo – 16,7%, sendo este o peso das dívidas de médio e longo prazo no ativo do Município;
- **Endividamento** – O rácio de endividamento é um indicador económico que mede o grau de endividamento da entidade. Resulta da relação entre as dívidas a terceiros (curto e médio e longo prazo) e os Fundos Próprios. O valor registado em 2015 ficou muito próximo do verificado em 2013 e 2014, pois a redução das dívidas a terceiros



Município de Évora

foi acompanhada também por uma diminuição, embora de maior montante, dos Fundos Próprios, conforme explicação no ponto 6.1.





7 CONTABILIDADE DE CUSTOS

De acordo com o ponto 2.8.3.1 do POCAL, a Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços, constituindo também um importante instrumento de gestão financeira, permitindo minimizar gastos e desperdícios, procurando rentabilizar todos os meios à disposição e escolher as melhores opções.

O mesmo diploma apresenta, no ponto 10.1, a classificação das funções que, de resto, têm uma tradução naquilo que são as competências municipais em diferentes áreas de atuação, finalidades e objetivos.

Sendo assim, existem quatro categorias de funções principais:

- As **Funções Gerais**, que incluem os custos com os serviços gerais assim como a segurança, ordem pública e proteção civil;
- As **Funções Sociais**, que incluem os custos com a educação, a saúde, ação social a habitação, o ordenamento do território, o saneamento, os RSU's, o abastecimento de água, o meio ambiente, assim como a cultura o desporto e o lazer;
- As **Funções Económicas**, que incluem os custos com a energia, os transportes, as comunicações, o comércio, o turismo e outras funções económicas;
- As **Outras Funções** incluem as transferências entre administrações (entidades da administração central, regional ou autárquica) e outras funções não especificadas.

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

Conforme o quadro da página seguinte, a afetação alcançada de 43.176.766,25 € ficou assim repartida pelas diversas funções: 5.306.282,00 € e para as funções gerais, 31.549.343,76 € para as funções sociais, 4.634.146,81 € para as funções económicas e 1.686.993,60 € para outras funções.

Sem surpresa, é nas funções sociais que a imputação de custos atinge o valor mais elevado, representando 73% de todos os custos imputados.



Município de Évora

Quadro 40 – Balancete do Plano Analítico

Código das contas	Designação	Saldo
98	Funcional	43.176.766,25
98.1	Funções Gerais	5.306.282,00
98.1.1	Serviços Gerais da Administração Pública	4.730.178,68
98.1.1.1	Administração Geral	4.730.178,68
98.1.2	Segurança e Ordem Pública	576.103,32
98.1.2.1	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	576.103,32
98.2	Funções Sociais	31.549.343,76
98.2.1	Educação	4.535.218,39
98.2.1.0	Educação - Ensino Superior	292,06
98.2.1.1	Ensino não Superior	3.347.272,49
98.2.1.2	Serviços Auxiliares de Ensino	1.187.653,84
98.2.2	Saúde	697.811,35
98.2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	697.811,35
98.2.3	Segurança e Ação Social	3.427.858,09
98.2.3.2	Ação Social	3.427.858,09
98.2.4	Habituação e Serviços Coletivos	18.152.150,39
98.2.4.1	Habituação	20.891,95
98.2.4.2	Ordenamento do Território	2.129.136,14
98.2.4.3	Saneamento	6.077.740,96
98.2.4.4	Abastecimento de Água	1.284.511,97
98.2.4.5	Resíduos Sólidos	2.577.041,55
98.2.4.6	Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	6.062.827,82
98.2.5	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4.736.305,54
98.2.5.1	Cultura	2.635.067,12
98.2.5.2	Desporto, Recreio e Lazer	2.083.397,62
98.2.5.3	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	17.840,80
98.3	Funções Económicas	4.634.146,89
98.3.2	Industria e Energia	2.400.887,24
98.3.3	Transportes e Comunicações	475.965,27
98.3.3.1	Transportes Rodoviários	474.725,06
98.3.3.2	Transportes Aéreos	1.240,21
98.3.4	Comercio e Turismo	1.755.874,32
98.3.4.1	Mercados e Feiras	254.573,08
98.3.4.2	Turismo	1.501.301,24
98.3.5	Outras Funções Económicas	1.420,06
98.4	Outras Funções	1.686.993,60
98.4.2	Transferências entre Administrações	1.483.591,72
98.4.3	Diversas não Especificadas	203.401,88
TOTAL		43.176.766,25



Município de Évora

Relativamente ao ano anterior, onde se verificou um apuramento de 49.719.911,17 €, constata-se uma diminuição na afetação de custos o que pode representar um maior rigor na racionalização de meios mas também um menor rigor no registo e contabilização dos custos.

Quadro 41 – Custo Hora de Máquinas e Viaturas

Custos	Valor (€)
Amortizações	270.938,70
Manutenção	434.953,60
Seguros	61.573,49
Abastecimentos	0,00
TOTAL	767.465,79

Particularmente, em 2015, regrediu-se no capítulo do custo hora de máquinas e viaturas por não terem sido lançados os abastecimentos de combustível na aplicação Máquinas. Já no ano 2014 se tinha alertado para a deficiente imputação do combustível para o cálculo do custo hora de máquinas e viaturas, uma vez que se gastaram 340.000,00 € em combustível ao longo do ano e só foram imputados 128.652,82 €. Este ano a situação piorou. Apesar das dificuldades que todos os serviços atravessam, fruto da situação financeira da Câmara e da escassez de pessoal suficiente para todas as atividades, particularmente nas tarefas operacionais, mas também já administrativas, devemos fazer um esforço para manter atualizado um registo que é de extrema importância para a gestão municipal, como é o da contabilidade de custos. Isso só pode ser feito com empenhamento de todos os serviços.

Trata-se, claramente, de um aspeto a melhorar. Tal como afirmámos no relatório do ano anterior, devemos trabalhar para que “futuramente se insista para que seja atribuída idêntica importância à informação de custos e seus registos como se encara com o maior rigor a contabilidade patrimonial e orçamental.”



8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente), propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2015, no valor negativo de 4.890.006,39 € seja transferido para a conta 59 – Resultados transitados.

9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO (ordem cronológica)

- **LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso**

a) Pagamentos em Atraso

No início de janeiro de 2016, foram enviados à DGAL, através do SIIAL, os seguintes dados relativamente aos Pagamentos em Atraso à data de 31/12/2015:

Passivo	Contas a Pagar	>90 e <=120	>120 e <=240	>240 e <=360	>360	TOTAL PA
33.754.570,54	33.754.570,54	845.203,67	3.514.991,37	2.742.629,77	22.309.389,38	29.412.214,19

b) Compromissos Plurianuais, Pagamentos e Recebimentos em Atraso

Nos termos das alíneas a) e b), do artº 15, da Lei nº 22/2015, de 17 de março (quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), foram elaboradas, até 31 de janeiro, as declarações de compromissos plurianuais, e de pagamentos e recebimentos em atraso, existentes a 31 de dezembro de 2015. Foi dado conhecimento aos órgãos Executivo e Deliberativo.

Nos termos do nº 3 do mesmo artigo, estas declarações foram publicitadas no sítio da Internet do Município de Évora e integram o Relatório e Contas (cf. Anexos).



- **PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – Relatório de Execução**

Dando cumprimento à lei e às solicitações da DGAL, no final de janeiro de 2016 foi feita a avaliação da execução do PAEL, relativa ao ano de 2015, que foi enviada àquela Direção Geral, através do SIAL. Todos os documentos constantes desse Relatório de Execução estão anexos a este Relatório, para conhecimento da Assembleia Municipal, nos termos do artº 12, nº 2, da Lei nº 43/2012, de 28 de agosto.

- **Empréstimo de Saneamento Financeiro**

Na sequência da consulta às entidades bancárias, foi possível obter propostas que, no seu conjunto, totalizam 32.500.000,00 € conforme previsto no Plano de Saneamento Financeiro do ME. A aprovação do Relatório de Análise das Propostas foi feita pela Câmara Municipal em 18/02/2016 e pela Assembleia Municipal em 29/2/2016.

Foram já acordadas as cláusulas contratuais com os três bancos (CGD, BPI e CCA). Duas delas já foram aprovadas pela Câmara (CCA e BPI) e um contrato já está assinado (CCA). Segue-se a aprovação das cláusulas contratuais da CGD, a assinatura dos contratos e o seu envio ao Tribunal de Contas, para visto.

- **Pagamento de Empréstimos ao Estado (DGTF)**

Conforme foi referido ao longo do Relatório, por dificuldades de tesouraria, o Município de Évora não conseguiu cumprir o pagamento de duas últimas prestações quer do PREDE quer do PTH que se venceram a 15/12/2015, uma vez que foi necessário fazer um esforço maior no pagamento de todas as dívidas relacionadas com os investimentos cofinanciados, dado o encerramento do QCA a 31/12/2015.

A prestação do empréstimo PTH, no valor de 131.772,28 €, foi paga no dia 4 de março de 2015;

A prestação do PREDE, no valor total de 423.197,68 €, foi paga no dia 23 de março de 2016.



- **Contabilização e Registo de Dívidas Antigas**

Até ao final do primeiro trimestre de 2016 foram registados compromissos relativos a dívidas antigas no valor de 75.625,33 €:

- a) 49.964,03 € à ECOCIAF, relativos a juros de mora pelo pagamento de faturas em atraso ainda das Escolas do Bacelo e Canaviais, dívida que fica agora completamente liquidada;
- b) 25.661,30 € a título de indemnização à CHE Boa Vontade, conforme deliberação de Câmara de 28/02/2010, não comunicada na altura aos serviços financeiros e agora reclamada pela Cooperativa.

- **Orçamento do Estado para 2016**

No dia 30 de março de 2016 foi publicada a Lei nº 7-A/2016, que aprova o Orçamento do Estado para 2016, que tem algumas alterações significativas com implicação na vida dos municípios, de entre as quais destacamos:

- a) Uma recuperação parcial e ainda tímida da autonomia do Poder Local com aspetos positivos abaixo identificados mas mantendo-se outros negativos como é o caso do não cumprimento da já restritiva Lei das Finanças Locais;
- b) No plano administrativo e da autonomia do poder local, as alterações nas regras da contratação de pessoal, nomeadamente dos municípios em situação de saneamento financeiro, como é o caso do ME, que podem contratar pessoal mediante certas regras, competindo à Assembleia Municipal dar essa autorização (artºs 32º e 33º);
- c) No plano financeiro, destacamos: a participação das autarquias locais nos impostos do Estado, com um aumento de 1,2% no montante global e em cada município (artº 44º); a alteração do cálculo dos fundos disponíveis que passa a ter em conta as verbas disponíveis relativas aos 6 meses seguintes (artº 46º); ao nível da redução do endividamento (artº 55º); o fim da autorização prévia do Governo para a realização de investimentos nos municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de saneamento financeiro (artº 61º); o pagamento ao SNS, que passa a ser calculado pelo método de capitação ou, em alternativa e por opção, pelo método do custo



Município de Évora

efetivo (artº 110º); a alteração ao IVA das refeições escolares, 13% (artº 145º); as alterações ao IMI, com redução da taxa máxima para 0,45%, podendo os municípios que aderiram ao PAEL ou ao FAM continuar a cobrar 0,5% (artº 161º) e a reposição da cláusula de salvaguarda para efeitos de aumento do IMI (artº 162º); a manutenção da cobrança do IMT, como receita municipal (artº 192º); a eliminação das isenções de IMI e IMT aos fundos de investimento imobiliário.

d) No ano 2016 as transferências do OE para o Município de Évora são as seguintes:

FEF Corrente	FEF Capital	FEF Total	FSM	IRS	TOTAL
8.744.400	971.600	9.716.000	810.158	3.200.325	13.726.483

• Consolidação de Contas

Terminados os trabalhos de prestação de contas individuais do Município e das empresas municipais, estão já em curso os trabalhos de consolidação de contas prevista no artº 75 do RFALEI, com vista ao cumprimento dos prazos previstos na Lei.

Quanto aos prazos, estabelece a recente alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC) que as contas separadas continuam a poder ser remetidas até ao dia 30 de abril do ano seguinte ao que dizem respeito, e que as contas consolidadas devem ser remetidas até 30 de junho (n.º 4 do artigo 52.º).

A resolução nº 44/2015, do Tribunal de Contas, publicada no *DR, 2ª série – Nº 231 – de novembro de 2015*, veio estabelecer novas regras para entrega das contas, quer individuais quer consolidadas, pela via eletrónica, que devem ser acompanhadas de declaração de responsabilidade, decorrente das obrigações de aprovação e de aplicação de princípios e normas contabilísticas e de controlo interno. No que diz respeito aos prazos, prevê a possibilidade de aplicação, ao responsável ou responsáveis, da multa prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 66º da LOPdTC.

Évora, abril de 2016

O Presidente da Câmara,

Carlos Pinto de Sá





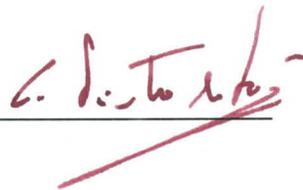
Município de Évora

PRESTAÇÃO DE CONTAS

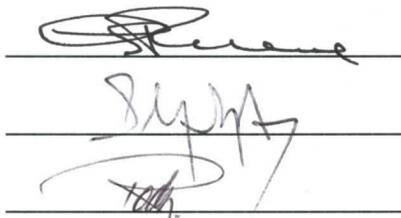
ENCERRAMENTO

Os documentos da Prestação de Contas do Município de Évora, relativos ao ano 2015, que se anexam, foram aprovados por maioria com 4 votos a favor da CDU, uma abstenção do PS e uma abstenção da coligação PPD/PSD/CDS/PP, estando ausente um vereador do PS, na reunião ordinária do órgão Executivo, realizada no dia 20 de abril de 2016, conforme assinatura dos Eleitos presentes.

O PRESIDENTE,



OS VEREADORES,







Município de Évora

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Os documentos de Prestação de Contas do Município de Évora, relativos ao ano 2015, que antecedem, foram aprovados por maioria na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Évora, realizada no dia 29 de abril de 2016, conforme assinatura dos seus membros presentes.

O PRESIDENTE,

O 1º SECRETÁRIO

O 2º SECRETÁRIO

Filomena Araújo

António Sá
W m R

Amílcar Aguiar

Paulo Aguiar

Paulo Aguiar

Paulo Aguiar

Paulo Aguiar

Paulo Aguiar

Paulo Aguiar

João S. J. J.

Helena Costa

Alfonso Varela

Luís

João Mendes

João Francisco Simões

Florinda Ruivo

João

Luís

Luís



Município de Évora

Órgão de P. A. M. B.

União Territorial

J. N. S. S.

Associação

Beneditina

[Handwritten signature]